



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 78

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de dezembro de 2018

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Graça Silva e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.*

A sessão iniciou-se com a apresentação do [Voto de Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória pelo 2.º lugar no Campeonato Mundial de Trauma 2018](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade, foi aprovado o [Voto de Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória – vice-campeões no Campeonato do Mundo de Trauma e Desencarceramento](#), desta feita apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Sobre o [Voto de Congratulação pelo Centenário do Instituto Santa Catarina](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usou da palavra o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), passando-se de seguida para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi apresentado um voto do mesmo teor, **Voto de Congratulação pelo Centenário do Instituto Santa Catarina**, cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), aprovado também por unanimidade.

De seguida, e pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi apresentado um **Voto de Congratulação a César Bettencourt, vencedor da 3.ª edição da Atlantic Freediving Cup 2018**.

Após a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), passou-se para a votação tendo sido o voto em apreço aprovado por unanimidade.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata foi apresentado um **Voto de Congratulação pelo Centenário do Asilo da “Associação de Beneficência da freguesia de São Mateus”**.

A leitura do voto coube ao Deputado António Pedroso (*PSD*), passando-se imediatamente para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação do **Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*).

O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da APADIF**, desta feita apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi apresentado um **Voto de Congratulação – Açores distinguidos como “Melhor Região de Turismo Nacional” e integrados na “Lista dos 100 Destinos mais Sustentáveis do Mundo”**.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Aquando da votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para a apresentação do [Voto de Congratulação a Ricardo Garcia – Campeão Nacional de Golfe sub-18](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre o [Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos do Clube de Filatelia "O Ilhéu" da Escola Secundária Manuel Arriaga](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), a quem coube a leitura do voto, e Carlos Ferreira (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [Voto de Congratulação – Atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada brilham em torneios mundiais](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi apresentado um [Voto de Congratulação pelos prémios alcançados pelos queijos açorianos, no concurso nacional “Queijos de Portugal – 2018”](#).

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados António Toste Parreira (*PS*), a quem coube a apresentação do referido voto, e António Almeida (*PSD*).

Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário do Instituto Cultural de Ponta Delgada](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usando posteriormente da palavra a Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Sobre o [Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, usou da palavra o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), registando-se a aprovação por unanimidade.

De seguida, passou-se para leitura do [Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*). Submetido à votação o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Por unanimidade, foi aprovado o [Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da TAUUA – Tuna Académica da Universidade dos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), passou-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se um [Voto de Louvor pelos 25 anos da Tuna Académica da Universidade dos Açores](#), apresentado Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, cabendo a sua apresentação à Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para a leitura do [Voto de Congratulação pela passagem dos 125 anos da Câmara do Comércio e Indústria da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), a quem coube a leitura do mesmo, e Luís Garcia (*PSD*).

Submetido à votação o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovado por unanimidade o [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Obra Social Madre Maria Clara](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Marta Matos (*PS*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 98/XI – “Apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social \(IPSS\)”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma para Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), André Rodrigues (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Submetido à votação o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e Mónica Rocha (*PS*).

Seguiu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 97/XI – “Estudo sobre a operacionalidade dos portos de passageiros dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), continuando com a participação dos Srs. Deputados José Ávila (*PS*), António Lima (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*) e Mário Tomé (*PS*).

Novamente por maioria o diploma foi rejeitado aquando da sua votação em plenário.

Posteriormente passou-se para a apresentação da [Petição n.º 23/XI – “Projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”](#), apresentada por Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), Relator da Comissão de Economia, proferiram intervenções os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 06 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

**Secretário:** Bom dia, a todos.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

**João Vasco** Pereira da **Costa**

**José António** Vieira da Silva **Contente**

**José Manuel** Gregório **Ávila**

**Manuel** Alberto da Silva **Pereira**

**Manuel** José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

**Maria de Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

**Maria Isabel** da Silveira Costa Rosa **Quinto**

**Mário** José Diniz **Tomé**

**Marta** Cristina Moniz do **Couto**

**Marta** Ávila **Matos**

**Mónica** Gomes Oliveira **Rocha**

**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**

**Renata** Correia **Botelho**

**Ricardo** Bettencourt **Ramalho**

**Sónia** Cristina Franco **Nicolau**

**Tiago** Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Baptista Soares **Marinho**

**António** Manuel Silva **Almeida**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**António** Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**

**Catarina** Goulart **Chamacame Furtado**

**César** Leandro Costa **Toste**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

**Elisa** Lima de **Sousa**

**Jaime** Luís Melo **Vieira**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

**Marco** José Freitas da **Costa**

**Sabrina** Marília Coutinho **Furtado**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso** Teixeira **Miguel**

**Jorge** Miguel Azevedo **Paiva**

**Rute** Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Paulo** José Maio de Sousa **Mendes**

*Partido Comunista Português (PCP/PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.



A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos iniciar com a apresentação dos votos.

O primeiro é de Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, pelo segundo lugar no campeonato mundial de trauma 2018. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória pelo 2.º lugar no Campeonato Mundial de Trauma 2018**

Entre 22 e 26 de outubro, decorreu, na Cidade do Cabo, África do Sul, o Campeonato Mundial de Trauma, tendo a equipa representante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, ilha Terceira, ficado em segundo lugar.

Composta por Bruno Espínola e Carlos Pacheco, a equipa dos Açores levou a dedicação, a capacidade e o conhecimento açorianos ao pódio de uma competição que contou com a participação de 24 equipas, oriundas de 16 países.

Treinada por Fernando Leite e acompanhada por Alexandre Cunha, comandante da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, a equipa açoriana mostrou a excelência dos seus procedimentos de socorro a vítimas em cenários de trauma com simulacros de vítimas de acidente, tendo conquistado o segundo lugar na prova Complexa e o terceiro lugar na competição Standard.

Bruno Espínola e Carlos Pacheco, que se encontram ao serviço dos bombeiros há, respetivamente, 21 e 19 anos, demonstram, assim, os longos anos de formação e de missões reais em que têm participado, em conjunto com os restantes elementos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória e colegas do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Foi a terceira vez consecutiva que a corporação da Praia da Vitória marcou presença no Campeonato Mundial de Trauma, tendo vencido o campeonato em 2017. O feito alcançado por Bruno Espínola e Carlos Pacheco, espelha bem a qualidade e a competência dos homens que, nos Açores, se dedicam a ajudar quem deles necessita.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação aos bombeiros Bruno Espínola, Carlos Pacheco e ao treinador Fernando Leite, pelo título de vice-campeões do mundo, alcançado no Campeonato Mundial de Trauma 2018 e pelo seu trabalho e dedicação.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento a Bruno Espínola, Carlos Pacheco, Fernando Leite, à Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** André Bradford, Maria Isabel Quinto, Domingos Cunha, Mónica Rocha, António Toste Parreira e Maria Fátima Ferreira

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos também agora um Voto Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, vice-campeões no Campeonato do Mundo de trauma que desencarceramento, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Haja saúde a todos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### **Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória – vice-campeões no Campeonato do Mundo de Trauma e Desencarceramento**

O “World Rescue Challenge” é uma competição que põe à prova procedimentos de socorro a vítimas, com simulacros de acidentes o mais próximo da realidade possível. Para além da componente competitiva, o evento proporciona aos participantes uma rica aprendizagem pela partilha de experiências e saberes entres bombeiros dos quatro cantos do mundo. No “World Rescue Challenge 2018” realizado na cidade do Cabo, África do Sul, participaram 24 equipas, provenientes 16 países diferentes.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, à semelhança dos últimos anos, participou nesta competição com os bombeiros Bruno Espínola e Carlos Pacheco e Fernando Leite, arrecadando o segundo lugar no Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento.

Numa prova onde participaram os melhores do mundo, a equipa da Associação dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória conseguiu o terceiro lugar na prova standard (1 vítima) e o segundo lugar na prova complexa (2 vítimas).

Nos últimos três anos as equipas da AHBVPV têm vindo a conquistar lugares de relevo nesta competição de índole mundial. Em 2016, em Curitiba, estado do Panamá, Brasil, os bombeiros da Praia classificaram-se em 4.º lugar e no ano seguinte, obtiveram o título de campeões do mundo, no "World Rescue Challenge 2017", que decorreu em Târgu Mures, na Roménia, de 30 de agosto a 03 de setembro.

Na África do Sul, entre os dias 20 e 26 de outubro, os bombeiros da AHBVPV encontraram cenários que retratavam a vida real, e com espírito de união, imensa camaradagem e enorme capacidade de trabalho, conseguiram ultrapassar as diversas adversidades do cenário, personificando o lema “melhor conhecer para melhor socorrer”.

O prémio trazido pelas mãos de três bombeiros, é demonstrativo do trabalho de todos quantos, dia após dia, dão o seu melhor em prol da AHBVPV e da qualidade do trabalho que se pratica nos Açores em termos de emergência hospitalar.

Competência, exigência e dedicação são adjetivos que também merecem o acolhimento do Campeonato Nacional de Trauma em 2019 na Praia da Vitória. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD-AÇORES propõe um Voto de Congratulação à Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, pelo título de vice-campeã mundial no Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento 2018, resultado que comprova a qualidade das missões de socorro dos bombeiros açorianos.

Que do presente voto se dê conhecimento à Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** Luís Maurício, César Toste, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é também de Congratulação pelo Centenário do Instituto de Santa Catarina. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### Pelo Centenário do Instituto Santa Catarina

A 3 de novembro de 1918, na casa da Sociedade Triunfo, freguesia de São Mateus, reuniram-se os associados da “Associação de Beneficência para a fundação de um Asilo de Infância Desvalida”, o primeiro dos três asilos que posteriormente foram integrados na instituição que atualmente tem por nome Instituto de Santa Catarina. O Padre Benedito José Augusto Ávila presidiu à primeira direção da instituição.

Desde a sua origem que nos estatutos da instituição estava prevista a intervenção social, nomeadamente com a “sustentação e educação de crianças desprotegidas”.

Mais tarde, em 1921, o Asilo passou a ser designado como “Asilo da Infância Desvalida D. Maria Joaquina da Silveira Cabral”, convidando-se a D. Maria da Glória Gambão a assumir a direção do mesmo. A atividade da instituição foi decorrendo ao longo dos anos, com sucessivas modificações dos métodos de educação.

Em 1936 foram aprovados os estatutos do “Asilo da Infância Desvalida de Santa Catarina”, cujo objeto era “dar hospitalidade, educação e instrução a crianças pobres, do sexo feminino”, ficando assim a freguesia de São Mateus com dois asilos.

Foi em 1967 que se deu a constituição do asilo da “Associação de Beneficência da freguesia de São Mateus” que, mais tarde, adotou o nome de “Asilo da Infância Desvalida D. Maria Joaquina da Silveira Cabral”.

Mais tarde, o testamento de Maria Teixeira Vieira vinha impor a constituição de uma fundação para dirigir “um asilo destinado a albergar, manter e educar, no limite das suas possibilidades, as crianças desvalidas e abandonados deste Concelho das Velas”, sendo constituída a Comissão administrativa da “Fundação Maria Teixeira Vieira”, concretizando o terceiro asilo.

Posteriormente, um Despacho do Ministro da Saúde e Assistência, aprovou a criação do Instituto de Santa Catarina, resultante da fusão das várias instituições, sempre com o intuito de continuar o trabalho começado pelas instituições anteriores, mantendo-se, até hoje, as intenções dos fundadores.

Atualmente, a instituição possui um Lar Residencial para crianças e jovens, um serviço de apoio ao domicílio, uma creche e jardim-de-infância, um ATL, um centro de dia e um centro de noite, apoiando um total de cerca de 120 utentes.

O Instituto Santa Catarina é uma instituição criada para prestar apoio ao próximo, uma que foi evoluindo e diversificando a sua forma de apoio, abrangendo assim, cada vez mais, um maior leque de pessoas, desde crianças a idosos, passando por jovens e adultos. Importa também ressaltar a importância do trabalho desenvolvido junto dos familiares e prestadores de cuidados, servindo de rede de suporte.

Ao longo dos anos, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental na área da ação social na ilha de São Jorge, com diversas valências que prestam repostas sociais de diferentes tipos, e empregando cerca de meia centena de funcionários, sempre com um objetivo máximo, a melhoria da qualidade de vida daqueles a quem presta resposta.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 11 de dezembro de 2018, emita o seguinte Voto de Congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo Centenário do Instituto de Santa Catarina, Instituição Privada de Solidariedade Social que tem contribuído para a rede de repostas sociais da ilha de São Jorge.**

**Esta congratulação é extensiva a todos os sócios, direções e funcionários que com a sua dedicação e trabalho continuam a desenvolver repostas sociais importantes para as nossas crianças, jovens e idosos.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Instituto Santa Catarina e à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** André Rodrigues e André Bradford

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é também de Congratulação pelo Centenário do Instituto de Santa Catarina, desta feita apresentado pelo CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

**Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### Instituto de Santa Catarina

O Instituto de Santa Catarina é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundado a 3 de novembro de 1918, na sede Filarmónica Triunfo na Urzelina, com o intuito de criar um asilo destinado ao acolhimento de crianças.

Em 1967 é alargado o número de valências desta Instituição com a criação do Serviço de Apoio Domiciliário para apoiar a população idosa na freguesia. Em setembro de 1987 é criado o jardim-de-infância.

Atualmente, o Instituto de Santa Catarina conta com um lar de acolhimento, serviço de apoio domiciliário, creche, jardim-de-infância, ATL e um centro de dia e um centro de noite.

Para além destas valências, esta Instituição ainda possui um espaço de cultivo, denominado “Quinta” que permite o cultivo de vegetais e hortaliças para o consumo da mesma, bem como a criação de suínos, caprinos, galináceos e uma pequena oficina onde são feitas pequenas reparações e manutenção das viaturas.



Atualmente dirigida por Paulo Prudêncio, o Instituto de Santa Catarina destaca-se por disponibilizar respostas inovadoras que satisfaçam as necessidades e que proporcionem uma melhor qualidade de vida, regendo-se por valores como solidariedade, a ética, responsabilidade social, honestidade, eficácia/eficiência, inovação, diálogo, dedicação, bom relacionamento intitucional, respeito, equidade, profissionalismo e proximidade.

No passado dia 3 de novembro esta Instituição festejou os 100 anos da sua existência, bem como a festa em honra da Senhora da Boa Morte.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação ao Instituto de Santa Catarina pelo seu 100.º Aniversário e pelo seu papel importante na promoção da solidariedade e da igualdade dos cidadãos em São Jorge, do qual deve ser dado conhecimento ao Instituto de Santa Catarina.

Horta, Sala de Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** Jorge Paiva e Rute Gregório

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação a César Bettencourt, vencedor da Atlantic Freediving Cup 2018. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

### Voto de Congratulação

#### **César Bettencourt, vencedor do Atlantic Freediving Cup 2018**

César da Cunha Bettencourt é natural da freguesia e concelho de Santa Cruz da Graciosa, onde reside atualmente. Frequentou o ensino básico e secundário na ilha Graciosa e prosseguiu os estudos superiores na Escola Náutica Infante D. Henrique onde completou o bacharelato e mestrado em pilotagem de navios de carga e passageiros. Após concluir os seus estudos iniciou a sua vida profissional na empresa de transportes marítimos Transinsular.

Desde agosto de 2014 trabalha na empresa Portos dos Açores como Piloto de Barra, na Ilha Graciosa.

Na sua juventude aventura-se na prática de caça submarina e, desta forma, tenta evoluir também no mergulho de profundidade.

Em 2012, começou a praticar apneia pura, ano em que participa em provas desportivas.

A apneia é um desporto regulamentado, com especialidades bem definidas, registo de recordes, campeonatos mundiais e amadores realizados por todo o mundo. As especialidades de mergulho em apneia mais conhecidas são; o peso constante, o peso variável regulamentado, a imersão livre, a apneia estática e a apneia dinâmica.

A primeira prova em que participou foi a *North Freedive Challenge*, prova *indoor* realizada em piscina com três modalidades possíveis, sendo estas a apneia estática, a apneia dinâmica com barbatanas e a apneia dinâmica sem barbatanas. No decorrer da prova bateu o seu primeiro record nacional, com a marca de 94 metros, na modalidade de apneia dinâmica sem barbatanas, obtendo a classificação de primeiro lugar na geral. Ainda durante esse ano

representou Portugal no campeonato do mundo por equipas, o *World Championship 2012*, realizado em Nice, em França.

Em 2014, voltou a competir no 7.º *AIDA Mediterranean World Cup*, realizado na Grécia, uma prova *outdoor* realizada no mar e com as modalidades de peso contante, com e sem barbatanas, e imersão livre. Nessa mesma competição conseguiu bater três *records* nacionais, sendo dois na modalidade de imersão livre, com 60 e 63 metros, e um na modalidade de peso constante sem barbatanas, atingindo os 45 metros. Na classificação geral conquistou o 4.º lugar entre 22 atletas.

No verão de 2016, competiu no 1.º *Azores Freediving Open*, realizado na ilha de São Miguel, prova em que bateu novamente o seu próprio record nacional, logo no primeiro dia de competição, alcançando os 65 metros, e no segundo dia os 70 metros, na modalidade de imersão livre, batendo assim o record nacional de *freediving*, no 1.º *Azores Freediving Open*, prova em que o graciosense venceu.

Mais recentemente, César Bettencourt venceu o *Atlantic Freediving Cup 2018*, na 3.ª edição desta competição, que decorreu nos dias 10 e 11 de novembro, na ilha de Tenerife, nas Canárias, levando ainda mais longe o nome do país, dos Açores e, em especial, da ilha Graciosa.

Foi o único português em prova, obtendo o melhor resultado, como 115 pontos, na categoria de mergulho livre, entre os 10 concorrentes de diferentes nacionalidades que participaram nas duas provas de apneia.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de dezembro, emita o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pelo feito desportivo alcançado por César da Cunha Bettencourt, ao conquistar a 3.ª

edição do *Atlantic Freediving Cup 2018*, na ilha de Tenerife, no arquipélago das Canárias, levando assim mais longe o desporto açoriano e, consequentemente, o nome da Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao atleta, à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados**, André Bradford, Ricardo Ramalho, José Ávila e Manuel Ramos

**Deputado André Bradford (PS)**: Muito bem!

**Presidente**: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se, com gosto, a este Voto de Congratulação por mais uma conquista do nosso atleta César Bettencourt nesta modalidade de apneia, que é uma modalidade extremamente exigente, não só fisicamente, mas, em termos de treino, e que exige uma grande paixão, um grande empenho por parte dos atletas que se dedicam a ela.

É uma modalidade pouco conhecida, mas que mostra bem o empenho deste atleta e deste graciosense em conseguir, recorrentemente, obter resultados importantes, não só para ele próprio, mas que são importantes para todos nós, enquanto açorianos, que vemos os nossos atletas a obter reconhecimento além-fronteiras.

Felicito também o Sr. Deputado Ricardo Ramalho por ter feito esta intervenção e ter lido o voto.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS)**: Muito bem!

**Presidente**: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pelo Centenário do Asilo, da Associação de Beneficência da Freguesia de São Mateus.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso, do PSD.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Centenário do Asilo da “Associação de Beneficência da freguesia de São Mateus”**

No passado dia 3 de novembro o Instituto de Santa Catarina na freguesia da Urzelina comemorou o centenário da constituição do Asilo da “Associação de Beneficência da freguesia de São Mateus”, que mais tarde adotou o nome de Asilo de Infância Desvalida D. Maria Joaquina da Silveira Cabral.

Os estatutos desta instituição aprovados à data mencionada previam “*a sustentação e educação de crianças desvalidas*”, podendo as tais crianças serem “*de ambos os sexos*” sendo o número de admissões “*regulado pela Mesa da Associação, segundo as circunstâncias dos seus fundos e rendimentos*”, permitindo-se a admissão a “*crianças de três a nove anos*” e a sua manutenção “*no asilo, as do sexo masculino até a idade de doze anos e as do feminino até à de quinze*”.

A instrução constava da aprendizagem “*de ler, escrever e contar e doutrina cristã*” acrescido do ensinamento “*às meninas dos trabalhos próprios do seu sexo e idade*” procurando-se para estas “*casas decentes em que estas possam servir*”.

Estas utentes, chegadas à idade de doze anos e não tendo encontrado casa para servir, continuavam na instituição “*prestando dentro do estabelecimento os serviços próprios de criadas*”.

Quanto aos rapazes, deveriam ser entregues, “*segundo a sua propensão, a mestres de ofícios, de bons costumes, com quem pudessem aprender*”.

Após a crise sísmica de 1964 foi criado por despacho do Ministro da Saúde e Assistência o Instituto de Santa Catarina que é resultante da fusão das seguintes instituições: Fundação Maria Teixeira Vieira, Asilo de Infância Desvalida de Santa Catarina e Associação de Beneficência da Freguesia de São Mateus (Asilo da Infância Desvalida D. Maria Joaquina da Silveira Cabral).

(Publicado no diário do governo n. 210, II série de 8 de setembro de 1967).

Atualmente o Instituto de Santa Catarina conta com uma valência de Lar Residencial, um Centro de dia, um Centro de Noite, um Serviço de Apoio ao Domicílio, uma Creche, um Jardim-de-Infância e um ATL.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

**A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo Centenário do Asilo da “Associação de Beneficência da freguesia de São Mateus”, num justo reconhecimento pelo inestimável contributo social que esta Instituição desempenha desde sempre, com elevada distinção, na nossa sociedade, nomeadamente no Concelho das Velas e em toda a ilha de São Jorge.**

A presente congratulação deve ser comunicada à mesa e irmãos da referida instituição, às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e António Pedroso

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pelo 25.º Aniversário da APADIF, da Ilha do Faial. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### PELA PASSAGEM DOS 25 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES DA ILHA DO FAIAL

A 10 de novembro de 1993 nasce, na cidade da Horta, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, conhecida também por APADIF.

A fundação desta instituição foi concretizada, na ocasião, pela mão dos fundadores Gilberto Ferrão Salgado, Ofélia Maria Garcia da Cruz Cristiano e Pereira, Roberto Fernandes da Silva Serpa, Maria Rodrigues Marcos Júnior,

José Maria Da Conceição, Maria Lisete Seródio Alexandre da Silveira, José Alberto Garcia Ávila, Maria Leonor Bicudo Decq Mota Lourenço, Rodrigo Manuel Raposo Pinto e João António Cipriano da Silva Marto, tendo como objetivo basilar da sua criação, conforme espelhado nos seus estatutos, promover a recuperação e integração social e profissional dos indivíduos com necessidades educativas especiais que, devido a deficiências físicas, intelectuais ou outras, sintam dificuldade na sua adaptação ao meio envolvente.

A 30 de outubro de 2002, a APADIF recebe o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, dispondo atualmente de 5 valências que passam pela existência de 2 Centros de Atividades de Tempos Livres na área da juventude, o projeto Moviment'arte na área da deficiência, o Centro de Dia da Conceição para idosos e um Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil.

Estas valências dão resposta a cerca de 200 utentes, envolvendo o trabalho de excelência realizado por 40 colaboradores, voluntários e associados, que dão corpo à razão de ser da APADIF e ao seu objeto social.

A par das suas respostas sociais, a APADIF é parceira de diversas instituições como o Governo Regional dos Açores, a Câmara Municipal da Horta, a Santa Casa da Misericórdia da Horta e o Clube Naval da Horta na execução de projetos e iniciativas que visam promover uma sociedade mais esclarecida e mais inclusiva, sendo considerada por muitos como uma referência a nível regional e nacional.

Aos olhos dos faialenses, a APADIF é acarinhada e vista como uma instituição que ao longo da sua história tem revelado grande competência no desenvolvimento de ações e de respostas sociais que servem a ilha do Faial e a sua comunidade.

O crescimento e a projeção que esta instituição tem conhecido nos últimos anos é resultado do esforço e da dedicação de todos os seus colaboradores mas principalmente do trabalho realizado pelo seu Presidente da direção, José



Alberto Fialho, que com a sua determinação, coragem, exemplo, generosidade, visão global da sociedade e das suas reais necessidades, tem sabido, como ninguém, dar consequência a todo um projeto de grande responsabilidade social que faz da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, uma associação especial e singular na Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de dezembro, que aprove um Voto de Congratulação à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial pela passagem dos seus 25 anos de existência pautados por uma promoção efetiva da inclusão social.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** Tiago Branco e André Bradford

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se, naturalmente, com gosto a este Voto de Congratulação pela passagem do 25.º aniversário da APADIF, reconhecendo o importante papel que esta instituição tem desempenhado na Ilha do Faial ao nível da integração e da inclusão social em diversas franjas vulneráveis da nossa sociedade.

Temos por isso acompanhado de perto a atividade da APADIF, razão pela qual o CDS propôs há cerca de um ano, nesta Casa, um projeto de resolução para a cedência de uma parcela de terreno à APADIF, no Faial, bem como a

celebração de um contrato de cooperação que assegurasse a construção de um Centro de Atividades Ocupacionais para a APADIF.

Infelizmente, este projeto foi chumbado, mas fica o contributo do CDS e o reconhecimento também da importante função da APADIF.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Também referente ao 25.º Aniversário da APADIF, desta feita, apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira para apresentação do voto.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25.º Aniversário da APADIF**

A 10 de novembro de 1993, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), para facilitar a “recuperação e integração social e profissional dos indivíduos com necessidades educativas especiais que, devido a deficiências físicas, intelectuais ou outras, sintam dificuldade na sua adaptação ao meio envolvente”, conforme estabelecido no artigo 4.º dos respetivos estatutos.

A associação adquiriu a qualidade de Instituição Particular de Solidariedade Social a 30 de outubro de 2002 e ao longo destes 25 anos de

atividade tem vindo a desempenhar um papel de elevada relevância na sociedade faialense, reconhecido também no dia do aniversário da cidade da Horta, a 4 de julho de 2018, pela Câmara Municipal da Horta, com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

A APADIF tem sabido criar parcerias com diversas entidades, diversificar as suas atividades e alargar o seu espectro de intervenção, tendo sempre em vista servir a comunidade em áreas tão importantes quanto a integração das pessoas com deficiência, a ocupação de tempos livres das nossas crianças, a melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos, bem como o desenvolvimento de projetos dirigidos a jovens em risco.

O resultado desta proatividade e das parcerias estabelecidas é materializado através das múltiplas valências da associação, como o Projeto *Moviment'Arte*, o *ATL Esperança*, com resposta para crianças e jovens com necessidades especiais, o *ATL Arco Iris*, o CDIJ-Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, o Centro de Dia da Conceição, Centro de Ajudas Técnicas e o Projeto *Vela para Todos*, em parceria com o Clube Naval da Horta.

O trabalho que a APADIF tem desenvolvido ao longo deste quarto de século é visível também nos variados eventos que organiza ou em que participa ao longo do ano, no âmbito dos quais a associação tem privilegiado um verdadeiro conceito de inclusão, integrando de forma saudável intervenientes com as mais diversas características.

O profundo e meritório trabalho concretizado pela instituição apenas se torna possível graças aos seus dirigentes, aos funcionários e aos voluntários que, com dedicação, empenho e espírito de bem-servir, colaboram com aquela associação e com os seus utentes, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida, numa sociedade que se quer mais inclusiva, mais tolerante e mais justa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), do qual deve ser dado conhecimento formal à mesma instituição.

Disse.

Horta, 11 dezembro de 2018

**Os Deputados Regionais**, Luís Maurício, João Bruto da Costa, Bruno Belo, António Vasco Viveiros, Luís Garcia e Carlos Ferreira

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é também de Congratulação, “Açores distinguido como melhor região de turismo nacional integrados na lista dos 100 destinos mais sustentáveis do mundo”.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sr. Deputada Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Açores distinguidos como “Melhor Região de Turismo Nacional” e integrados na “Lista dos 100 Destinos mais Sustentáveis do Mundo”**

O reconhecimento dos Açores em termos de sustentabilidade e de qualidade ambiental tem sido uma realidade nos últimos anos. No passado mês de

setembro, esse reconhecimento voltou a ser tornado público por entidades externas à Região.

A 21 de setembro, os Açores foram premiados como a “Melhor Região Turística Nacional”, no “Publituris Portugal Travel Awards 2018”, que decorreu em Troia. A iniciativa, promovida pelo jornal Publituris, distingue empresas, instituições, serviços e profissionais, que se destacaram no setor do turismo, no último semestre de 2017 e no primeiro de 2018.

As categorias a concurso são identificadas pela redação do referido jornal e, entre outros aspetos, têm em conta o trabalho desenvolvido, a capacidade de inovação, a visibilidade mediática do destino e as distinções nacionais e internacionais obtidas. A decisão final – aquela que considerou os Açores como a “Melhor Região Turística Nacional” – fica ao critério do público assinante desse jornal e de um Júri, constituído por representantes de associações do setor, antigos Secretários de Estado do Turismo, empresários, profissionais do setor, consultores e jornalistas.

A distinção que mereceu a nossa Região é motivo de congratulação, de orgulho para todos que contribuem para a nossa afirmação e que levam o nome dos Açores mais longe. Um bom exemplo desse empenho são as empresas, com sede nos Açores, que foram nomeadas pela qualidade dos serviços prestados no setor do turismo, como foi o caso da empresa “Ilha de Verde” na categoria de Melhor Rent A Car e do “Terra Nostra Garden Hotel” na categoria de Melhor Hotel de 4 estrelas.

O bom percurso da nossa Região em termos de Turismo foi também reconhecido na 3.º Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável que decorreu na Holanda, em setembro, quando os Açores foram nomeados para integração na “Lista dos 100 Destinos mais Sustentáveis do Mundo”.

Esta competição, que teve a sua primeira edição em 2014, tem como principal objetivo o reconhecimento dos destinos turísticos que trabalham para a

sustentabilidade do setor, destacando os casos de sucesso e boas práticas adotadas. Os Açores, pela quarta vez consecutiva, foram integradas nessa lista mundial, dos 100 Destinos mais Sustentáveis do Mundo”, graças à iniciativa do Governo Regional dos Açores de apresentar a candidatura à “Green Destinations”.

Estas conquistas dos Açores são o reconhecimento da qualidade do nosso turismo, da qualidade da nossa prestação de serviços, da nossa qualidade ambiental e são fruto do trabalho desenvolvido não só pelo Governo Regional, mas também e essencialmente do trabalho das nossas empresas e dos seus trabalhadores que, diariamente, desenvolvem a sua atividade.

Como já foi referido, as distinções que tem merecido a nossa Região são motivo de congratulação, mas são também motivo de grandes exigências para o futuro. Temos agora – entidades públicas e privadas – a responsabilidade de em conjunto continuar a trabalhar, preservando o que tem sido bem feito e melhorando o que for necessário.

O mais recente anúncio da realização, no próximo ano, na ilha Terceira, do Congresso Anual do Conselho Global de Turismo Sustentável, num ano em que os Açores poderão obter a certificação como Destino Turístico Sustentável, é mais um motivo de congratulação, que deve motivar todos os intervenientes no setor de turismo para potenciar a prestação de serviços na área

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista dos Açores como “Melhor Região de Turismo Nacional 2018” atribuído no “Publituris Portugal Travel Awards 2018”, assim como pela manutenção na “Lista das 100 Destinos mais Sustentáveis do Mundo” atribuído pela “Green Destinations”.

Que do presente Voto seja dado conhecimento à Direção Regional do Turismo, ao Turismo de Portugal, Delegações da Câmara Comércio e Indústria dos Açores e Conselhos de Ilha da Região.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados**, Bárbara Chaves e André Bradford

**Deputado André Bradford (PS)**: Muito bem!

**Presidente**: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD)**: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação.

Os Açores, como região de turismo, possuem, naturalmente qualidades paisagísticas e ambientais entre as do mundo e é de extrema importância manter e preservar essas qualidades e até melhorá-las, de forma a que o turismo venha a ser uma fonte de riqueza para a Região, para garantir uma melhor qualidade de vida a todos os açorianos. Um reconhecimento merecido essencialmente pelas empresas privadas que, com muito trabalho, dedicação, sensibilização, oferecem a quem nos visita o melhor dos melhores.

Obrigado.

**Presidente**: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária**: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação a Ricardo Garcia – Campeão Nacional de Golfe sub-18. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Ricardo Garcia – Campeão Nacional de Golfe sub-18**

No passado dia 09 de novembro disputou-se, em Palmela, a grande final do torneio Drive Tour 2018, com uma finalíssima que encerrou um conjunto de cinco etapas através das quais se apuraram os campeões nacionais de Golfe nos diversos escalões.

Durante todo este percurso o jovem açoriano Ricardo Garcia ocupou os primeiros lugares da classificação, tendo chegado à final na segunda posição do escalão de sub-18. Aí, e numa prestação brilhante – algo que começa a ser recorrente neste atleta – o jovem não só venceu a prova como, no acumulado com as provas anteriores, alcançou o tão almejado título de Campeão Nacional de Golfe, escalão de sub-18.

Trata-se de um feito a todos os níveis impressionante e que constitui um marco indelével na carreira de Ricardo Garcia e algo de verdadeiramente significativo para o orgulho dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD-AÇORES propõe um Voto de Congratulação ao jovem golfista Ricardo Garcia pelo título de Campeão Nacional de Golfe (escalão sub-18).

Que do presente voto se dê conhecimento ao próprio, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e Junta e Assembleia da Freguesia da Agualva.



Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados**, João Bruto da Costa, César Toste e Bruno Belo

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É com muita satisfação que o GPPS se associa a este voto. É um gosto e uma honra ver jovens como Ricardo Silva mostrarem e darem o melhor de si. Isso, naturalmente, leva-nos a conquistar provas como estas e assim o reconhecimento a diversos níveis e além-fronteiras.

O Ricardo Silva, é o reflexo de uma geração dinâmica forte e acima tudo promissora. Fazemos votos de um bom trabalho e de um futuro ainda mais promissor.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pela passagem dos 25 anos do Clube de Filatelia “O Ilhéu”, da Escola Secundária Manuel de Arriaga. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **PELA PASSAGEM DOS 25 ANOS DO CLUBE DE FILATELIA “O ILHÉU” DA ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL ARRIAGA**

Fundado a 10 de novembro de 1993, no seio da Escola Secundária Manuel Arriaga, na cidade da Horta, o Clube de Filatelia “O Ilhéu” apresentou como missão a promoção do gosto e do interesse pela filatelia e pelo colecionismo, o desenvolvimento de atividades tendo em vista a defesa, valorização e divulgação do património histórico e natural, o incremento na comunidade escolar de métodos de pesquisa bem como o envolvimento da mesma nas suas atividades.

Os objetivos deste clube criado pelo Professor Carlos Lobão, com o apoio de professores, alunos e auxiliares, têm sido largamente alcançados ao longo dos anos de atividade potenciando, nas escolas e na sociedade civil açoriana, o interesse por temas tão importantes como a divulgação do património cultural e imaterial da região.

Sendo membro da Federação Portuguesa de Filatelia e da Associação Portuguesa de Maximafilia, “O Ilhéu” tem sido parceiro de várias instituições, como a Câmara Municipal da Horta, Juntas de Freguesia e Governo Regional na produção e execução de inúmeras exposições.

Ao longo dos seus 25 anos de existência lançou cerca de três dezenas de carimbos, postais máximos e selos, para além de uma dezena de publicações ligadas à área do património, das quais se destaca o livro “O Ano do Vulcão”, com cerca de 5.000 exemplares vendidos.

Por ocasião do seu 25.º aniversário, este clube escolar promoveu a edição de um Inteiro Postal dos CTT – Correios de Portugal, e o lançamento de uma medalha evocativa dos seus 25 anos de atividade ininterrupta.

São projetos como estes que, mesmo em período de grandes desafios, devem merecer o carinho e o apoio das instituições públicas.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se, por isso, pelo contributo prestado pelo Clube de Filatelia “O Ilhéu” ao longo destes 25 anos de existência para o enriquecimento da história da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores e para a valorização da sua cultura.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de dezembro, que aprove um Voto de Congratulação ao Clube de Filatelia “O Ilhéu” pela passagem dos seus 25 anos de história.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Professor Carlos Lobão e membros daquele clube escolar, ao Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel Arriaga, à Assembleia de Escola da Escola Secundária Manuel Arriaga, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** Tiago Branco e André Bradford

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, com gosto, ao Voto de Congratulação apresentado. Enaltece o trabalho desenvolvido ao longo deste quarto século pelo Clube de filatelia “O Ilhéu”, sob a liderança do Doutor Carlos Lobão, na valorização e divulgação do nosso património histórico e cultural.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação – “atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada brilham em torneiros mundiais.

É apresentada pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada brilham em torneiros mundiais**

Os atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada brilharam em competições internacionais, valorizando o Desporto açoriano e levando o nome dos Açores ao mundo.

Em representação de Portugal, na Taça do Mundo e no Open Internacional de Plovdiv, de ginástica aeróbica, na Bulgária, numa competição em que participaram 600 atletas, em representação de 23 países, os atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, Tomás Amaral sagrou-se campeão mundial no escalão juvenil e o atleta Rui Cansado, no escalão júnior, ganhou a medalha de prata.

Na categoria Par Misto, os atletas Leonor Januário e Tomás Amaral obtiveram a medalha de prata.

A atleta Sara Silva, campeã de Portugal, terminou o ano de 2018 em 9.º lugar do ranking mundial da modalidade de ginástica aeróbica, a mais alta posição de todos os atletas portugueses da modalidade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação aos atletas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada que participaram nestas competições internacionais, do qual deve ser dado conhecimento aos atletas e à direção do Clube.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados**, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista já teve oportunidade, no decorrer, aliás, deste ano de 2018, de congratular por duas vezes os atletas deste clube, em especial o atleta Tomás Amaral que se vem destacando de forma particular, bem como o Clube Gímnico pelos resultados obtidos sempre, como sabemos, de excelência, fruto de muito trabalho, de muita dedicação, mas também garantidamente de muito talento.

Lembro que, num desses votos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve oportunidade de apresentar, disse mesmo que este é um clube que nos tem habituado a um desempenho notável levando longe os Açores, no âmbito desta modalidade.

Portanto, é com naturalidade e com gosto que nos associamos a este este voto agora apresentado.

Muito obrigada.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é aos prémios conquistados por “Queijos dos Açores”. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

**Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Prémios conquistados por queijos dos Açores**

No passado mês de outubro, decorreu o Concurso “Queijos de Portugal – 2018”, realizado pela ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios.

Com uma década de existência, o concurso de queijos de Portugal é uma referência de âmbito nacional, premeia e promove o que de melhor se faz no país. Com uma participação inicial de cerca de sessenta queijos, este ano contou com uma participação de mais de duzentos queijos, o que demonstra bem a importância deste certame.

Nesta edição concorreram cinquenta e sete empresas, sendo oito dos Açores, com duzentos e oito queijos presentes a concurso, sendo também vinte e um queijos dos Açores, nas vinte e duas categorias.

Importa referir que, dos vinte e um queijos apresentados a concurso pelas empresas dos Açores, mais de metade foram premiados.

Durante dois dias foram provados e avaliados os queijos presentes a concurso, por um júri, composto por mais de vinte jurados de diversos setores, nomeadamente, representantes dos organismos de controlo e certificação, do setor queijeiro e gastronómico, da restauração e distribuição, dos consumidores, das universidades, entre outros.

A destacar os dois representantes do júri, pelos Açores, designadamente, o Eng.º Luís Neto Viveiros, em representação do IAMA, e o Professor José Matos, pessoa idónea com um vasto trabalho desenvolvido e conhecimento do Setor Agrícola, enquanto Professor da Universidade dos Açores.

Os Açores, uma vez mais participaram no evento apresentando vinte e um queijos a concurso, que permitiram alcançar quatro primeiros lugares e sete menções honrosas, com vencedores, nas seguintes categorias:

- VACA (cura normal) – Milhafre – Pronicol;
- ILHA S. Miguel (9 meses cura) – Unileite;
- PARA BARRAR – Valformoso ervas e alho – Insulac;
- NOVOS SABORES – Nova Açores-Queijo Prato alho e salsa – Unileite.

Receberam ainda menções honrosas, os seguintes queijos:

- Valformoso, Navegador e Valformoso Natural – Insulac;
- Capelinhos – CALF;
- Morião – Quinta dos Açores;
- Lourais – Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais;
- Topo – Cooperativa Lacticínios do Topo (Finisterra);

Os resultados alcançados devem orgulhar os Açores e os açorianos, particularmente todos aqueles que diariamente trabalham e produzem alimentos de excelente qualidade, como são os queijos dos Açores.

Os bons resultados agora obtidos devem-se ao esforço e ao trabalho desenvolvido pelos produtores de leite dos Açores, pelo investimento que têm feito na modernização das explorações, na melhoria da genética e no bem-estar animal, que permite produzir uma matéria prima de excelente qualidade, que é o leite dos Açores.

Esses resultados devem ser encarados também como um incentivo à indústria de laticínios, para continuar a investir na modernização, na qualidade e, sobretudo, na inovação e, ir cada vez mais ao encontro das preferências dos consumidores.

Para além de produzir bem, é preciso vender melhor os nossos produtos, reforçar a nossa oferta em mercados alternativos, que valorizem mais os produtos açorianos, permitindo um rendimento que seja mais justo e melhor distribuído por toda a cadeia de valor.

Os queijos dos Açores têm grande potencial, quer na exportação para o mercado nacional, quer na exportação para o mercado internacional.

Num mercado livre e fortemente competitivo é imperativo diversificar e produzir produtos de qualidade e de valor acrescentando, que permitam alavancar o desenvolvimento dos Açores, reforçando a sustentabilidade socioeconómica e coesão territorial.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período Legislativo de dezembro de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação, pelos prémios alcançados pelos queijos açorianos, no concurso nacional “Queijos de Portugal – 2018”, promovido pela ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Laticínios.



Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à:

- PRONICOL – Produtos Lácteos, SA, Ilha Terceira;
- UNILEITE – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de São Miguel, UCRL;
- INSULAC – Produtos Lácteos Açoreanos, SA, Ilha de S Miguel;
- CALF - Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL;
- Quinta dos Açores – Produção Alimentar, Lda., Ilha Terceira;
- Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, CRL, Ilha de S Jorge;
- Cooperativa Lacticínios do Topo, CRL (Finisterra), Ilha de S Jorge;
- ANIL - Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios;
- Federação Agrícola dos Açores;
- Associação Agrícola da Ilha Terceira;
- Associação de Jovens Agricultores Terceirense;
- Associação Agrícola de São Miguel;
- Associação de Jovens Agricultores Micaelenses;
- Associação de Agricultores da Ilha do Faial;
- Associação de Jovens Agricultores do Faial;
- Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge;
- Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses;

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** André Bradford, António Toste, Mónica Rocha, Domingos Cunha, Maria de Fátima Ferreira, Maria Isabel Quinto, André Rodrigues e Tiago Branco

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O queijo é sem dúvida o produto lácteo mais apreciado no mercado mundial, ganhando notoriedade face ao leite líquido indiferenciado.

Por alguma razão se afirma que a melhor companhia para um bom tinto é um queijo de excelência.

Os Açores tem uma responsabilidade acrescida na produção nacional de queijo, se bem que o queijo com menor valor comercial ainda ocupa a liderança nas vendas.

Apenas dois queijos dos Açores obtiveram o selo de certificação DOP, o queijo de São Jorge e o queijo do Pico, o que deve merecer novos instrumentos de apoio público e políticas sectoriais para fazer crescer este critério de valorização do queijo.

Se os queijos dos Açores conquistam prémios nacionais, então devem estar reunidas as condições para o aumento do seu valor nos mercados tradicionais, mas também no âmbito do mercado internacional.

Os instrumentos de política agrícola e agroindustrial devem privilegiar essa valorização por via da inovação e de novos posicionamentos no mercado.

Estaremos talvez em condições de promover também o concurso de queijo dos Açores que permita a especialistas e a consumidores distinguir as especificidades que melhor atenção devem merecer nas características do leite produzido, nas técnicas de transformação e nos mercados de eleição.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao presente Voto de Congratulação que permeia os produtores, os industriais dos Açores pelo trabalho desenvolvido como motivação para os novos desafios na diferenciação, no aumento do valor do rendimento e do valor económico da agricultura açoriana.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pelos 75 Anos do Instituto Cultural de Ponta Delgada. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### 75.º Aniversário do Instituto Cultural de Ponta Delgada

O Instituto Cultural de Ponta Delgada foi fundado em 3 de dezembro de 1943, tendo como sócios fundadores cinquenta personalidades da sociedade micaelense.

A primeira direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada foi presidida pelo Dr. Humberto Bettencourt, tendo como tesoureiro, Rodrigo Rodrigues, como secretário, Dr. Francisco Carreiro da Costa e como vogais, os Drs. José Bruno Tavares Carreiro e Armando Côrtes-Rodrigues.

O Instituto tinha como objetivos, segundo os seus estatutos, aprovados em dezembro de 1943, “promover o desenvolvimento de todas as atividades, estudos e trabalhos que, nos diversos ramos da especulação cultural, possam contribuir para a conservação e engrandecimento do património espiritual açoriano e muito especialmente das Ilhas de São Miguel e Santa Maria”.

Em abril de 1944 foi criado o boletim oficial do Instituto, intitulado *Insulana*, tendo como seu diretor Armando Côrtes-Rodrigues.

Ao longo da sua história, o Instituto Cultural tem demonstrado um empenhamento constante junto da comunidade, das instituições culturais regionais, nacionais e estrangeiras, tendo como objetivo a divulgação das suas obras, especialmente do seu boletim *Insulana*, e de dar a conhecer os Açores ao mundo.

A qualidade da ação editorial do Instituto Cultural é comprovada pelas inúmeras obras publicadas, algumas indispensáveis para o conhecimento da história dos Açores, e pelos trabalhos de investigação de profissionais e amadores da historiografia insular.

Em 2003, o Instituto Cultural de Ponta Delgada foi agraciado com a Medalha de Mérito pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, reconhecendo o enorme contributo desta instituição cultural para a dinamização e divulgação da cultura açoriana.

Em 2005, esta Instituição foi declarada de utilidade pública pelo Governo Regional dos Açores, considerando todo o trabalho “desenvolvido, ao longo da sua existência, de uma ação meritória no âmbito da recolha, preservação e divulgação das tradições sociais e culturais da Região Autónoma dos Açores”.

Em 2007, a Assembleia Legislativa dos Açores distinguiu o Instituto Cultural com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico pela sua contribuição relevante de prestação de serviços à comunidade na área da ação cultural.

O Instituto Cultural tem hoje sede na casa que foi de Armando Côrtes-Rodrigues – ilustre poeta, dramaturgo e etnólogo de origem micaelense, que foi um dos seus fundadores e seu primeiro secretário – depois de durante largos anos ter ocupado o torreão poente do extinto Convento de Santo André, edifício que partilhava com o Museu Carlos Machado.

Sob a presidência da atual direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada, presidida pelo Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Casa da Escrita, realizando numerosas e interessantes manifestações artísticas, em parceria com diversas instituições culturais e com a Universidade dos Açores.

Da atividade do Instituto Cultural de Ponta Delgada, é de salientar, igualmente, a divulgação da obra “Genealogias de São Miguel e Santa Maria”, a comemoração do centenário da morte do Conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro e a publicação da sua biografia, que está prevista para o próximo ano, assim como o importante projeto, iniciado há três anos, de levantamento, organização e digitalização de 5.000 fotografias do arquivo “Nóbrega”.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário do Instituto Cultural de Ponta Delgada, do qual deve ser dado conhecimento à sua direção.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados**, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Marinho e Bruno Belo

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(\*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Instituto Cultural de Ponta Delgada, casa da escrita, é, como se sabe, uma instituição de grande relevância no contexto da cidade de Ponta Delgada e no contexto dos Açores, que se tem destacado pelo seu trabalho científico,

literário, artístico, pela conservação e divulgação da nossa história, deste património cultural comum que temos e que a todos nos honra.

Na semana transata, aliás, tive a oportunidade de estar presente, em representação exatamente do meu Grupo Parlamentar, na sessão comemorativa do seu 75.º aniversário, tendo podido assistir a uma conferência pela Professora Sofia Lapa e a uma resenha bastante completa do percurso histórico e Cronológico deste instituto pelo seu Presidente, o Doutor Henrique de Aguiar.

A par da sua importantíssima atividade documental que foi aqui, aliás, bem frisada, as publicações, nomeadamente a Insulana, o Centro de Documentação, a Digitalização do Espólio Fotográfico Nóbrega, que também já foi citado pelo Sr. Deputado António Marinho, este instituto tem pautado o seu leque de ação pela dinamização de várias atividades como o lançamento de livros, exposições dedicadas a vários temas e a várias personalidades e a sessões de leitura de poesia.

Aqui também queremos deixar uma palavra de apreço e de reconhecimento ao Doutor Pedro Pascoal que muito tem contribuído para a prossecução destas atividades.

Portanto, associamo-nos plenamente a este voto, quer pela, digamos, abrangência desta instituição, quer pelo reconhecimento que tem que ser feito neste que é o seu 75.º aniversário.

Muito obrigada.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pelo 75.º Aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Faial. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

#### PELO 75.º ANIVERSÁRIO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LACTICÍNIOS DO FAIAL

Fundada a 29 de outubro de 1943 por iniciativa de um grupo de cidadãos liderados por José da Rosa Aica, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF) iniciou a sua atividade na freguesia de Cedros, dedicando-se primeiramente à transformação do leite produzido naquela localidade e em algumas circunjacentes, tendo rapidamente sofrido uma forte evolução, estendendo-se às demais freguesias rurais do concelho da Horta.

Desde logo, a CALF consagrou-se como um dos principais motores de desenvolvimento socioeconómico, não apenas da freguesia de Cedros, mas de toda a ilha do Faial.

O desenvolvimento que aquela cooperativa conheceu desde a data da sua fundação levou a que, em 1960, fosse inaugurada uma nova unidade produtiva, capacitada de modernos e singulares equipamentos de transformação e processamento de leite, permitindo, dessa forma, a conceção e fabrico de variados tipos de queijo, conhecidos pela elevada qualidade, que rapidamente se impuseram nos mercados e fidelizaram inúmeros clientes até aos dias de hoje.

44 anos depois, a CALF, presidida por José Agostinho Silveira, viu construída uma nova fábrica, dotada de tecnologia avançada, adequada aos novos tempos e

às exigências de um mercado em que a qualidade dos produtos é o critério central para fazer face aos desafios do comércio global.

A projeção e o reconhecimento da qualidade dos produtos laborados pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial resultam do esforço, dedicação e persistência dos produtores de leite faialenses, trabalhadores e dirigentes da CALF, que até à presente data têm dado provas e visto reconhecidas o excelente leite, manteiga e queijos lá produzidos.

Exemplo disso são as diversas distinções das quais os queijos da CALF têm sido alvo, destacando-se, em 2014, no âmbito do Concurso Queijos de Portugal, o Queijo Bola Ilha Azul com o prémio de Melhor Queijo na categoria “Flamengo” e o “Queijo do Prato Ilha Azul” distinguido com Menção Honrosa na categoria “Vaca (Cura Normal)”.

Em outubro de 2017, o “Queijo Ilha Azul” foi considerado o melhor queijo na sua categoria, no concurso promovido pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, tendo igualmente o “Queijo Capelinhos” recebido uma menção honrosa.

A 21 de maio de 2018, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial é agraciada, pelo Governo Regional dos Açores e Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com a Insígnia Autónómica de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola.

Por todo o percurso trilhado pela CALF em prol do desenvolvimento social e económico da ilha do Faial e do setor agrícola regional, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela passagem do 75.º aniversário daquela instituição.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de dezembro, que aprove um Voto de Congratulação



à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial por ocasião dos 75 anos de história.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores, ao Conselho de Ilha do Faial e à União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores – LactAçores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** Tiago Branco e André Bradford

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Também pelos 75 anos da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, o próximo Voto de Congratulação é do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### 75.º Aniversário da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial

Fundada a 29 de outubro de 1943, a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF) está a comemorar 75 anos de vida.

A CALF tem a sua sede desde sempre na Freguesia dos Cedros, na ilha do Faial, e o seu nascimento aconteceu na sequência do encerramento da sociedade “Fábrica Lacticínios Fayal, Lda”.

Inicialmente limitava-se ao fabrico de manteiga e recolhia o leite apenas da zona norte do Faial. Só em 1950 surgiu o primeiro posto de recolha de leite fora dos Cedros, nomeadamente na freguesia dos Flamengos.

Em 1951 foi aprovada, em reunião da Assembleia Geral da Cooperativa, a construção de uma nova fábrica nos Cedros, em detrimento da localização na cidade da Horta, cuja primeira pedra foi lançada em 1956 e a inauguração em 1960. Com esta nova unidade fabril, a CALF passou a dispor de modernos equipamentos que lhe permitiram desenvolver o fabrico de queijo.

Em 1989, a CALF alargou a sua atividade à comercialização de fatores de produção especialmente aos seus associados, com a criação da designada Secção Comercial, que possui dois pontos de venda: um na Zona Industrial da cidade da Horta e outro nos Cedros.

Devido à falência da “Martins & Rebello”, que também possuía uma fábrica de lacticínios nos Cedros, a CALF teve de absorver toda a produção de leite do Faial. Assim, considerando a falta de capacidade e de qualidade das suas instalações fabris para essa nova realidade, a Direção da CALF e os lavradores faialenses, na década 90 do século passado, encetaram uma longa e difícil luta pela construção de uma nova fábrica.

Esse objetivo viria a ser alcançado em 2004 com a inauguração da atual fábrica com tecnologia e instalações modernas, que vieram corresponder às exigências do mercado e da legislação comunitária.

A nova fábrica da CALF foi projetada para receber e transformar cerca de 18 milhões de litros, por ano, mas tem-se deparado com falta de matéria-prima para obter uma maior rentabilidade. Atualmente recebe cerca de doze milhões de litros de leite, por ano, que transforma em queijo e manteiga, sendo a maioria

comercializado com a marca “Ilha Azul” e com menor expressão com as marcas “Capelinhos” e “Moledo”.

A qualidade dos seus produtos tem sido reconhecida, ao longo dos tempos, pelos consumidores e por inúmeros prémios regionais e nacionais que têm recebido em diversos certames.

Em 2004, a CALF passou a integrar a “LactaAçores”, assumindo esta a comercialização dos seus produtos de lacticínios, conjuntamente com os de outras fábricas dos Açores.

Este ano a CALF, no Dia da Região Autónoma dos Açores, foi agraciada com a Insígnia Autónoma de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola, como reconhecimento do seu papel no desenvolvimento do Faial e nos Açores.

Por altura deste aniversário queremos não só reconhecer a sua importância no desenvolvimento social e económico do Faial, mas também prestar uma justa e merecida homenagem aos seus fundadores, bem como, a todos os seus dirigentes, associados e funcionários que lhe deram vida ao longo de todos estes anos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 75 anos de vida da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, do qual deve ser dado conhecimento formal à mesma.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados Regionais**, Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, Luís Garcia e Carlos Ferreira

**Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 27 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com a apresentação dos votos.

*Eram 12 horas e 09 minutos.*

O próximo Voto é de Congratulação pelos 25 anos da Tuna Académica da Universidade dos Açores. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **25.º Aniversário da TAUA – Tuna Académica da Universidade dos Açores**

Permitam-me que, mais do que apresentar um voto de congratulação, partilhe convosco uma experiência. Uma boa experiência!

O período académico é sempre especial!

Por excelência um período de aquisições.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Quando estavas lá!

**O Orador:** Aquisição de conhecimentos, aquisição de competências, de construção pessoal. De momentos altos e baixos, de conquistas e frustrações, de angústias, nervos e até de amores e desamores.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É assim! Faz parte e até é importante que assim seja. É a construção do ser como pessoa a acontecer.

Mas uma coisa vos digo: se dúvidas eu, porventura, pudesse ter, no passado dia 7 de dezembro elas dissiparam-se por completo.

Não tenham dúvidas: todas estas situações, as boas e as más, foram e são muito mais fáceis de vivenciar e ultrapassar, quando se pertenceu ou se pertence à TAUA.

Foram e são colegas, foram e são amigos, foram e são um elo de ligação para a vida. Foram e são família!

Aquilo que vi no passado dia 7 de dezembro é deveras contagiante.

O espírito de reconhecimento que existe entre os passados e presentes tunas da TAUA é deveras notório. O sentimento de orgulho pelo percurso desta Tuna de ser do conhecimento de todos.

Foi há vinte e cinco anos! Foi há vinte e cinco anos que alguém sonhou e a obra nasceu! **E que obra!**

Começou logo em 1996. E reparem: Açores, várias zonas do Continente, Canadá e Holanda. Vinte e três participações em Festivais e setenta e dois prémios.

Prémio São Vicente, Melhores Solistas, Prémios Público, Melhores Pandeiretas, Melhores Tunas, Melhor Instrumental, Melhor Estandarte, Prémio Tuna Mais Tuna, Tuna Mais Mista, melhor Dedo d'Ouro, Melhores Serenatas, Melhor Original, Melhor Porta-estandarte, Tuna Mais Fado, Tuna Mais Traçadinho e outra também dedicada a Baco, mas também o 1.º Prémio num Concurso Nacional de Tunas. É muito e é bom!

Neste momento são cerca de quarenta elementos, ao longo dos anos já foram centenas. São alguns originais e já são dois CD.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Amador é aquele que ama, mas o profissionalismo daqueles que dedicaram parte das suas vidas académicas a dignificar “o nome dos Açores e a Universidade dos Açores aqui e além Atlântico, “Sempre a Cantar” – citei – é enorme e elas e eles merecem este reconhecimento público.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia a aprovação deste Voto de Congratulação e que dele seja dado conhecimento à Tuna, à Associação Académica da Universidade dos Açores e à Reitoria da Universidade dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** André Bradford, João Paulo Ávila, Tiago Branco e Francisco César

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Louvor também pelos 25 anos da Tuna Académica da Universidade dos Açores. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE LOUVOR****25 anos da Tuna Académica da Universidade dos Açores**

A Tuna Académica da Universidade dos Açores foi fundada a seis de dezembro de 1993.

A 23 de abril de 1994, procedeu-se ao batismo da Tuna Académica e à sua primeira apresentação ao público, quando da VII Semana Académica da Universidade dos Açores.

No seu batismo, a Tuna Académica da Universidade dos Açores teve como padrinho a Tuna Académica do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

A bênção da tuna, com missa na Igreja Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada, teve lugar a cinco de novembro de 1995, tendo como padrinho o então Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, Prof. Doutor António Machado Pires.

Em fevereiro de 1998 são aprovados os primeiros estatutos e regulamento interno da Tuna Académica da Universidade dos Açores.

No seguimento do trabalho realizado e dado o sucesso alcançado, foi editado, em 1996, o primeiro registo discográfico intitulado “A Descoberta”.

Desde a sua fundação, a Tuna Académica teve um trajeto de sucesso, marcado por diversas atuações e digressões em festivais nacionais e internacionais, tendo atuado pelas ilhas dos Açores, continente Português, Alemanha, Holanda e Canadá, e arrecadando mais de setenta prémios, como manifestação do seu esforço, trabalho e qualidade, enquanto grupo musical e académico.

Na sua última digressão, em março do corrente ano, participou no Festival de Tunas Mistas de Vila Real, tendo sido a vencedora do mesmo Festival, tendo arrecadado sete prémios.

Ao longo do tempo a Tuna Académica da Universidade dos Açores apadrinhou a Tuna Universitária da Universidade da Madeira e a Luso-Can Tuna, a única tuna existente na América do Norte.

Desde 2010, a Tuna Académica organiza esporadicamente o ‘Inventio’ - Festival Internacional de Tunas.

O ano de comemoração do seu 25.º aniversário foi marcado pelo lançamento de um novo registo discográfico intitulado “Mérito”, num concerto de cariz solidário que teve lugar no Teatro Ribeiragrandense.

A Tuna Académica da Universidade dos Açores conta hoje com cerca de 40 elementos e projetando-se através da presença no meio universitário, transmitindo a sua música e a forma de viver o espírito académico.

A Tuna Académica da Universidade dos Açores honra o traje que enverga e dignifica o nome dos Açores e da Universidade dos Açores, na Região, no país e no estrangeiro.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Louvor pelo 25.º Aniversário da Tuna Académica da Universidade dos Açores, do qual deve ser dado conhecimento à sua direção e ao Reitor da Universidade dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo

**Deputados Luís Maurício e Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.



**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pela passagem dos 125 Anos da Câmara de Comércio e Indústria da Horta. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **PELA PASSAGEM DOS 125 ANOS DA CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA HORTA**

A 9 de novembro de 1893 nasce, na ilha do Faial, o Grémio do Comércio da Horta tendo como objetivo dar resposta às necessidades de promoção do associativismo empresarial sentidas naquela época pelos empresários dos setores do comércio e indústria.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, é consagrada, através da alteração aos seus estatutos, promovida a 17 de março de 1977, a transformação do Grémio do Comércio da Horta em associação designada por Associação Comercial da Horta.

A atual denominação de Câmara do Comércio e Indústria da Horta – Associação dos Comerciantes, Industriais, Importadores e Exportadores das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, dá-se a 24 de janeiro de 1980, atingindo atualmente o estatuto de instituição centenária.

Desde a data da sua fundação, a Câmara do Comércio e Indústria da Horta tem pautado a sua ação pelo desenvolvimento de ações em defesa dos interesses dos

seus associados, da economia regional e do investimento privado nas ilhas abrangidas pelo seu âmbito territorial.

Atualmente, tem-se destacado enquanto parceira do Governo Regional dos Açores e de autarquias locais na execução e conceção de iniciativas, no âmbito de festas concelhias ou épocas natalícias, que visam a dinamização e promoção do comércio tradicional.

Paralelamente, a Câmara do Comércio e Indústria da Horta é parceira do Município da Horta na organização da maior festividade da ilha do Faial, a Semana do Mar, sendo lhe incumbida, neste certame, a produção e organização da Feira Expomar direcionada para a exposição de empresas ou entidades que produzam, comercializem ou atuem em áreas relacionadas com o Mar.

Presidida por Davide João Furtado Marcos desde outubro de 2017, esta instituição tem-se destacado igualmente como porta-voz dos interesses da comunidade empresarial, assim como na concretização de soluções que visem o bem comum.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de dezembro, que aprove um Voto de Congratulação à Câmara do Comércio e Indústria da Horta pela passagem dos seus 125 anos de história.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Governo Regional dos Açores e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**Os Deputados,** Tiago Branco e André Bradford

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, para a informar que a bancada do Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, se associa a este voto e informar a câmara que durante este período legislativo também apresentaremos um voto sobre este aniversário.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação pelos 50 Anos da Obra Social Madre Maria Clara. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **50 anos da Obra Social Madre Maria Clara**

Aconteceu na Candelária do Pico há 50 anos atrás.

Em 1968 chegaram três irmãs de Caridade, três Marias de seu nome, que a convite do filho mais ilustre – D. José da Costa Nunes ali se fixaram para expandir o seu apostolado a favor do primeiro Jardim de Infância ou escola Pré-escolar da Ilha do Pico e apoio à Igreja presente nos diferentes domínios.

Há cinco décadas uma nova página de desenvolvimento e do progresso da Ilha, uma boa nova para a juventude do Pico e, assim as Irmãs, conhecidas vulgarmente por freiras, tornavam-se missionárias na terra dos missionários.

Nasceram na Ilha do Pico, no final da década de sessenta, filhas adotivas que nestes novos tempos abraçaram tantos filhos com dificuldades familiares e os integraram e educam para a vida.

Viveram na Ilha e promoveram-na, respeitando o testamento e a intenção do Cardeal Costa Nunes, vindo para a educação de crianças, continuaram a formar as mesmas, os adolescentes, os jovens, os adultos, os idosos, as famílias e as gentes, amando e vivendo o espírito de S. Francisco de Assis.

Esta gente, a nossa gente, tornou-se a GENTE das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, tal como a sua fundadora Madre Maria Clara do Menino de Jesus, e ao celebrar o ouro da sua permanência na Candelária e na Ilha do Pico, continuando a dar e a amar no caminho, na verdade e na vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto louvor e de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados durante estas bodas de ouro celebradas no dia 8 de novembro último.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento à Obra Social Madre Maria Clara, à Paróquia da Candelária, à Diocese de Angra e Ilhas do Açores e à Assembleia Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 11 de dezembro de 2018

**Os Deputados,** Luís Maurício, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Marco Costa

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(\*) **Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto salientando a importância das respostas sociais de acolhimento de crianças e jovens e salientando, neste contexto, o excelente e dignificante trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Obra Social Madre Maria Clara, assegurando o desenvolvimento integral e saudável das nossas crianças e jovens, proporcionando-lhes um ambiente seguro e protetor e contribuindo para a sua progressiva autonomização.

É graças ao trabalho de instituições como a Obra Social Madre Maria Clara que nos fortalecemos enquanto ilhas e que nos fortalecemos enquanto região e daí como mencionado a nossa natural associação.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Srs. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para? Para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, Sra. Presidente.

**Presidente:** É regimental. Vamos então encerrar os nossos trabalhos e voltamos às 15h00 com a Agenda.

*Eram 12 horas e 30 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar de Secretário na Mesa)*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais.

*Eram 15 horas e 07 minutos.*

Vamos entrar na Agenda da Reunião, nomeadamente no ponto 1, **Projeto de Resolução n.º 98/XI – “Apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Instituições Particulares de Solidariedade Social constituem parceiros sociais com um papel crucial ao nível da execução de políticas sociais.

Na educação, na saúde, ou na reabilitação, muitas vezes substituem as funções do próprio Governo.

Estas instituições prestam serviços essenciais de proximidade à infância, à juventude, aos portadores de deficiência ou doença, aos idosos e a franjas de população economicamente vulnerável.

Nos Açores esses serviços e esse apoio são prestados a milhares de açorianos e, infelizmente, na Região é cada vez maior o número daqueles que desse apoio necessitam.

Como é do conhecimento geral, a partir de 2014 alterou-se a forma de financiamento dessas instituições, de modo a que as mesmas passassem a ter mais autonomia e maior responsabilidade na sua própria gestão.

Na verdade, o que aconteceu foi que as IPSS se viram confrontadas com um aumento de custos de funcionamento, sem que existisse uma comparticipação, na mesma proporção, por parte do Governo Regional.

O acordo base assinando em novembro de 2017, e a adenda a esse mesmo acordo, assinada em agosto deste ano, entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social e os representantes da União Regional de Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) e da União Regional de Misericórdias dos Açores (URMA), que previram o aumento do seu financiamento, com as respetivas majorações previstas em função do grau de dependência dos utentes, foram insuficientes.

Se por um lado é positivo que as IPSS sejam mais eficazes e eficientes na sua gestão, por forma a permitir a prestação de serviços de maior qualidade, por outro lado, não pode isso votar ao abandono estas instituições, que parecem deixadas à sua sorte, sem que a sua saúde financeira esteja garantida.

Esta questão é tanto mais importante numa altura e num contexto em que a pressão sobre as respostas sociais é cada vez maior.

Esta pressão coloca em causa a capacidade de resposta e toda a qualidade dos serviços prestados pelo sector solidário.

Afigura-se assim essencial a criação de mecanismos e de apoios adicionais para a promoção do alívio financeiro destas instituições e, bem assim, da garantia da prestação de serviços de qualidade pelas mesmas.

É neste sentido que surge esta iniciativa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como bem sabemos a fatura de energia elétrica tem um peso substancial no conjunto de despesas de qualquer empresa ou instituição e as IPSS não são exceção.

É certo que existem já várias medidas, apoios ou sistemas de incentivos que decorrem de estratégias e metas no âmbito da eficiência energética e da

utilização de energia proveniente de fontes renováveis que abrangem as IPSS. Existem, por exemplo, as medidas que constam do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, ou do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis ou mesmo do Sistema de Incentivos Regional ProEnergia, porém, não é menos certo que esses apoios são pouco apelativos para as IPSS, regra geral por indisponibilidade de recursos financeiros por parte destas instituições. Entendemos, assim, que enquanto não existir financiamento adequado a estas instituições que lhes permita saúde financeira e, desta feita, recurso aos apoios disponíveis que lhes permitam alcançar maior autonomia energética, algo fundamental para aqueles que são os objetivos regionais em matéria de Energia, outras soluções devem ser equacionadas.

Relembramos que no atual tarifário elétrico vigente na Região já se contempla uma Tarifa Social para fornecimento de energia elétrica a clientes economicamente vulneráveis, mas que se destina apenas a pessoas singulares, não havendo possibilidade de extensão desta tarifa ao "sector solidário" em que se incluem as IPSS.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Ora temos uma tarifa solidária que não se aplica ao sector solidário!!!

Bem sabemos que o Governo Regional dos Açores não possui competência regulatória em matéria de tarifas e preços de energia elétrica.

O próprio Executivo tem “alegado” que não existe enquadramento legal para a operacionalização de uma tarifa solidária de energia elétrica para as IPSS, já que essa é uma competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a ERSE.

Se por um lado é verdade que a Região não possui essa competência regulatória, não deixa de ser verdade que se houvesse verdadeira vontade do



Executivo em ter esse tipo de apoio energético para as IPSS, o mesmo teria usado a sua posição para influenciar a ERSE nesse sentido.

Prova disso mesmo pode ser encontrada na apresentação da opção tarifária de eletricidade que possibilitou aos clientes açorianos em Baixa Tensão Normal, desde o início deste ano, a opção por um ciclo de contagem semanal, onde se referiu que essa “introdução, através da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, resultou de um esforço do executivo açoriano, junto desta entidade...”.

O esforço e o exercício de influência por parte do executivo junto da ERSE pode, afinal, ser feito!!!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Isso é ingerência!

**A Oradora:** Não descortinamos porque, até agora, não foi feito para a criação de uma tarifa para o sector solidário.

O PSD/Açores, ao contrário do executivo, reconhece a importância da missão das IPSS e, nesse sentido, e com o propósito de promover o alívio financeiro destas instituições e, bem assim, criar condições para a prestação de serviços de qualidade pelas mesmas, apresenta o presente Projeto de Resolução, com o objetivo de:

Recomendar ao Governo Regional dos Açores que, através dos departamentos governamentais com competência em matéria de Energia e Solidariedade Social, passe a compartilhar a fatura de energia elétrica das Instituições Particulares de Solidariedade Social, devendo o desconto sobre o preço bruto das tarifas de venda de eletricidade (excluído de IVA e demais impostos), ser, em percentagem, similar ao da Tarifa Social, ou seja 33%, até ao montante máximo de €1.250,00 por mês; E ainda,

- Recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na comparticipação mensal dos valores das faturas de energia elétrica das IPSS, discrimine de forma positiva, por via de uma majoração no apoio, os esforços em medidas de

eficiência energética que permitam uma redução dos consumos anuais de energia elétrica em comparação com o ano de referência de 2016.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em sede de Comissão Permanente de Economia, ouvido o representante da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social – João Canedo, sobre a proposta do PSD em referência, entendeu o mesmo que se trata de uma medida importante e que se apoio semelhante existe para as pessoas vulneráveis também deveria existir para as IPSS.

Por sua vez, o representante da URMA – União Regional das Misericórdias dos Açores – Dr. Bento Barcelos, manifestou concordância com o desconto de 33% na eletricidade, tendo felicitado a iniciativa, que entende contribuir para minimizar a discriminação negativa que as 23 Misericórdias dos Açores sofrem face às suas homólogas do continente, as quais podem beneficiar de protocolos com os operadores de energia elétrica, o que lhes permite reduzir os seus custos energéticos.

Já a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, considerou que a iniciativa em apreço entra em contradição com a política energética do Governo Regional dos Açores, uma vez que a comparticipação desta medida poderá promover o efeito contrário, ou seja, estimular o aumento do consumo de energia.

A Sra. Secretária é, portanto, contra a tarifa social. É contra um benefício social que se destina a famílias e pessoas que têm dificuldades económicas, por via de um desconto na fatura de energia elétrica.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Considera, pois, que esse desconto leva a que essas famílias e pessoas passem a consumir mais eletricidade.

Quanto à política energética do Governo Regional, será bom relembrar a execução de apenas 35,8% das verbas inscritas no Plano de 2017 ao nível da Eficiência Energética ou de 0% na Mobilidade Elétrica dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda bem!

**A Oradora:** A Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo foi clara ou demarcar-se do objeto do presente Projeto de Resolução e, bem assim, ou demonstrar que é contra apoios adicionais ao sector solidário.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Felizmente, a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social reconhece as exigências do sector solidário e já admitiu publicamente que as parcerias e os apoios não se devem esgotar no momento em que se assinam contratos de financiamento, havendo uma necessidade permanente de corrigir, mudar ou inovar.

O Grupo Parlamentar do PSD Açores, entende que a aprovação deste projeto de resolução irá corrigir algumas injustiças e discriminações negativas. Com esta iniciativa proporcionamos uma oportunidade para que o Governo atue no sentido de não deixar ninguém para trás e de realizar um verdadeiro combate à pobreza.

**Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Esperamos, assim, que a bancada parlamentar do partido Socialista não se limite aos slogans e abrace esta oportunidade.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como se pode ler, e bem, no preâmbulo desta iniciativa, as Instituições Particulares de Solidariedade Social prestam serviços essenciais de proximidade a diferentes segmentos de grande importância para a nossa sociedade, nomeadamente em relação à juventude e infância, aos idosos, aos cidadãos com necessidades especiais, aos cidadãos mais carenciados e, portanto, uma parte significativa da população dos Açores.

Quer isto dizer que as IPSS prestam um inestimável serviço aos açorianos, razão pela qual devem merecer todo o respeito e apoio por parte do Governo Regional.

Nós sabemos que são muitas as dificuldades com que se deparam os IPSS atualmente, especialmente dificuldades a nível financeiro, para dar cumprimento às suas responsabilidades, para suportar os seus encargos, mas também para garantir a qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, ainda para mais quando, por muitas vezes, estas instituições se veem confrontadas com atrasos nas transferências provenientes por parte do Governo Regional.

Como é óbvio, uma importante fatia destas despesas de funcionamento das IPSS refere-se à fatura de energia.

Ora, diz a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, em sede de Comissão, que a solução passa, e cito, “pela redução de consumo energético, dando às IPSS as ferramentas necessárias para que estas possam reduzir a sua fatura energética gerando poupanças económicas e ambientais para a Região Autónoma dos Açores, seja através de auditorias e relatório com medidas de melhoria, da emissão de certificados energéticos, da sensibilização e formação para as melhores práticas de eficiência energética, além de investimentos, em tecnologia, como é o caso do programa Pro-Energia”.

Sra. Secretária, tudo isto, de facto, é importante, tudo isto faz parte de uma solução, mas nada disto por si só conseguirá resolver o problema destas IPSS.

Auditorias, sensibilização, formação, workshops, boas práticas, emissão de certificado, tudo isto, de facto, vale a pena aplicar e ser posto em prática, mas não é suficiente para atingir uma eficiência energética que permita fazer diferença nas contas das IPSS.

Por outro lado, se grande parte destas IPSS não têm capacidades, ou se têm dificuldades em fazer face às suas despesas de gestão, não é razoável admitir que elas possam ter disponibilidade financeira e também liquidez para que possam concorrer a estes programas e fazer aquisição de tecnologia que possa promover uma maior eficiência energética.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Não podem!

Portanto, no imediato, o que as IPSS necessitam é de um apoio para fazer face às suas despesas correntes e só dessa forma, eventualmente, conseguirão depois ganhar outra capacidade para concorrer a esses programas, candidatar-se a esses programas e para poderem investir e apostar na eficiência energética.

O que nós não podemos esquecer é da importância dos serviços prestados por essas IPSS, que em muitos casos preenchem as lacunas e as insuficiências da função dos próprios departamentos governamentais e como tal o CDS concorda com os pressupostos desta iniciativa, com os seus objetivos, nomeadamente com a comparticipação da fatura energética das IPSS aqui proposta e também com a majoração do apoio...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor quer aumentar o consumo!

**O Orador:** ... para os investimentos em eficiência energética.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As IPSS e as Misericórdias sempre prestaram e prestam um serviço inestimável à nossa sociedade e, principalmente em setores como na educação e no apoio social, de tal forma que o Estado e, neste caso, a Região, acabou por delegar, nuns casos transitoriamente, noutros casos, se calhar, mais a caráter definitivo, o que não deveria acontecer, estas competências que cabiam, em primeiro e em último lugar, à competência exclusiva do Estado, e neste caso da Região, e acaba por delegar estas competências nestas instituições, ou seja, em IPSS de caráter mais secular e Misericórdias, se calhar, com conotação mais religiosa.

Os motivos são vários, mas poderia destacar dois desses motivos. Um deles tem a ver com a experiência acumulada destas instituições, principalmente das Misericórdias, principalmente no trabalho social, apesar de adotarem um caráter mais assistencialista é verdade, mas não deixam de ter uma experiência acumulada neste domínio e também no campo da educação, principalmente as Misericórdias, se calhar mais associadas àquela que é uma educação mais de cariz religioso, mas que também deram um contributo durante algum tempo para, digamos, disponibilizar oferta educativa, à população.

É claro que, no caso da educação, o Estado e a Região acabaram, e bem, por chamar à sua competência e à sua responsabilidade essa função. Portanto, hoje em dia, nós já temos escolas do Estado, uma escola pública como deve ser.

Agora tarde em fazê-lo no que diz respeito à intervenção social, mas enquanto não o faz, convém responsabilizar-se por esta delegação de competências que as depositou nestas instituições.

Portanto, faz todo o sentido apoiar estas instituições para que elas cumpram aquela que era uma obrigação que devia ser, em primeiro lugar, do Estado ou da Região.

Portanto, um dos motivos, como já enunciei, tem a ver com a experiência acumulada destas instituições, principalmente no trabalho social, mas o principal motivo tem a ver com, digamos, o carácter economicista desta delegação de competências, porque fica mais barato.

O Estado e a Região só o fez, só delegou estas competências, e só continua a perpetuar esta delegação de competências, porque lhe sai mais barato. E sai mais barato, porquê? Porque, por exemplo, a nível de despesas correntes fica muito mais barato para a Região delegar este tipo de trabalho a estas instituições que têm que contar com despesas correntes que são completamente incomportáveis para a maior parte destas instituições.

Aqui, o Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD incide sobre uma despesa corrente que é uma das mais significativas que tem a ver com a fatura da eletricidade.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E as pessoas?

**Deputado André Bradford (PS):** E a mão de obra não é significativo?

**O Orador:** Já lá vou, já lá vou!

Outra despesa corrente e que também tem um peso bastante significativo é a despesa com o pessoal e também por aí a Região acabou por poupar alguns trocados até bastantes trocados. Porquê? Porque todos nós sabemos que os trabalhadores que exercem funções nessas instituições são mal pagos, não têm a sua carreira devidamente valorizada, muitas vezes desempenham funções que são completamente iguais a funções de funcionários públicos, inclusive chegam

a partilhar o mesmo espaço de trabalho e recebem muitas vezes, em média, salários inferiores a 40% comparativamente aos colegas que trabalham lado a lado com eles.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Estamos a falar de quê, Sr. Deputado? De Ponta Delgada?

**O Orador:** Essa tem sido uma prática que tem sido inclusive promovida e incentivada pelo próprio Governo Regional e que tarda em terminar, e que tarda o Governo Regional a reconhecer que esse tem sido um objetivo que tem prosseguido, e mal, de utilizar esta mão-de-obra muitas das vezes bastante qualificada a preços de saldo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Está a falar de pessoas, Sr. Deputado!

**O Orador:** Perante a falta de recursos destas instituições, quer para fazer face a despesas correntes como a conta da eletricidade, quer para valorizar os seus trabalhadores (aliás, essa foi uma das queixas feitas pelo próprio representante da URIPSSA, em audição da Comissão que apreciou esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD), faz todo o sentido o cumprimento do objetivo deste Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD que, a peca, só peca por se calhar, ser demasiado distrito, porque, se calhar até poderia ir mais além e não ficar somente pela comparticipação da conta da eletricidade e se calhar, deveria ir mais além...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Proponha propostas de alteração, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... e também, digamos, recomendar que o Governo Regional iniciasse um processo que (eu quero aqui recordar) foi prometido pelo antigo Presidente do Governo Regional Carlos César, em 2000 ou 2011, de iniciar um processo gradual de convergência salarial entre os trabalhadores e neste caso técnicos superiores das IPSS e Misericórdias com os seus colegas funcionários públicos,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!



**O Orador:** ... coisa que ainda não aconteceu.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem está para acontecer!

**O Orador:** É verdade que o Governo Regional tem uma posição, ou começou a ter uma posição muito confortável a partir da altura em que instituiu este novo modelo de financiamento às IPSS e Misericórdias, baseado no novo Código de Ação Social e que considera, e com razão, em termos puramente teóricos e abstratos,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não se esqueça que estamos a falar de IPSS!

**O Orador:** ... que as IPSS e as Misericórdias devem gozar de plena autonomia, inclusive uma autonomia que lhes permita fazer a gestão como bem entenderem daqueles que são os seus recursos financeiros.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Elogiada por eles, Sr. Deputado!

**O Orador:** Mas essa autonomia acaba por, na prática, não funcionar bem assim. Porquê? Porque essas IPSS e Misericórdias, a grande maioria delas, só vive mesmo daquela que é a comparticipação que a Região lhes atribui para fazer face àquelas que são despesas correntes e aqui, claro, incluímos as despesas com a eletricidade.

Mas quando a comparticipação que é atribuída não permite a estas instituições fazer face a despesas como eletricidade e despesas com pessoal, e aqui as despesas com pessoal não basta manter um quadro de pessoal, é necessário valorizá-lo, e valorizar aqui quer dizer que nós temos que garantir uma carreira a esses trabalhadores e trabalhadoras, e não o consegue, porque são completamente asfixiadas por este modelo de financiamento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O anterior era melhor, o vosso!

**O Orador:** Mais!... O Governo Regional, o que acaba por alegar é que, no quadro daquela que é a autonomia garantida a estas instituições, elas devem

(porque não?) diversificar as suas fontes de receita e funcionar um pouco à laia de empresas.

Ora, essa não pode, nem deve ser, a realidade e o futuro destas instituições. Se calhar o futuro deste tipo de trabalho social, de intervenção social e mesmo de trabalho no domínio da educação, deveria, de forma gradual, passar a ser uma competência, como devia ter sido desde sempre, da Região.

**Deputado André Bradford (PS):** Estava a ver que era aí que o senhor queria chegar!

**O Orador:** Infelizmente eu não vejo essa intenção por parte quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional. Quanto ao PSD e ao CDS, fico na dúvida sobre qual o futuro que o PSD, o CDS e o PPM têm para as competências associadas ao trabalho social, de intervenção social e da Educação.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nem do Bloco de Esquerda!

**O Orador:** Isso é outra coisa.

É verdade que a Sra. Secretária veio dizer, em Comissão, que a solução....

**Deputado André Bradford (PS) e Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O que é que quer dizer economia social?

**O Orador:** Eu não falei em economia social, eu falei em trabalho de intervenção social.

A Sra. Secretária, em audição, na Comissão, alegou que existem incentivos neste momento,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Alegou! O Sr. Secretário alega!

**O Orador:** ... e que foram aqui devidamente descritos e identificados, quer pelo PSD, quer mesmo pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, que permitem a estas instituições pouparem na sua fatura de eletricidade, quer através do recurso ao Pro-Energia, quer mesmo através da frequência de workshops e ações de formação que permitem a estas instituições terem acesso a informação,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Há mais no Plano e Orçamento!

**O Orador:** ... não digo que não é válida, pelo contrário é bastante válida, sobre como é que podem poupar na sua conta da eletricidade.

Mas também pelas razões que foram aduzidas, quer pelo Grupo Parlamentar do PSD, quer pelo Grupo Parlamentar do CDS, estas instituições não têm condições financeiras para, por exemplo, se candidatarem ao Pro-Energia, porque é necessário avançar sempre com capital próprio. O Pro-Energia só garante uma participação.

É claro, eu não vou dizer que é uma participação insignificante. Não é disso que se trata, mas necessita de qualquer forma de adiantar algum dinheiro, algum capital, senão não consegue aceder à participação.

Além do mais, é claro que a frequência de formação ou de qualquer ação de sensibilização em que sejam transmitidas informações ou dicas sobre como poupar na sua conta da eletricidade são sempre úteis,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Auditoria aos consumos!

**O Orador:** ... mas, quando isto é a solução indicada pelo Governo Regional para as IPSS e as Misericórdias para pouparem na sua conta de eletricidade, isto soa um bocado àquela instrução à laia de “toma lá uns trocados e vê lá se nos gastos mal gastos”.

**Deputado André Bradford (PS):** São os senhores que querem que se faça!

**O Orador:** Portanto, acho que tanto o Governo Regional como o Partido Socialista deveriam revelar outra abertura perante esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava naturalmente para intervir neste debate, não fosse aqui a interpelação do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que vem aqui fazer uma defesa do setor social, que eu sinceramente não percebi a alusão feita ao CDS.

Eu consigo, por exemplo, fazer uma ligação a Santas Casas da Misericórdia, doutrina social da Igreja, ao CDS.

Agora Santas Casas da Misericórdia, Solidariedade, Bloco de Esquerda, não consigo.

Portanto, economia social, ou intervenção social, eu consigo fazer com o Bloco de Esquerda, que é adquirir casas que eram para âmbito social, a economia Robles, a economia social do Bloco de Esquerda, que o senhor defende, que o senhor acusa os outros, mas que o Bloco pratica para benefício próprio, ganhando milhões.

São os dirigentes do seu partido que o fazem e numa bem recente, adquirindo casas municipais em nome da mana, da *sister*, da irmã e depois aquilo é tudo uma família (a família de esquerda, esquerda solidária), unida, para ter lucro, para depois pôr no mercado.

Portanto, o exemplo que os senhores dão de intervenção social é bem patente na economia Robles, Sr. Deputado. O senhor quando aponta, quando atira a primeira pedra numa linguagem cristã, devia pensar três vezes antes de atirar a pedra e quando for atirar atire para trás para atingir os seus camaradas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima já esvaziou um pouco a minha declaração que ia no mesmo sentido. Não percebi a alusão ao PPM na questão das políticas sociais.

O PPM é um partido empenhado nas questões sociais. Agora o que nós não somos é hipócritas em nenhum tipo de situação,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... porque o que nós assistimos, do ponto de vista das medidas que têm sido apresentadas pelo Bloco de Esquerda em diferentes instâncias políticas, nomeadamente, por exemplo, na Câmara Municipal de Lisboa, mostram bem que uma coisa é o discurso,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... outra coisa é a prática, como o caso Robles demonstrou à sociedade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas há mais!

**O Orador:** Outra coisa é a prática por parte dos responsáveis.

Penso que o que descredibiliza a classe política é, de facto, dizer-se uma coisa, apontar-se num determinado rumo ideológico um conjunto de medidas, e depois na prática o que nós vemos é que esses responsáveis políticos fazem precisamente o contrário quando desempenham funções políticas.

Portanto, em relação a esta matéria e em relação à preocupação que cada um de nós tem nas questões sociais, Sr. Deputado, eu devolvo-lhe as suas afirmações. No PPM não encontrará a hipocrisia que o Bloco de Esquerda teve em relação a esta matéria, nomeadamente em relação a essa situação que, num primeiro momento, como bem sabe, foi completamente subscrita pela direção do partido, e depois, perante a pressão da opinião pública e da comunicação social, então o partido, o Bloco de Esquerda, acabou por tomar uma posição completamente modelo diferente em relação ao que tinha dito antes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Instruções!

**O Orador:** Portanto, prática, teoria!

Prática, no meu caso, no caso do PPM, e acredito que noutros partidos também, são a mesma coisa: não exercemos qualquer tipo de hipocrisia nesta matéria.

Em segundo lugar, gostava de dizer, em relação à proposta que o PSD apresentou, o Projeto de Resolução de apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social, que eu considero que estas duas medidas que se encontram descritas na sua componente resolutiva vão no caminho correto. Parecem-me bem estruturadas, resultam de uma necessidade evidente e são também de uma justiça na minha perspetiva evidente, até porque se já temos uma tarifa social para pessoas singulares economicamente vulneráveis, eu considero que faz todo o sentido que se possa também pensar numa medida do mesmo tipo em relação ao setor solidário e, nesse sentido considero que estas propostas são justas, são exequíveis e são necessárias.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nesse sentido, o PPM apoiará o presente Projeto de Resolução.

Portanto, votará a favor.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir novamente, mas parece que aparentemente não fui suficientemente claro.

O que eu pretendia era somente questionar, porque eu não sei, desconheço quais as posições políticas quer do CDS, quer mesmo do PSD ou do PP, quanto ao futuro do trabalho de intervenção social, quer na Região, quer mesmo no todo nacional.

Desconheço se pretendem continuar este caminho, ou seja, de delegar exclusivamente todo este tipo de trabalho em instituições como IPSS e Misericórdias (é uma opção!), ou se pretendem um caminho gradual para que

novamente seja o Estado e a Região a assumir aquilo que é da sua primeira competência.

Foi só isso. Acho que não estou aqui a condenar, à partida, quer o PSD, quer o CDS, quer o PPM sobre quaisquer perspetivas que possam ter,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está, está!

**O Orador:** ... à partida, sobre o futuro do trabalho de intervenção social, mas é claro que também já estou um bocado habituado àquela que é...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... uma abordagem do Sr. Deputado Artur Lima acerca de todo o debate em que o Bloco de Esquerda tem algum tipo de intervenção.

O Sr. Deputado Artur Lima acaba sempre por cair na caricatura, em vez de discutir exatamente aquilo que interessa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A iniciativa é nossa?

**O Orador:** Não provoqueei! A minha intenção não foi sequer provocar.

Agora, uma coisa é certa: se for a seguir este rumo da caricatura sempre que debatemos algum assunto,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas a caricatura é a realidade!

**O Orador:** ... alguma iniciativa, eu também poderia, mas não o vou fazer, não o farei porque não faz qualquer sentido,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não vai fazer, mas continua!

**O Orador:** ... porque o que interessa aqui é discutir realmente o que deve ser discutido e não meras caricaturas, mas eu poderia, por exemplo,...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar.

**O Orador:** ... tentar perceber por que é que, se calhar, nem todos os militantes do CDS vão à missa todos os domingos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ó senhor, pelo amor de Deus!

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** ... só porque são o Centro Democrático Social e porque são um partido que advoga a democracia cristã.

Mas isso seria fazer uma caricatura do CDS, não faria qualquer sentido, pois não Sr. Deputado?

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Sr. Deputado Artur Lima tinha se inscrito? Então tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado acabou o seu tempo, de maneira que a minha intervenção não irá no sentido que estava para ir.

Eu não apresentei nenhuma caricatura. Eu apresentei-lhe uma realidade e uma situação real que outros partilham.

Agora, Sr. Deputado, nós defendemos o setor social. Nós somos contra a nacionalização do setor social. Ao público o que é do público, ao privado o que é do privado e ao social, que faz um papel extraordinário na sociedade açoriana e portuguesa...

As IPSS fazem um papel extraordinário e, portanto, devem continuar a existir como tal, pese embora defendamos protocolos de cooperação quando elas se substituem ao Estado e à Região em determinados papéis, que sejam financiadas para desempenhar essas funções. É essa a posição do CDS. Sempre foi, há anos, aliás, antes de existir o Bloco de Esquerda.

As outras considerações não vou fazer, porque o senhor não tem tempo. Portanto não vou fazer, mas esclareci. O senhor percebeu qual é a posição do CDS.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima pediu a palavra para?



(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, pedi a palavra para um protesto às declarações do Sr. Deputado Artur Lima, aquando da sua primeira intervenção há pouco.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima, infelizmente não lhe posso conceder a palavra para um protesto, porque segundo aquilo que diz o nosso Regimento o protesto tem que ser feito imediatamente a seguir às declarações.

Por isso não lhe poderei conceder a palavra para um protesto neste sentido, porque as últimas afirmações do Sr. Deputado já não incidiram sobre a questão que estava em causa, penso eu.

Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As IPSS prestam, como todos nós sabemos, um importantíssimo serviço aos açorianos. Nós achamos que são importantes todos os apoios às IPSS visto que estas vivem, por vezes, com muitas dificuldades e num sufoco financeiro muito elevado.

Achamos que este apoio é muito importante para também reduzir as despesas correntes que as IPSS atravessam. Por isso mesmo, a Reparação Parlamentar do PCP votará favoravelmente este projeto.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado e Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Resolução que se encontra em discussão, apresentado Partido Social Democrata, que tem como objetivo que o Governo Regional dos Açores participe a fatura de energia elétrica das IPSS, consideramos efetivamente, tal como já foi vinculado que, independentemente do grande mérito do trabalho que as IPSS desenvolvem na Região, é uma contradição relativamente à política energética regional que estamos implementando e que segue no caminho da promoção de uma cultura energeticamente eficiente, estimulando o uso racional de energia e por esta via, sim, contribuir para a redução das faturas a que as IPSS atualmente comportam. Neste sentido esta participação mencionada, para além de não dotar os técnicos e os utentes das IPSS de conhecimentos condicentes às melhores ações, no âmbito do uso racional da energia, também pode efetivamente promover precisamente o contrário do que se pretende, que é o aumento dos consumos precisamente porque os torna mais baratos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** É uma regra básica que a economia comporta, infelizmente, nem sempre no movimento e no sentido que nós gostaríamos.

E partilhar convosco que, no que diz respeito ao apoio que existe atualmente para as IPSS poderem efetivamente reduzir o seu encargo monetário relacionado com as despesas de fatura energética, existem, estão disponíveis várias ferramentas.

Já foi focado aqui o Pro-Energia. É um programa de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis que, de facto, incentiva até 40% as despesas que são aqui elegíveis.

Dar-lhes uma nota que, desde 2015 a 2017, atribuiu cerca de 13 mil euros a sete IPSS. Este ano, temos três candidaturas, uma já decidida, duas em análises.

E gostava também de vos dar nota que relativamente a este programa que se encontra em revisão, fruto da necessidade que existe do mesmo prever novas

tecnologias nesta matéria, e equipamentos que não estavam anteriormente previstos, também está contemplada a importância aqui da revisão dos apoios, entre eles, e posso dar-vos essa nota, será apresentada à Assembleia Legislativa Regional uma proposta de revisão do Pro-Energia que, no caso das IPSS terá uma revisão dos valores máximos concedidos, precisamente também para estimular, por esta via, as iniciativas de alteração de comportamentos e equipamentos que as mesmas devem ter.

Não posso deixar de referir também que está ao dispor das IPSS outras medidas, nomeadamente o Pro-Rural que tem uma componente dedicada exclusivamente à eficiência energética em concreto a medida 19, sob a medida 19.2, que prevê a comparticipação de investimentos nesta matéria e também o próprio Programa Operacional Açores 2020, que também tem uma prioridade específica nesta matéria e que, no âmbito daquela que foi a reprogramação feita recentemente, permite que a mesma também abrange as IPSS, podendo assim estas entidades beneficiar dos incentivos que estão previstos nesta matéria.

Mas a nossa atuação no que diz respeito à eficiência energética e em concreto às IPSS não se fica por aqui.

Nós temos em vigor dois programas, um que decorre em paralelo com a Secretaria Regional da Solidariedade Social e outro em parceria com a RNAE.

Relativamente à primeira, ela foca a realização de auditorias energéticas que consistem, como saberão, em exames detalhados das condições em que a energia é utilizada nestas instituições, pretendendo e permitindo contabilizar os consumos e os desempenhos energéticos dos sistemas, dos equipamentos e podendo por essa via ser possível identificar medidas adequadas para a redução dos consumos e essas também com reflexos diretos nas faturas das entidades.

Procederam-se à identificação dos edifícios com diversas valências de IPSS para serem contempladas nesta intervenção, estão sinalizadas em parceria com a Direção Regional da Solidariedade Social 14 IPSS, não só pelas suas estruturas

existentes, mas também ao nível dos sistemas que detém e para as mesmas será emitido um certificado energético com a identificação das medidas de melhoria que podem ser integráveis nos programas de financiamento que vos dei nota há pouco.

Neste momento, estamos a desenvolver os procedimentos necessários para lançamento do concurso público no que diz respeito à adjudicação destas auditorias, que decorrerá no início de 2019, portanto, pretendemos durante o próximo ano ter este processo concluído e esta parceria passa também pela sensibilização e formação que são determinantes para se poder mudar comportamentos nesta matéria, aumentar níveis de conhecimento, sensibilizar os técnicos e utentes de IPSS para práticas e comportamentos mais eficientes que permitam também por si levar a reduções de consumo.

Temos já formação em gestores locais de energia que permitem uma aptidão para identificar dentro de cada uma das instituições estratégias no sentido da eficiência energética que bem se pretende.

Falava-vos também de um outro programa que temos a decorrer, este em parceria com a RNAE, fruto de um protocolo que foi celebrado em maio deste ano, e que prevê, também como objetivos primordiais, a sensibilização e formação colaboradores de IPSS para esta temática criando uma rede nacional de coordenadores internos para a Energia.

Este programa tem várias fases que passa por workshops, por ações formativas, manuais de boas práticas que também preveem depois a adaptação para as residências privadas por forma a que o conhecimento desta matéria possa não só estar nas IPSS mas também ser levado para as residências das famílias dos utentes, passa por termos aqui também uma plataforma de gestão de consumos de energia que permanecerá depois deste programa.

Dar-vos nota de que a nível regional, neste programa, estão seleccionadas 37 IPSS, que são contempladas no mesmo e que, portanto, beneficiam do que está previsto neste protocolo.

Em suma, nós defendemos que a solução para resolver o problema associado à fatura energética das IPSS não se prende com a comparticipação desta despesa, mas sim efetivamente com a sua redução e apoiar estas entidades na concretização deste abaixamento de consumos.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** A Sra. Secretária não tem noção o que é que gasta uma IPSS!

**A Oradora:** Estamos a trabalhar neste sentido e damos às IPSS ferramentas necessárias para a sua capacitação no âmbito de medidas e comportamentos mais eficiente em termos do ponto de vista energético e com eles podemos efetivamente gerar poupanças económicas e ambientais também para a Região e é isso que temos vindo a fazer num quadro em que temos também, como foi referido, sistemas financeiros que permitem ir ao encontro disto, através de auditorias energéticas com a implementação de melhorias, de certificados energéticos que permitem disponibilizar informação sobre o desempenho dos edifícios, sensibilização e formação para as melhores práticas e comportamentos de eficiência energética.

Portanto, em resumo, apesar de ser mais fácil em termos de sistema participar de forma direta, o que nós pretendemos “não é dar o peixe, é ensinar a pescar”.

Portanto, é nesse caminho que estamos e é nesse caminho que vamos continuar. Muito obrigada.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O problema é que não há peixe!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E tanta gente nessa bancada que está nas IPSS!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**(\*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária então considera que existe aqui um contrassenso entre aquela que é a proposta do PSD em relação à política energética do Governo Regional. Eu gostaria de saber então qual é a sua posição em relação à tarifa social? É que os pressupostos são exatamente os mesmos.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Já que “não ensina a pescar, dá o peixe”!

**A Oradora:** É contra a tarifa social? É contra o desconto que é facultado às famílias e pessoas que estão em carência económica, ao desconto que é aplicado na fatura de energia elétrica?

É porque se existe um contrassenso nesta proposta do PSD, também com certeza existirá contrassenso na tarifa social.

Depois dizer que, em relação àquelas que considera as medidas e as soluções no âmbito da eficiência energética para as IPSS, dizer que, muito bem, dotar os técnicos do conhecimento necessário para uma melhor gestão da energia nas suas instituições não invalida que se faça aqui um desconto na fatura de energia elétrica das IPSS.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Tem razão, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Mas eu perguntava-lhe: alguma das iniciativas que referiu aqui, as formações dos técnicos das IPSS, os protocolos assinados, alguma dessas iniciativas é do Governo Regional?

A resposta é não! Tirando o Pro-Energia, todas as outras, o Governo Regional anda a reboque do que vem lá de fora.

O ECO.AP foi um protocolo, o estabelecimento de um protocolo com a RNAE. É só protocolos, porque o Governo Regional não tem capacidade de ter as suas próprias iniciativas.

Depois, em relação à revisão do Pro-Energia, gostaríamos todos de acreditar que vai haver uma reformulação no sentido de que ele seja mais atrativo para as IPSS, que já vou dizendo que não têm disponibilidade financeira para concorrer a este sistema de incentivos, muitas vezes não têm meios para comprar fraldas ou o que quer que seja.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Querem que avancem com o dinheiro. Mas queremos acreditar que efetivamente irá haver uma reformulação do sistema de incentivos Pro-Energia, mas, Sra. Secretária, a senhora já faz essa promessa há dois anos, (há dois anos!). Quando é que, afinal, teremos o Pro-Energia reformulado?

Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma proposta do PSD que essencialmente tem dois pontos resolutivos. Pretende que o Governo passe a compartilhar a fatura de energia elétrica das IPSS, que esse desconto seja similar à tarifa social de cerca de 33%, até ao limite máximo de 1250 euros.

Cumulativamente, propõe também que o Governo major desse mesmo apoio para aquelas instituições que implementem medidas de eficiência energética com um ano de referência de 2016. E estes são os factos que estão aqui em discussão. Não é o facto do modelo de financiamento das IPSS, que, devo dizer, fazem um papel importantíssimo e têm um papel importantíssimo na nossa sociedade, são parceiros essenciais e fundamentais na implementação das políticas sociais na nossa Região Autónoma dos Açores,...

**Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que, em conjunto com o Governo Regional construíram e constituem uma rede de respostas sociais ímpar no país...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputada Renta Correia Botelho (PS):** Exatamente! Muito bem!

**O Orador:** ... que o Partido Socialista orgulha-se...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E que ama!

**O Orador:** ... e que é concretizada em todas as nossas nove ilhas.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** São instrumentos de apoio às nossas famílias, aos cuidadores, são instrumentos de apoio aos nossos jovens, às nossas crianças, aos nossos idosos e aos públicos com necessidades especiais.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas isso não nos leva a votar a favor desta proposta que, na nossa ótica, é injusta, é populista, é demagógica...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**Deputado António Almeida (PSD):** É populista!



**O Orador:** ... vai contra o que está definido no Programa de Governo, vai contra ao que foi definido no programa eleitoral do Partido Socialista e vai contra as políticas de eficiência energética praticadas em todo o mundo.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O que o Partido Socialista acha e considera que deve ser feito é reduzir os custos e a fatura energética através da redução do consumo pela melhoria da eficiência dos edifícios das IPSS, pela substituição de equipamentos e o aumento da eficiência energética por essa via...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** O Sr. Deputado não conhece as IPSS, se conhecesse não falava assim!

**O Orador:** ... e não pela subsidiação do consumo, pela subsidiação de um custo. E é nesse sentido que o Partido Socialista irá continuar o trabalho conjunto que faz com as IPSS.

Ainda há poucos dias, tivemos oportunidade de aprovar nesta Casa o Plano para 2019 onde se prevê também um conjunto de reabilitações de edifícios das IPSS, que têm que integrar novos sistemas de consumo,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Exatamente!

**O Orador:** ... novos sistemas de produção de energia...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que façam também, por essa via, a redução do custo energético das nossas IPSS.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Referir aqui que o Governo Regional anunciou hoje a revisão do Pro-Energia,...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Não! Já anunciou há dois anos! Está enganado, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... dotando-o de melhores condições de acesso não só às IPSS, mas também a todos os privados que queiram substituir e produzir energia elétrica

por via das fontes renováveis e a questão também do que foi anunciado através do Programa Operacional Açores 2020 em que as IPSS poderão passar a poder candidatar-se também a esses fundos europeus importantes para a implementação destas mesmas medidas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** E um terceiro eixo é o eixo claramente também da alteração de comportamentos, apostando na formação dos técnicos e dos funcionários das nossas IPSS. E de realçar também os programas, os dois programas que a Sra. Secretária falou relativamente ao apoio às auditorias energéticas, ao diagnóstico aos consumos que permite identificar medidas a implementar e por essa via melhorar os consumos e melhorar a eficiência energética das nossas IPSS.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Por fim, permitam-me dizer que, de facto, a política é feita de opções e aquilo que assistimos nesta Assembleia é que existe várias opções de ajudar as IPSS e de ajudar e melhorar a sua eficiência energética.

O Partido Socialista o que apresenta aqui nesta Casa é que pretende reforçar o financiamento das IPSS (está no terreno a negociar com as IPSS), pretende aumentar os incentivos para aquisição de novos equipamentos que melhorem a eficiência energética das IPSS,...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... queremos continuar a melhoria dos comportamentos dessas IPSS através dos programas que Sra. Secretária acabou de apresentar,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Então por que é que não o fazem? Estão à espera de quê?

**O Orador:** ... enquanto que a oposição aquilo que pretende e que toda a oposição diz que vai apoiar, é o contrário, é subsidiar o consumo, tal como propõe o PSD.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Assistencialista!

**O Orador:** Devo referir sobre os equipamentos... Sr. Deputado, agora para si, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** A Sra. Secretária revê-se nessas declarações?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Sr. Deputado Luís Rendeiro, com certeza que o senhor concorda com o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, quando diz que subsidiar um custo aumenta e potencia o consumo dessa mesma energia.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, a vossa proposta do PSD sabe o que é que faz?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Ajuda as instituições! A nossa proposta ajuda as instituições!

**O Orador:** Faz por exemplo que uma instituição no Corvo, em que o Sr. Deputado Paulo Estêvão gere essa instituição, e uma instituição que o Sr. Deputado gere na Terceira (vamos fazer agora para vocês perceberem a vossa proposta como deve), o Sr. Deputado Paulo Estêvão ao longo de 10 anos fez um conjunto de medidas sejam...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Chumbem a nossa proposta e a seguir proponham uma igual!

**O Orador:** Posso?

Sr. Deputado, o Sr. Deputado na sua instituição, no Corvo, tinha um consumo energético de 4 mil euros por mês, em 2006.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, que também tinha uma mesma instituição, em 2006, custava 4 mil euros por mês de consumo energético.

O Sr. Deputado investiu em medidas de melhoria, substituiu equipamentos, meteu janelas com vidro duplo, fez um conjunto de intervenções e chegou a 2016 com um consumo de 2 mil euros por mês de energia.

A proposta do PSD diz que o senhor vai receber 660 euros por mês,...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Vote a favor, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... e depois não vai ter majoração nenhuma, porque o senhor já fez os esforços todos de eficiência energética para trás.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, que gere a instituição na Terceira, durante 10 anos não fez medida nenhuma e chegou a 2016 com 4 mil euros de consumo.

Sabe quanto é que ele vai receber? 1250 euros por mês. E sabe que ainda a sua instituição ainda vai ter majoração proposta nesta proposta do PSD.

Não é assim que queremos, não é esse o caminho que queremos para as IPSS dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Podem dizer o que quiserem, mas isso não é verdade!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, fui utilizado como exemplo. Evidentemente, não me sinto ofendido até porque, desta vez, esta é a velha técnica do “polícia mau e do polícia bom”. Eu até, no seu exemplo, sou o “polícia bom”, mas não deixo de ser utilizado na sua retórica. Não tem problema, porque eu também faço isso muitas vezes.

Mas o que lhe quero dizer é que, para já, é um exemplo que não se aplica, porque eu sou irmão, efetivamente, da Santa Casa da Misericórdia, mas nunca concorri a nenhuma eleição, nem vou concorrer, enquanto desempenhar funções políticas, porque acho que as coisas devem estar separadas: à política o que pertence à política,...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Também não ganhava!

**O Orador:** ... o que pertence à Santa Casa deve estar separado de interesses políticos e da intervenção política.

Portanto, eu considero que aqui devem existir duas áreas perfeitamente distintas. Por isso o seu exemplo não se aplica.

Mas devo dizer também que o seu discurso, salvo melhor opinião, é um discurso que nestes tempos, não é um discurso correto Sr. Deputado, e vou-lhe dizer porquê, porque o Sr. Deputado acabou de fazer um exercício de diabolização da oposição, ou seja, o Sr. Deputado, acaba de dizer que a proposta do outro partido, de um Grupo Parlamentar, é populista, é demagógica. O Sr. Deputado acaba de utilizar um tipo de vocabulário que é o que provoca a descredibilização do sistema político e é o que provoca...

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... Sr. Deputado, a emergência da extrema-direita em todos os países da Europa. Já só falta Portugal. É esse tipo de discurso, o discurso do ódio, o discurso da diabolização, do adversário político.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor está muito nervoso!

**O Orador:** E por isso, Sr. Deputado, não posso estar de acordo com os argumentos que utilizou.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** É cada uma!

**O Orador:** E depois há um segundo ponto que eu gostava aqui de referenciar. O segundo ponto que eu gostava de referenciar é o pressuposto que o senhor coloca em relação às Santas Casas das Misericórdias atribuindo-lhes desde já um atributo, o atributo da irresponsabilidade. Ou seja, se este quadro legislativo

de apoios for criado, o senhor parte do princípio que elas são irresponsáveis e que este mecanismo não será utilizado de forma justa.

Olhe eu tenho, das Santas Casas e das outras instituições, uma opinião contrária. É que eles sabem que os recursos são escassos e muitas vezes fazem autênticos milagres com os poucos recursos de que dispõem e, por isso, tenho uma perceção diferente do Sr. Deputado: eu não considero que exista, à partida, uma natureza, ou seja, eu não acho que exista um pecado original, que marque as Instituições de Solidariedade Social, à partida, à nascença. Eu não acho que exista esse pecado original.

Em terceiro lugar, uma referência breve, ao Bloco de Esquerda, como já não tenho tempo.

Eu não posso aceitar Sr. Deputado que tenha feito esse tipo de acusações, porque dizer que não conhece é uma acusação.

O Sr. Deputado está há tanto tempo na atividade política, percebe perfeitamente quais são as tomadas de decisão que foram votadas, como é que os diplomas foram analisados e mais do que isso já foi candidato e cabeça de lista em várias eleições, conhece os programas eleitorais dos outros partidos.

Portanto, vir aqui lançar dúvidas sobre os outros partidos em relação às questões de índole social, eu penso que também é uma injustiça da sua parte, Sr. Deputado, porque esse tipo de dúvidas muita gente pode tê-las.

Agora o senhor que foi cabeça de lista, que tem participado ao longo destes anos todos em debates políticos, conhece os programas de outros partidos e, portanto, não pode obviamente lançar esse tipo de acusações, porque este tipo de acusações não é aceitável, Sr. Deputado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As declarações do Sr. Deputado André Rodrigues são não só lamentáveis, mas condenáveis.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Sabemos perfeitamente que o modelo de financiamento das IPSS não funciona.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Então altere!

**A Oradora:** Não é o modelo ideal. Mas, além disso, essas declarações revelam que, para além de um grande desconhecimento daquela que é a realidade destas instituições,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... daquele que é o dia a dia e as dificuldades que passam estas instituições, há uma grande insensibilidade social por parte do Partido Socialista.

Isto é lamentável e condenável.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostava de a ver explicar as contas que o Sr. Deputado André Rodrigues fez!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Misturar e confundir o funcionamento de uma IPSS aludindo às suas importantes missões com apoios sociais a pessoas carenciadas, é demagógico e populista.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** O próprio PSD reconheceu que não há competência regulatória regional nesta matéria e o PSD sabe (não sei se percebeu isso depois ou não, ao fazer esta proposta) que isto nunca seria autorizado pela ERSE.

Portanto, é bom que estas questões fiquem muito claras nesta matéria.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Não é uma tarifa!

**A Oradora:** Desvalorizar o que se faz a nível regional na energia é uma prática comum por parte do PSD, que teima em não valorizar as vantagens do Pro-Energia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pelos vistos está muito bem acompanhado!

**A Oradora:** ... e as IPSS, sim, que têm utilizado esta ferramenta para financiar investimentos precisamente nesta matéria, não reconhece as referências que foram feitas ao PO Açores, com medidas específicas para IPSS, também nesta matéria; não reconhece também o que foi referido no que diz respeito ao programa de eficiência energética nas IPSS nos Açores, uma parceria entre esta Secretaria Regional e a Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Portanto, teima em não reconhecer, porque não lhe convém, mas é importante que eles fiquem bem patentes e que se reconheça o caminho que se tem feito nesta matéria e que vai continuar a ser feito e, sim, com o foco na eficiência energética e apoiando estas instituições a poderem reduzir a sua fatura elétrica por via da eficiência e não incentivando com reduções de valores, o seu consumo, porque não é isso que se pretende,...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Então é contra a tarifa social!



**A Oradora:** ... não é isso que faz sentido, muito menos nos tempos que hoje vivemos.

Muito obrigada.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

**(\*) Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que está aqui em causa novamente, é a subsidiação de um consumo, é a opção política de, em vez de reforçarmos o financiamento do modelo e o modelo de financiamento das IPSS, em vez de reforçarmos o sistema de incentivos, em vez darmos a oportunidade e as condições para que as IPSS façam um trabalho e uma mudança comportamental, optamos por fazer o contrário, o inverso, o subsidiar o consumo de um custo.

De facto, o Partido Socialista dá extrema importância às IPSS, como já referi na intervenção anterior. Definiu um modelo de financiamento, que a senhora também esqueceu-se de dizer, que também é consensual e as IPSS disseram que aceitavam este novo modelo de financiamento onde recebem por valência, por utente, por serviço prestado,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que aumentou a sua autonomia, é óbvio que também aumenta a sua responsabilidade.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Têm uma gestão mais profissional!

**O Orador:** Face também àquilo que foi definido em 2014, o que é que o Partido Socialista fez? Reforçou, para já em 2014 na primeira negociação, o

envelope financeiro de apoio às IPSS e agora, em 2017, valência a valência, e desde 2017, tem vindo a aumentar esses mesmos valores de apoio a estas instituições muito importantes para a nossa Região.

E é nesse sentido que o Partido Socialista aquilo que continua a propor nesta Casa é o reforço do financiamento, o reforço dos incentivos e o reforço da melhoria dos comportamentos das IPSS, não optando pela subsidiação pura e dura do seu consumo.

E é por isso que consideramos que a proposta que o PSD trouxe a esta Casa, em primeiro lugar, está contra o programa de Governo, em segundo lugar, está contra o programa do PS-Açores, está contra as políticas de eficiência energética que são prática em todo o mundo, é contra até algumas...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Quais as políticas de eficiência energética?

**O Orador:** ... declarações que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros disse, que subsidiar um custo aumenta e potencia o consumo.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** É verdade!

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Disse, disse! Disse em Comissão!

**O Orador:** Atenção! Até é contra o programa eleitoral do PSD Açores de 2016, que dizia que queria promover a eficiência energética e a utilização racional da energia, como forma de garantir padrões eficazes e inteligentes de consumo, em vez de subsidiar consumo e custos.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Não invalida a proposta! Seja sério!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados:

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Nada mais há a dizer!

**O Orador:** Não sei se é possível dizer muito mais sobre esta proposta.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não diga mais!

**O Orador:** Vinda de um novo/velho PSD que não consegue apresentar propostas credíveis que respondam às necessidades concretas. São aqueles que apregoam todos os dias que querem menos Governo, menos subsídios, menos impostos, menos receita,...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Menos pobreza, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... mas depois são os primeiros nesta Casa a aumentar a despesa pública e a criar um novo subsídio para as IPSS.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que está verdadeiramente em causa, Sr. Deputado André Rodrigues, é uma visão que o PSD tem e que, pelos vistos é acompanhado por toda a oposição parlamentar,...

**Deputado André Bradford (PS):** É para variar!

**O Orador:** ... e que tem a ver com a função social, que exercem as IPSS e que é uma função em que substitui o Estado.

E o que nós temos na nossa região é a dificuldade que as IPSS dos Açores têm em cumprir cabalmente com a sua função e com as suas obrigações e em que o Partido Socialista e o Governo Regional...

**Deputado André Bradford (PS):** Não tem nada a ver!

**O Orador:** Sr. Deputado, importa-se que eu fale?

**Deputado André Bradford (PS):** Não me importo!

**O Orador:** Sr. Deputado André Bradford, para ficar registado!

Importa-se que eu conclua a minha intervenção?

É que o Sr. Deputado pode fazer um à parte, mas fazê-lo repetidas vezes,...

**Deputado Francisco César (PS):** É o que o senhor faz!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** ... enquanto eu estou a falar é simplesmente interromper, é criar ruído, e é aquilo que o Sr. Deputado mais faz neste Parlamento é criar ruído, quando os assuntos não lhe interessam.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É o que o senhor faz!

**O Orador:** Mas este assunto interessa sobremaneira aos açorianos, interessa sobremaneira ao debate parlamentar na nossa perspetiva.

Os senhores confundem outra coisa muito importante. O facto de se aprovar esta resolução e de se permitir que haja um apoio ao consumo energético por parte das IPSS...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas não pode haver!

**O Orador:** ... não significa duas conclusões que os senhores tiram: não significa irresponsabilidade dos dirigentes das IPSS de quererem reduzir efetivamente a sua fatura energética, para além do apoio que podem receber;

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** ... não significa isso; e não significa também que as IPSS deixem de poder, eventualmente, se calhar por via de receberem ou de pagarem menos eletricidade, terem mais disponibilidade para poder investir em maior eficiência energética.

**Deputados Luís Maurício e Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Essa é que é a realidade que os senhores não querem assumir e que toda a gente nesta oposição percebeu e, por isso, declararam o apoio a esta iniciativa.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas em relação ao Plano e Orçamento não perceberam a posição do PSD!

**O Orador:** Outra coisa que os senhores teimam em não compreender em relação ao trabalho das IPSS, é que as IPSS não são empresas, não podem ser comparadas a todas as outras instituições que não beneficiam, nem devem beneficiar, de apoios relativamente ao consumo de energia, porque assim as IPSS, como eu referi no início, cumprem uma função que cabe ao Estado...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas não é por aí!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas quem é que disse que cabe ao Estado?

**O Orador:** ... e por cumprir uma função que cabe ao Estado, todas as medidas que possamos aplicar para que essa função seja mais bem cumprida, serão certamente salutares e serão de apoiar por parte desta câmara.

É que, na verdade, nós vivemos na Região Autónoma dos Açores, uma situação de emergência social que exige medidas excecionais e que este Governo, por carácter economicista, não compreende e não quer apoiar.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Porque eu acho que o que se diz aqui não deve ser levado de forma leviana, eu fiquei particularmente preocupada com a afirmação da Deputada Catarina

Chamacame, quando diz que existem instituições que não têm dinheiro para uma coisa tão essencial como fraldas.

Eu pedia-lhe por favor que identificasse essa instituição para que a tutela urgentemente pudesse resolver essa situação, porque levantar questões como estas é melindrar o trabalho das instituições.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Quer mesmo? Quer um caso concreto?

**A Oradora:** Eu gostaria que o fizesse, porque é responsabilidade do Governo e do Partido Socialista também perceber se isso efetivamente é verdade ou não.

Depois, por outro lado, dizer o seguinte: Sra. Deputada, Sr. Deputado Bruto da Costa, o que está aqui em causa não é tão simplesmente o que os senhores querem fazer,...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Confirma-se que não conhecem a realidade das instituições!

**A Oradora:** ... não é atirar dinheiro para cima do problema.

Aquilo que está em causa é governar para melhorar, para intervir verdadeiramente e estruturalmente no problema.

Portanto, esta proposta é típica de um partido que há muito que não governa, de um partido que não contempla todos os fatores, de um partido que não olha para o futuro e que não quer efetivamente criar uma mudança a longo prazo.

Portanto, pior do que isto, isto é...

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** E a tarifa social? São contra a tarifa social?

**A Oradora:** ... um partido que age e reage e pior do que isso é um partido que ainda pior se contradiz.

Isto não é, e é isso que nós estamos aqui a dizer muito calma e serenamente, política de energia (isto não é política de energia!) e o que está aqui em causa são políticas de eficiência energética.

Obrigada.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** A tarifa social é atirar dinheiro para cima do problema?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Não estava para intervir, naturalmente neste debate, tendo em conta aquilo que está em discussão, mas não posso deixar de intervir, tendo em conta a área para onde este debate foi resvalando que, na minha perspetiva, não está no âmbito do objeto daquilo que estamos aqui a discutir e daquilo que é proposto pelo PSD.

Refiro-me em concreto ao Código de Ação Social e ao financiamento que é feito através do Governo Regional, no âmbito dos acordos de cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social da nossa Região.

Quero por isso dizer, em nome do Governo dos Açores, que estamos, como sempre estivemos, perfeitamente disponíveis para discutir aqui, ou onde os senhores muito bem entenderem, aquelas que são as nossas opções no âmbito do Código de Ação Social que vigora na nossa Região, código esse que, como sabem, num passado recente teve uma profundíssima alteração, teve uma profundíssima reformulação que foi, como sabem, construída em parceria estreita com as Instituições Particulares de Solidariedade Social na nossa Região...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que foi também como sabe, o Sr. Deputado João Bruto da Costa, e como sabem outros Deputados, extensamente discutida também aqui neste Parlamento, quer em Comissão Parlamentar, quer também neste plenário. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, para vos dizer que o Governo está disponível, como sempre esteve, para discutir as suas opções do âmbito dos financiamentos dos acordos de cooperação e daquilo que vigora no Código da Ação Social.

Mas pedi a palavra e intervenho também porque não pode ficar a ideia que, propositadamente ou não, estão alguns partidos a tentar fazer criar, que é juntar e ligar esta proposta aos acordos de cooperação de financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade social, e não é isso de todo, que está em causa.

Aliás, tendo em conta o debate que já aqui tivemos, as intervenções que aqui tivemos da Sra. Secretária e dos Srs. Deputados do Partido Socialista, fica muito claro que a proposta tem imensas fragilidades no âmbito da sua exequibilidade e no âmbito da sua aplicação prática e isso, na nossa perspetiva, ficou absolutamente claro.

Também não posso deixar de dizer, Sras. e Srs. Deputados, para que não se criem ideias erradas, se avaliarmos a evolução em termos de financiamento da Solidariedade Social da nossa Região, no âmbito da infância, no âmbito do apoio à deficiência e no âmbito do apoio aos idosos, se avaliarmos o período entre 2013 e 2018, verificamos que há um reforço de financiamento por parte do Governo Regional...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... na área da solidariedade social na casa dos 14%, o que para nós é muito significativo, fora todo o trabalho que foi feito no âmbito do investimento em infraestruturas e em equipamentos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!



**O Orador:** Mas é, como vos digo, Sras. e Srs. Deputados, o Governo está perfeitamente disponível para discutir as suas opções no âmbito do financiamento que é feito na área da Solidariedade Social, como tivemos oportunidade de fazer aqui num passado recente no âmbito da discussão do Plano e Orçamento e como faremos,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... como os senhores muito bem entenderem, mas não é isso que está aqui em discussão no âmbito da proposta aqui trazida pelo PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(\*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficou aqui bem claro que o Partido Socialista não reconhece a importância da missão das IPSS,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Bem pelo contrário!

**A Oradora:** ... caso contrário teria aprovado a presente iniciativa no sentido de promover o alívio financeiro destas instituições e bem assim criar condições para que elas prestassem serviços de maior qualidade.

Só podemos constatar que a bancada parlamentar que suporta o Governo não se coloca do lado do setor social e solidário, preferindo o Partido Socialista *slogans* vazios a ações com significado.

**Presidente:** Sra. Deputada, relembro que é uma declaração de voto sobre o voto da bancada do PSD.

**A Oradora:** Fica aqui registado que numa altura e num contexto em que a pressão sobre as respostas sociais é cada vez maior, o partido que suporta o Governo vetou ao abandono o setor que faz a diferença.

Em matéria de tarifas e de preços ficamos na dúvida se o Governo Regional tem ou não poder de influência...

**Presidente:** Sra. Deputada, não pode, no âmbito de uma declaração de voto,...

**A Oradora:** Ficarão dúvidas.

**Presidente:** ... nem interpelar as outras bancadas, nem tecer comentários aos outros sentidos de voto.

**A Oradora:** Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sra. Deputada Mónica Rocha, para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra, porque acredita que a estratégia do Governo e o objetivo final, a implementar, é mais do que um apoio financeiro, é sim sustentarmos, numa perspetiva não tão somente de redução danos, mas investir na potenciação da alteração de comportamentos, na mudança de atitude para um uso mais racional eficiente da energia.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Com esta estratégia alinhada com as diretrizes e as orientações para a Agenda da Energia 2030, todas elas muito mais alinhadas com os restantes contextos e muito mais alinhadas com a União Europeia.

Com esta, sim, teremos uma efetiva mudança, com este, sim, teremos um maior impacto e uma verdadeira transformação da realidade ao longo prazo e estas, sim, são políticas em matéria ambiental, isto, sim, é política em matéria de energia.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Pergunto se há mais declarações de voto?

Julgo não haver. Vamos então avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto dois da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 97/XI – “Estudo sobre a operacionalidade dos portos de passageiros dos Açores”**, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica como os Açores o transporte marítimo de passageiros e mercadorias assume um papel verdadeiramente estrutural e estratégico para o desenvolvimento e para o reforço da coesão económica e social.

Porém, é aqui no Triângulo, formado pelas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, que o transporte de passageiros assume acrescida importância e significado.

Durante anos e anos, o transporte marítimo de passageiros nesta zona do Arquipélago caracterizou-se por uma notável regularidade, estabilidade, segurança e confiança.

Paradoxalmente, após avultados investimentos públicos em infraestruturas portuárias e na aquisição de novos navios, as coisas alteraram-se.

Algumas das obras em portos, designadamente na Madalena e na Horta, mesmo antes de se concretizarem já eram altamente contestadas por muitas forças vivas destas ilhas e por pessoas com larga experiência marítima, mas, infelizmente, o Governo e a Portos dos Açores não atenderam a esses alertas.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Como resultado, a cada dia que passa, são mais notórios os problemas de operacionalidade de algumas dessas infraestruturas que custaram muitos milhões de euros.

Nos portos do Triângulo, no período entre junho e novembro de 2014, verificaram-se vários incidentes com o arranque de cabeços de amarração e um acidente no porto de S. Roque, na noite de 14 de novembro, que vitimou mortalmente um passageiro.

No início deste ano verificou-se mais um acidente com o navio “Mestre Simão” a encalhar à entrada do porto da Madalena, que só não teve consequências mais nefastas graças ao profissionalismo da tripulação verificado na operação de salvamento de todos os passageiros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** Estes acontecimentos, alguns lamentavelmente trágicos, constituíram fortes abalos na confiança e na segurança do transporte marítimo de passageiros e viaturas no Triângulo.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não seja alarmista!

**O Orador:** Na sequência do acidente e dos incidentes ocorridos em 2014, várias foram as entidades que avaliaram as causas desses acontecimentos e os procedimentos utilizados nesta operação e emitiram um conjunto de recomendações às empresas públicas envolvidas na mesma, nomeadamente à Atlanticoline e à Portos dos Açores, cujo grau de implementação urge avaliar.

Na nossa perspetiva não basta que perante determinado acidente se elaborem relatórios e se emitam recomendações, exige-se que as entidades a quem essas

se dirigem as implementem e que quem tem o dever de fiscalizar essa implementação o faça.

Entre essas recomendações destaca-se, neste contexto, as da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias, as da Capitania do Porto da Horta e as do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos; que visavam melhorar a operacionalidade e a segurança desta operação, designadamente recomendando que fossem definidas as condições meteorológicas e de agitação marítima limites para a operação em cada porto e que esses portos fossem dotados de meios que permitissem o acesso a uma informação técnica mais fiável por parte dos mestres dos navios de passageiros e viaturas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do acidente do navio “Mestre Simão” foi novamente mencionada e sugerida, por pessoas ligadas ao mar, a necessidade de serem estudadas, de forma técnica e científica, as condições de operacionalidade, especialmente dos portos do Triângulo.

A verdade é que todos estes incidentes e acidentes ocorridos no transporte marítimo de passageiros e viaturas, nos portos do Triângulo, com a entrada em funcionamento de novas infraestruturas e de novos navios, provam que esta operação passou a estar confrontada com problemas e desafios novos que têm de ser enfrentados com objetividade e responsabilidade, com o firme propósito de restabelecer a confiança e garantir a segurança de um serviço que é vital para a vida social e económica, especialmente nas ilhas do Triângulo.

Os responsáveis políticos que inauguram portos e adquirem navios não podem, perante os problemas e os acidentes que surgem, empurrar sempre as responsabilidades para outros.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso ter a coragem para avaliar e assumir se os erros cometidos em muitas obras não serão também responsáveis por estes incidentes e acidentes e conseqüentemente corrigir o que houver a corrigir.

Como é igualmente preciso ter coragem para avaliar se os mestres dos navios têm os meios técnicos suficientes e desejáveis para realizarem as operações em causa e para os ajudar a melhor decidirem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nesse contexto propomos que o Governo promova a realização de um estudo sobre a operacionalidade dos portos de transporte de passageiros da Região definindo, entre outras, as condições limites em termos meteorológicos e de agitação marítima para cada porto e navio.

Propomos ainda que nesse estudo sejam avaliados os meios existentes e eventualmente a implementar em cada porto, que permitam o fornecimento de informação técnica fiável aos mestres dos navios de passageiros e viaturas no sentido de os apoiar nas suas decisões.

Este é o contributo que queremos dar de forma séria e positiva com o firme propósito de contribuirmos para restabelecer a confiança e reforçar a segurança da operação de transporte marítimo de passageiros, prioritariamente no Triângulo.

Disse.

**Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por afirmar nesta minha intervenção, para que não restem quaisquer dúvidas, que a operação de transporte marítimo de passageiros nos Açores é uma operação segura e fiável...

**Deputados André Rodrigues e Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e não somos só nós a constatar esta verdade. Os capitães dos portos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada que constituem autoridade marítima também afirmaram que a operação de transporte marítimo de passageiros é segura e que os portos eram também seguros.

No entanto, ser uma operação segura, ou um porto seguro, não quer dizer que seja uma operação isenta de riscos ou sem um porto que não comporte riscos.

É evidente que os riscos existem, mas também é evidente que perante o número de operações realizadas desde a reintrodução do transporte marítimo de passageiros nos Açores, o número de incidentes e de acidentes é baixo, apesar de termos a registar um acidente trágico que roubou a vida um açoriano.

Para melhorar a operacionalidade dos portos dos Açores e a sua segurança, o Governo investiu avultadas verbas em todas as ilhas e esses investimentos não foram feitos por acaso, foram precedidos de estudos, sujeitos a modelos matemáticos, experimentados em modelos reduzidos.

Ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, os investimentos nos portos foram decididos com o apoio técnico competente e depois de ponderação baseada nos estudos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os portos dos Açores por se situarem em ilhas têm outro tipo de exposição: são portos mar aberto e, ao contrário dos portos fluviais são muito mais influenciados pelas condições meteorológicas que, como se sabe, nos Açores, sofrem alterações repentinamente.

É por isso que a Autoridade Marítima depois de estudar cada um dos portos dos Açores faz publicar um edital com as condições necessárias para praticar em cada um dos portos e as respetivas normas de segurança.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Para além disso, é fornecida toda a informação aos mestres e comandantes e são eles que têm a última palavra acerca das operações.

Portanto, os estudos foram feitos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o anemómetro?

**O Orador:** ... as decisões foram tomadas com o apoio de dados científicos, os investimentos públicos nas infraestruturas portuárias dos Açores vieram, de facto, a melhorar a operação. Só não vê quem não quer.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à apresentação deste diploma pelo PSD partido proponente, pergunto ao PSD, nomeadamente ao Sr. Deputado Luís Garcia, se concorda com a Autoridade Marítima, nomeadamente os seus capitães dos portos de Angra do Heroísmo da Horta e de Ponta Delgada, que afirmaram que a operação de transporte marítimo nos Açores era uma operação segura, que os portos eram seguros, e se também concorda que é a decisão final das operações para praticar qualquer um dos portos da região se, de facto, pertencem ao mestre ou ao comandante da embarcação?

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:



O PSD traz a debate um Projeto de Resolução que recomenda precisamente a realização de um estudo sobre a operacionalidade dos portos de passageiros dos Açores, com especial incidência para os portos do triângulo.

A importância desta matéria para os Açores e a pertinência deste debate é, na nossa opinião, obviamente incontornável e inegável.

O transporte de passageiros é fundamental no quadro do sistema de transportes regional e assume particular relevância no Grupo Central, muito particularmente, no triângulo, onde diariamente centenas de pessoas fazem uso do transporte marítimo nas suas deslocações, frequentes e diárias nas mais variadas situações.

Como é conhecido e foi confirmado no âmbito das audições em Comissão deste Projeto de Resolução, têm sido investidos vastos recursos nas infraestruturas portuárias dos Açores.

O Governo Regional apontou 109 milhões de euros, desde 2012, e estão previstos, como é conhecido também, novos investimentos, alguns em curso nesta área.

Os investimentos em portos são dispendiosos, são tecnicamente complexos e, como já foi dito, obviamente nos Açores têm desafios ainda superiores àquilo que existe noutras zonas, eventualmente mais abrigadas.

Mas aquilo que interessa é que esses investimentos sirvam o propósito para o qual são realizados, ou seja, uma operação eficiente e segura que sirva as populações.

Certo é que nos últimos anos tivemos, e infelizmente a realidade é essa, acidentes que ocorreram e que obviamente deixaram marcas. Falo nomeadamente nos acidentes que aconteceram no Pico em novembro de 2014, e no início deste ano um acidente como o Mestre Simão que felizmente só teve consequências materiais devido ao grande trabalho da tripulação nessa altura.

É inegável, pois, que existiram problemas e que há questões que devem ser estudadas e encontrando-se problemas, encontrando-se algo a corrigir, essa correção deve ser feita.

Ignorá-la, ignorar esse problema e fingir que está tudo bem é que é absolutamente irresponsável.

Bem sabemos que o Governo Regional, se calhar na área dos portos, provavelmente, tem outras prioridades agora, estudar as concessões, por exemplo, mas a questão da segurança...

**Deputado Carlos Silva (PS):** A segurança está assegurada, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... não pode de forma alguma ser deixada de lado.

Sem prejuízo dos relatórios já produzidos no seguimento dos acidentes que ocorreram e das ações corretivas que já foram ou serão introduzidas, faz, na nossa opinião, todo o sentido estudar a operacionalidade, as condições de operacionalidade dos portos.

**Deputado André Bradford (PS):** Apesar de toda a gente dizer que eles são seguros!

**O Orador:** Julgamos que nesse sentido, faz sentido fazer esse estudo, isto numa lógica de avaliação às infraestruturas existentes, mas também de modo a fornecer à autoridade marítima e aos operadores, nomeadamente à Atlanticoline, ou a outros que possam operar, dados e informação de apoio à decisão para uma operação mais segura. Apesar das declarações que foram já citadas pelo Sr. Deputado José Ávila dos comandantes dos portos, a informação de apoio à decisão, julgo que ninguém acha que ela não deve existir.

As decisões são tomadas com base em dados e todos os dados que existam de apoio à decisão são necessários e são positivos e julgamos que esse estudo pode contribuir para isso.

O facto de existirem relatórios e estudos já elaborados por diversas entidades no seguimento dos tais acidentes, não invalida, na nossa opinião, que o estudo aqui

proposto seja realizado, da mesma forma que a experiência e o saber da Autoridade Marítima e dos mestres dos navios só têm a ganhar com novos dados que lhes permitam tomar decisões mais seguras, mais fundamentadas para garantir aquela que é a segurança e a eficiência das populações.

É nesse sentido que o Bloco de Esquerda acompanhará essa proposta do Grupo Parlamentar do PSD e votará favoravelmente este Projeto Resolução.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte marítimo de passageiros de mercadorias é imprescindível para a mobilidade dos açorianos, para a coesão regional, para a nossa economia e, portanto, para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

É por isso necessário garantir elevados níveis de segurança na realização destas operações, reforçando o conhecimento sobre a operacionalidade dos nossos portos, e os incidentes verificados em 2014, nos portos do triângulo, nomeadamente com o rebentamento de alguns cabeços de amarração, bem como o acidente ocorrido com o navio Mestre Simão que, como todos sabemos encalhou à entrada do Porto da Madalena, levantaram sérias e legítimas dúvidas acerca da segurança do transporte marítimo de passageiros e viaturas nestas ilhas.

Ora, o que se propõe neste Projeto de Resolução tem apenas por objetivo reforçar as condições de segurança das operações de transporte marítimo e também reforçar ou restabelecer a confiança dos açorianos neste serviço.

O que se propõe, portanto, não é mais do que a realização de um estudo sobre a operacionalidade dos nossos portos, onde se definam as condições limite para a operação para cada porto e navio, nomeadamente ao nível da agitação marítima

e das condições climatéricas e onde se avaliem também os meios já existentes e aqueles eventualmente a implementar em cada porto ao nível do fornecimento da informação técnica, que permite maior rigor e segurança das operações marítimas e na tomada de decisão.

Parece-nos, portanto, absolutamente normal e aceitável que se realize um estudo desta natureza, tendo em conta o referido acidente com o navio mestre Simão e sobretudo os incidentes ocorridos em 2014 e após as recomendações emanadas pela maioria das entidades envolvidas no processo, bem como as recomendações da própria Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias criadas pelo nosso Parlamento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade! Bem lembrado!

**O Orador:** De resto, a maior ou menor abrangência do estudo, ou redirecionamento do âmbito do estudo, consoante os estudos que já estiverem em curso, isso poderá ser discutível. O que não nos parece que seja discutível que esteja em causa é a necessidade da realização de um estudo desta natureza.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos novamente nesta Casa a debater a operacionalidade dos portos de passageiros do triângulo que todos nós já detetámos diversos erros e falhas na sua elaboração. Por diversas vezes, as bancadas parlamentares alertaram e apontaram ser necessário fazer correções nestas infraestruturas.

Claramente deparamo-nos com uma situação que não teve consulta dos conhecedores da área. Relativamente ao porto da Horta, em janeiro de 2017, o PCP, através de requerimento, levantou profundas preocupações no que diz respeito ao acesso labiríntico à parte interior da baía sul e à perspetiva da construção de um aterro no interior da doca.

O PCP considerou e considera que um projeto de envergadura tão vasta, envolvendo uma infraestrutura tão vital e essencial, como é o porto da Horta tem forçosamente de ser antecedido por uma ampla e profunda discussão pública e de uma reflexão serena e atenta, baseada na racionalidade técnica e económica que fundamente as opções a serem tomadas, o que nitidamente não aconteceu neste caso.

Qualquer processo de modernização e reordenamento das infraestruturas, a ter em conta as suas atividades principais, os espaços disponíveis, a segurança dos navios e embarcações e a operacionalidade das diversas áreas, as transformações do porto nunca foram devidamente explicadas nem aprofundadas publicamente, provocando um conjunto de interrogações e receios essencial por parte da comunidade e dos utilizadores do porto da Horta, que não vislumbram garantias para a operacionalidade do seu porto ser uma vez mais diminuta.

O resultado de tudo isto é o seguinte: muitos navios de cruzeiros atuais não podem utilizar essa doca nova, ou por falta de profundidade no cais e proximidade, ou por falta de espaço seguro de manobra, fazendo serviço ancorado quando tal é possível, quando há mar de norte forte no canal, ou mesmo ondas de sudoeste e embate nessas massas de água, no enrocamento da roca da doca norte faz o que faz refletir para baía sul do porto massas de água que perturbam seriamente a estabilidade dos navios atracados na doca principal e no cais de controlo da marina.

Era preciso a doca norte, mas era indispensável que tivesse sido bem conhecido e bem orientada e não foi assim.

Estranho a falta de audições prévias e de explicações credíveis.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à operacionalidade do porto passageiros da Madalena observamos novamente um erro no local de escolha de posicionamento da

rampa “Ro-Ro”, considerando que em dias com o mar mais agitado o barco não pode atracar no local, porque poderá danificar a rampa do próprio barco.

Para o PCP é claro que aquela acumulação de algas resultou de um erro de construção do Porto e terminal dos passageiros e seguramente, as acumulações vão continuar a acontecer, pelo que importa que o Governo esclareça qual a solução que pretende dar a este problema.

Esta é mais uma despesa permanente não prevista em resultado das obras no Porto, mais um elemento que compõe o quadro de desastre urbano e marítimo que constituíram as obras do Porto da Madalena e a construção do respetivo terminal.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Porto das Velas podemos novamente apontar uma catástrofe no projeto da Baía somando-se opções erradas em termos de construções portuárias, como o acesso ao cais da rampa “Ro-Ro”, porto de pescas e marinas, que criaram uma bacia de manobra extremamente apertada, com dificuldades agravadas para os utilizadores do principal porto da Ilha de São Jorge.

Podemos neste rápido resumo detetar falhas nos projetos por falta de conhecimento e de comunicação com os marinheiros que operam nesses portos, além de observarmos claramente que os projetos foram executados sem consideração às embarcações que estão a operar no triângulo.

Por tudo o que foi aqui exposto votaremos favoravelmente este Projeto de Resolução.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em qualquer área deve-se procurar a excelência, a resposta que as entidades públicas, os governos e os parlamentos devem dar e devem procurar é a excelência em qualquer situação.

A minha opinião é também a que está refletida no relatório e decorre também dos testemunhos que foram realizados e foram recolhidos em termos do trabalho parlamentar que foi realizada em Comissão.

Portanto, eu considero que não temos nesta matéria um problema que se possa aqui referenciar, de uma calamidade pública, mas existem problemas. Não vale a pena dizer que eles não existem. Não vale a pena dizer que não têm existido problemas, alguns deles até graves e com consequências muito graves, erros de projeto e também erros do ponto de vista operacional.

Eles ocorreram, eles têm vindo a surgir é possível melhorar nesta matéria, como em tantas outras? É! É necessário melhorar!

E é possível melhorar e só possível melhorar com mais informação, mais estudos que se possam realizar, porque é isso que a opinião pública pede por parte de políticos responsáveis, instituições responsáveis.

Aliás, abrindo aqui um parêntesis, eu não posso aceitar que algumas entidades públicas, noutros contextos, não tenham assumido responsabilidades como, por exemplo, recentemente, na Pedreira de Vila Viçosa em que existiram, obviamente responsabilidades do Estado naquela matéria.

Portanto, é isso que desacredita a atividade política, é não se assumirem as responsabilidades, mas mais importante que não se assumir as responsabilidades, mais importante ainda, é anteciparmos as condições para que elas não ocorram e para isso, é necessário estudar, para isso é necessário melhorar os mecanismos de fiscalização e de operacionalidade.

É evidente também, parece-me, que há aqui alguns testemunhos de entidades oficiais que, obviamente, eu penso (esta é a minha opinião, obviamente subjetiva, mas esta é minha opinião) desvalorizaram um pouco as situações que têm vindo a ocorrer, tendo em conta que se este estudo vier a ser implementado, estes limites forem definidos, perde um pouco da sua autonomia de atuação, da sua autonomia de atuação em casos concretos.

E, por isso, obviamente, há entidades que querem manter o máximo de autonomia nos respetivos locais em que têm que tomar a decisão logística.

Eu penso que nesta matéria também essa autonomia pode conviver bem com um conjunto de dados mais científicos, mais objetivos.

Portanto, eu penso que uma coisa e outra podem coexistir.

Em resumo, considero que este estudo é um estudo importante, considero que pode significar e pode criar condições de melhoria importantes num setor em que a situação não é péssima, mas é, com certeza, uma situação que pode ser melhorada: estudar, melhorar os mecanismos de intervenção é sempre positivo.

Nós não estamos nesta área numa situação de excelência, mas é possível alcançá-la. Como? Estudando e melhorando os mecanismos logísticos e criando os mecanismos logísticos apropriados.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estávamos naturalmente à espera da intervenção do Governo Regional,...



**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Não me diga!

**O Orador:** ... porque é importante essa intervenção, como vamos ver ao longo do debate.

Sr. Deputado José Ávila, eu não posso deixar de lhe responder à sua pergunta. Pergunta-me se a operação de transporte marítimo de passageiros no triângulo é assegurada? Obviamente, que é assegurada e o senhor não encontra nem nas nossas declarações, nem no Projeto de Resolução, agora é possível reforçar essa segurança.

Nós temos que ter presente o historial desta operação e não podemos enfiar a cabeça na areia e pensar que está tudo bem.

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** Aconteceram coisas diferentes nesses últimos anos, entraram em funcionamento novas infraestruturas, novos navios e aconteceram problemas, problemas que não era habitual acontecer.

Pode ter sido coincidência, pode! Mas aconteceram! E, portanto, é preciso restabelecer a confiança que havia nesta operação,...

**Deputada Mónica Rocha** (*PSD*): E há!

**O Orador:** ... é preciso melhorar e reforçar a segurança que havia nesta operação, porque quem vive aqui nestas ilhas e fala com as pessoas todos os dias, que precisam deste serviço, precisa de um serviço seguro, um serviço que gere confiança. E é esse o nosso propósito principal deste Projeto de Resolução.

**Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Quantas operações se fazem por ano?

**Presidente:** Srs. Deputados...

**O Orador:** É sempre possível melhorá-lo. Basta, por exemplo, na sequência do acidente do dia 6 irem ver, por exemplo, relativamente aos meios para ajudar os mestres a tomar as melhores decisões. O próprio relatório mandado elaborar

pela Atlanticoline recomenda a instalação de uma câmara à entrada do Porto, o que quer dizer que era preciso mais um meio para ajudar os mestres;...

**Deputados André Bradford e José Ávila (PS):** Já tem!

**O Orador:** ... o próprio parecer a este Projeto Resolução da WW Consultadoria Hidráulica, que é a empresa responsável por muitos dos projetos que aqui foram feitos nas ilhas do triângulo, diz que ele é fundamental “para dispor de um sistema de informação em tempo real que permita definir as condições de agitação e de vento que ocorrem em cada ponto”.

Para isso, é necessário desenvolver um estudo sistemático do comportamento de cada navio, a cada cais, para inúmeras condições de agitação marítima e vento de forma a permitir definir os respetivos limites de operacionalidade.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor ainda vai para contramestre!

**O Orador:** Não é o PSD a dizer, é uma entidade técnica que os senhores reconhecem, porque foi a esta empresa que os senhores recorreram para fazer os projetos para estas obras e foi essa empresa que fez esses estudos que os senhores dizem que têm.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Vão fazer um barco de 4 metros, de 5 metros, de 10 metros...

**O Orador:** Portanto, eles estão aqui a recomendar que se façam e que se definam esses limites de operacionalidade.

Ó Sr. Deputado, eu queria recordar uma outra coisa, é que em 2015, na sequência do acidente de 2014, e na Comissão de Inquérito, uma das recomendações dessa Comissão de Inquérito, e foi aprovada por unanimidade, foi desde logo pelo Partido Socialista e dizia o seguinte:

“A Comissão Parlamentar recomenda que a Portos dos Açores deve dar início aos procedimentos necessários para que, no interior das baías dos portos Açores existam equipamentos de informação meteorológica para que, em conjugação

com os meios existentes permitam o acesso a uma informação mais fiável por parte dos mestres e dos navios de passageiros e viaturas.”

Os senhores aprovaram esta recomendação. Portanto, o que é que mudou...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nada mudou!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É porque é do PSD!

**O Orador:** ... e por que é que agora os senhores acham que já isso não é preciso para que se avalie, para que se ajude os mestres a reforçar os meios que eles têm ao seu dispor para tomar as melhores decisões?

Depois há um outro conjunto de posições dos próprios dirigentes, na sequência deste novo acidente que aconteceu no início deste ano.

O Presidente do Clube Naval da Horta, por exemplo, o Sr. José Decq Mota, “defende a realização de um estudo que determine as condições de operacionalidade nos portos do triângulo para evitar acidentes como o de sábado com navio Mestre Simão”.

Portanto, nós não estamos aqui a dizer que a operação é insegura. Nós estamos aqui a dizer que nós temos, nesta operação, problemas novos que precisam de ser estudados com responsabilidade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não é “enfiando a cabeça” na areia que nós resolvemos os problemas.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** Portanto, é importante que o Governo se pronuncie sobre isso, porque para ver se têm efetivamente a mesma posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria ou se acha que efetivamente este estudo é uma mais-valia para reforçar a segurança e restabelecer a confiança nesta operação.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia ou é impressão minha ou o senhor não me respondeu se concorda que a última palavra, sobre a prática de um porto, se é da responsabilidade do comandante ou do mestre da embarcação?

Espero que o senhor me dê a resposta do decorrer do debate.

Vamos às recomendações. Depois dos acidentes e dos incidentes que aconteceram na Região Autónoma dos Açores houve várias entidades que emitiram os relatórios sobre esses incidentes e sobre esses acidentes, incluindo a Comissão de Inquérito.

Vamos lá ver: o Bloco de Esquerda, em 2015, trouxe aqui um Projeto de Resolução que foi aprovado, por unanimidade, que recomendava que o Governo apresentasse um relatório sobre o grau de cumprimento das conclusões e das orientações relativamente a esses relatórios.

Olhe, em setembro de 2015, nós tínhamos e temos de grau de execução, implementadas três recomendações, faltavam implementar duas, mas já estavam em implementação.

Relativamente às orientações que eram dez, oito já estavam implementadas e faltavam duas. De qualquer maneira essas duas já estavam em implementação, o que quer dizer que elas neste momento já se encontram implementadas

Relativamente à Comissão de Inquérito, a Comissão Inquérito, Sr. Deputado Luís Garcia, de facto, falava no equipamento no interior dos portos. É isso que está a acontecer.

A Porto dos Açores aderiu a um projeto que se chama HIDRALERTA, que prevê equipamento de informação meteorológica, de agitação marítima e eventuais galgamentos no interior dos portos dos Açores.

Pois, Sr. Deputado Luís Garcia, o que é que falta?

Está quase tudo Sr. Deputado Luís Garcia. Portanto, eu admito, com a evolução tecnológica, é sempre possível melhorar e nós temos que trabalhar todos os dias para isso, mas sabe o que é que está a acontecer sobre Deputado Luís Garcia? A Portos dos Açores prevê um investimento de cerca de 145 milhões de euros até ao final de 2020, exatamente para isso, apenas para melhorar o conforto dos passageiros e para melhorar (isto devia ser a primeira coisa a dizer) a segurança da operação.

Portanto, Sr. Deputado Luís Garcia, nós estamos no bom caminho e agora agradecia que me desse resposta relativamente àquela pergunta que lhe fiz e que estou à espera.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Estou à espera da resposta da Sra. Secretária Regional!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, eu não estava inicialmente com intenção de intervir, porque o Sr. Deputado conhece bem a minha posição e esta foi expressa na Comissão de Inquérito.

A mesma capacidade que exigem ao Governo de melhorar a sua atuação, que exigem que o Governo imponha a si mesmo, deveria também ser usada pelos Srs. Deputados no uso do seu trabalho.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Se nós virmos o Projeto de Resolução no seu início e o Projeto de Resolução nesta fase, é exatamente o mesmo e o Sr. Deputado sabe, e eu manifestei de forma bastante sincera a minha disponibilidade para dizer que

aprovava esta resolução, ou para trabalhar consigo num qualquer estudo que fosse do interesse de toda a Região, se fossem alterados os seus pressupostos.

O que acontece é que o Sr. Deputado apresentou um Projeto de Resolução, legitimamente, há uma Comissão de Inquérito em que são ouvidos os representantes das autoridades marítimas, Câmaras de Comércio, a Secretária, a Atlanticoline, a Portos dos Açores, que trazem informações novas ao projeto e que obrigam necessariamente a uma conformação do conteúdo desta resolução e o Sr. Deputado chega aqui e fala como se não tivesse acontecido nada na Comissão de Inquérito,...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso já é assim há muitos anos!

**A Oradora:** ... como se ninguém se tivesse pronunciado nessa Comissão de Inquérito.

Portanto, tal qual como esta proposta chega aqui, eu não posso sequer defender a sua aprovação, porque conforme resulta do relatório dessa Comissão de Inquérito, há uma série de informações que têm que conformar esta Proposta de Resolução, por exemplo, o trabalho que está em curso, por parte da Portos dos Açores, precisamente com o envolvimento em pelo menos três projetos, que visam precisamente melhorar as condições de segurança e operacionalidade dos portos da Região, que são, como é óbvio, um pressuposto do qual o Governo Regional dos Açores não abdica e que, obviamente, sendo coerente com este pressuposto, nunca se poderia recusar a fazer um estudo sobre essa operacionalidade e, sobretudo, sobre essa segurança.

O que o Governo dos Açores não pode compactuar é que se ignore toda a informação que foi recolhida ao longo de um processo, ou então as Comissões de Inquérito não servem para nada, e que se ignore o trabalho que está a ser desenvolvido, nomeadamente pela empresa que tem a administração portuária.

E que se ignore também aquela que foi a posição dos três capitães, representantes da Autoridade Marítima, a esse respeito, que nos informaram

que existem editais de onde constam as regras de utilização nesses portos, que existem vários meios de suporte como radares, e outros, a essa operação, que dizem que, inclusivamente, há informação pública disponível na internet, existe informação de suporte para os mestres aferirem das condições ou não para essa operacionalidade, que existem câmaras de vigilância, etc..

E o Sr. Deputado ouviu, como eu, como ouviram os deputados que fazem parte da Comissão de Inquérito,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é Comissão de Inquérito!

**Deputado Francisco César (PS):** Comissão de Economia!

**A Oradora:** Comissão Parlamentar, obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É que já é a terceira vez!

**A Oradora:** Tudo bem! Pode ser de Inquérito, é a mesma coisa.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é! Tem outro objetivo!

**A Oradora:** Tem como objetivo a mesma coisa. O que interessa aqui é que há muita informação relevante, prestada nessas comissões que depois são totalmente ignoradas aqui.

A sua retificação está corretíssima e peço desculpa pelo meu lapso, mas ao que é relevante.

Outra questão que aqui importa adiantar e que os senhores persistem em bater na mesma tecla, é de que as obras são feitas sem o necessário suporte técnico. Não é assim!

Obviamente que existem estudos e estudos válidos de suporte à decisão. A decisão é a última, é a política e existe um zero trabalho prévio a essa decisão. E quando se diz aqui que não se ouviram as pessoas interessadas, que não se ouviram os diversos intervenientes, é falso, não corresponde à verdade. Não é assim e basta ver a forma como cada um destes processos é instruído.

Sr. Deputado, a mesma exigência de melhoria e a mesma exigência de excelência mencionado pelo Sr. Deputado do PPM, eu exigiria também aos

vossos Projetos de Resolução, ou então as comissões não servem absolutamente para nada e estamos todos a perder tempo e dinheiro, que não é nosso, quando vamos às comissões prestar, de forma clara e inequívoca, como é o nosso dever, todos os esclarecimentos em relação às propostas que são feitas.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu com esta intervenção confesso que fiquei confuso, Sra. Secretária. Eu, em 30 segundos, vou procurar descrever este processo. A senhora foi ouvida na comissão, mostrou abertura para colaborar, para melhorar este Projeto Resolução no sentido de ele ser aprovado, contrariando a postura que até então tinha sido a postura do Partido Socialista.

Essa disponibilidade da Sra. Secretária e do Governo Regional está no relatório: “O Governo dos Açores está disponível para colaborar na alteração do Projeto de Resolução envolvendo a autoridade marítima e abrangente os estudos em curso.”

Na passada sexta-feira, na Comissão de Economia, eu abordei o coordenador do Partido Socialista, para ver se ele tinha (o Grupo Parlamentar) a colaboração do Governo para o que teria a propor para a redação deste Projeto de Resolução.

Até hoje não me chegou nada. Eu há bocadinho telefonei ao senhor coordenador do PS na Comissão de Economia e ele disse-me que o Partido Socialista mantinha a sua posição inicial...

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor é contra a proposta do Partido Socialista?

**Deputado André Bradford (PS):** Quem tem que alterar é o PSD!



**O Orador:** ... e, portanto, eu fiquei absolutamente confuso com isto.

**Deputado José San-Bento (PS):** Quem fica confuso sou eu!

**Deputado André Bradford (PS):** Mas o senhor agora é coordenador do Partido Socialista?

**O Orador:** Portanto, os senhores entendam-se.

Estamos disponíveis. Agora, o Governo disse que estava disponível para colaborar e que queria uma nova redação, mas essa redação nunca chegou. Essa é que é a verdade.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Quem é que tem que fazer?

**Deputado João Vasco Costa (PS):** O senhor que a venha fazer!

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Quem tem que fazer é o PSD! A gente fazia e os senhores assinavam!

**Deputado António Parreira (PS):** O senhor é que vai fazer?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu não só disse isso, Sr. Deputado, como ainda disse e consta do relatório, que estão por concluir diversos estudos que estão em curso e que foram apresentados na Comissão; só depois deverão ser tiradas as respetivas conclusões e só depois deveríamos partir para o tal estudo que o PSD propõe.

Portanto, eu continuo disponível. Agora não quer que seja eu a fazer proposta ou quer?

Quem tem que fazer a proposta é o vosso Grupo Parlamentar e fazê-la chegar a mim, presumo-mo eu, mas posso estar enganada.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não foi isso que a gente combinou!

**A Oradora:** Seja como for, e precisamente porque o senhor sabia que eu tinha essa abertura e que o Governo Regional dos Açores tinha essa abertura, porque é coerente com aquilo que defendemos,...

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... o Sr. Deputado tinha toda a liberdade de me ter feito chegar essa proposta e tinha ainda a obrigação de ter feito conformar o seu projeto quando chegou aqui dentro.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** É meu entendimento.

Muito obrigada.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não é esse o nosso entendimento!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(\*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em bacias portuárias muito pequenas nunca é aconselhável enchê-las de pedra e betão, porque o exíguo espelho de água, espelho líquido, já de si muito limitado, ainda fica mais limitado e passa para situações idênticas de mar e de vento similares às verificadas antes a ter um comportamento diferente, nomeadamente sobre a elevação do nível médio do mar em situações de agitação marítima, incidente na barra e com períodos de onde muito curtos, maior energia total, acumulada no interior da bacia, maiores dificuldades de operação.

Pelas razões acima expostas, a obra projetada para a Madalena nunca deveria ser efetuada.

Poupar-se-iam milhões e garantir-se-ia mais e melhor segurança na operacionalidade.

Estas palavras foram dirigidas ao Governo em 2011, precisamente em junho, pelo comandante Lizuarte Machado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Conhecem?

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Já era conhecido!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Ele disse outras coisas também!

**O Orador:** Quando os senhores referem que tudo foi feito com responsabilidade e ouvindo todas as entidades devidas, esta começa e há 7 anos atrás, a primeira mensagem de não ouvir os entendidos no setor.

Além disso, continuaram a ter o mesmo comportamento na Comissão aquando das audições previstas sobre as propostas do PSD. Os senhores não quiseram ouvir o mestre Manuel Humberto, os senhores não quiseram ouvir o José Decq Mota, o Carlos Silva, antigo cabo-mar, alguns mestres e atuneiros que toda a sua vida operaram no Porto da Madalena e não quiseram ouvir operadores de empresas de transporte de carga.

Portanto, quando os senhores afirmam, e afirmou Sr. Deputado José Ávila, que foi tudo com muita responsabilidade, não ouvir quem toda a vida viveu nos portos do triângulo e em concreto, na Madalena, é um ato de irresponsabilidade. Gostaria também de dizer ao Sr. Deputado, que o Sr. Deputado não teve assim tanta convicção nas suas palavras sobre a credibilidade dos investimentos realizados, porque o senhor falou que toda a operação estava melhor, mas o senhor foi o mesmo que afirmou neste Parlamento que se voltássemos aos Cruzeiros era regressar ao passado.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** O senhor agora virou psicólogo!

**O Orador:** Pois eu posso-lhe confirmar que no dia 8 de novembro, a operação não foi realizada pelo Gilberto Mariano, e as informações foram pedidas na Gare Marítima da Horta e aos passageiros (pediram-na e têm direito a pedir essa informação) foi-lhes fornecida a informação de que no Porto da Madalena não existiam condições para a operação de Gilberto Mariano.

Portanto, as suas afirmações comprovam, as do passado e as de hoje, a pouca confiança.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Secretária, a Sra. Secretária continua, digamos assim, a andar um pouco às voltas com o assunto da operacionalidade.

Continua a apresentar disponibilidade depois de tudo, mas eu gostaria de lhe colocar aqui uma pergunta muito concreta e que tem a ver com as informações que vão surgindo de dificuldades na operação neste momento no novo terminal de passageiros e tem a ver com o assoreamento acelerado, a deposição de algas, e isso até está a causar problemas nos sistemas de refrigeração dos novos navios.

Gostaria que me respondesse a essa questão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para falar agora, mas o Sr. Deputado interpelou-me diretamente e eu queria dizer-lhe uma coisa:

Relativamente à questão do Porto da Madalena, já que falou nele, o senhor devia também puxar as coisas um bocadinho mais atrás e vai tentar perceber que o grande problema que está ali naquele Porto tem a ver com o passado, mas lá muito para trás, Sr. Deputado.

**Deputado Marco Costa (PSD):** O senhor não ouviu o que eu acabei de ler!

**O Orador:** O senhor sabe que o enraizamento daquele porto não é o mais correto e que se fosse feito de outra maneira, se calhar, não teríamos problema nenhum.

Relativamente à questão dos Cruzeiros, Sr. Deputado, o senhor deve ter usado a habilidade de outra pessoa para ir buscar uma frase minha e que foi dita aqui fora de contexto. O que eu referi relativamente aos cruzeiros tem a ver com outra situação.

Houve alguém nesta Casa que defendeu que os Cruzeiros deviam fazer as ligações entre a Graciosa e a Terceira.

E eu, nessa altura disse que realmente era regressar ao passado.

É porque os Cruzeiros fizeram a experiência na Graciosa e fizeram a ligação...

**Deputado Marco Costa (PSD):** O senhor não respondeu à questão!

**O Orador:** Sr. Deputado, oiça só! Eu estive aqui atentamente a ouvi-lo.

Os Cruzeiros já tinham feito uma experiência há alguns anos na Graciosa e o senhor sabe que a última viagem que fizeram, no fim de agosto, sabe o que é que transportaram?

Uma caixa de vinho e um passageiro, Sr. Deputado.

Os Cruzeiros não serviram a Graciosa. Serviram muito, e bem, aqui as ilhas do triângulo e aí concordo, mas a Graciosa não serviram. As pessoas afastaram-se daquele tipo de transporte, porque não era confortável fazer a ligação entre a Graciosa e a Terceira naquele navio. Por isso, eu disse essa frase e se o senhor quer fazer o favor, tem que utilizá-la dentro deste contexto, porque foi realmente isso que eu quis afirmar, porque a Graciosa não pode ser prejudicada por algumas pessoas tentarem defender um modelo diferente que nos pode causar sérios problemas, que é reduzir a capacidade do número de passageiros e reduzir a capacidade de transporte de viaturas.

Por isso é que nós não queremos regressar ao passado, Sr. Deputado, e foi isso que eu defendi e é isso que eu hei de defender até hoje últimos dias desta legislatura, que é esse contrato que tenho com o povo da Graciosa.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu não ando às voltas, Sr. Deputado Marco Costa. A minha posição foi clara desde o início e leia o relatório e já vai chegar lá.

Ao contrário do seu colega Luís Garcia, já percebi o que é que o senhor queria. O senhor quer é vir aqui fazer o numerozinho habitual do Porto da Madalena.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Fica-lhe muito bem esse tipo de intervenção!

**A Oradora:** Em relação às algas, eu não tenho reporto nenhum de danos, em barcos neste momento, e é-me impossível obter esta informação neste momento exato, mas as informações que o senhor tem, agradecia que me fizesse chegá-las para que eu pudesse responder cabalmente qual é a situação concreta.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado Marco Costa** (*PSD*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a senhora desculpe, mas eu não venho aqui fazer o numerozinho do Porto da Madalena.

Os senhores destruíram o porto da Madalena...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... e, portanto, o porto da Madalena tem de vir todas as vezes que for necessário debater até que se encontrem soluções.

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito bem!

Os senhores é que tomaram as decisões que levaram às consequências que estão aí à vista de todos e, portanto, eu não venho aqui fazer o número do Porto da Madalena.

Esse não é um discurso que eu aceite, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

**Deputados António Almeida e Bruno Belo (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito infeliz a sua intervenção, Sra. Secretária, e por aqui me fico!

**Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Foi muito infeliz o seu comentário enquanto eu estava a falar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(\*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o que interessa aqui é perspetivarmos o médio prazo e o futuro e sabendo perfeitamente que o porto da Madalena fica situado entre o quadrante norte/noroeste, portanto, precisamente no quadrante noroeste, estamos a falar de uma infraestrutura situada, do ponto de vista de agitação marítima e intensidade das ondas, de difícil acesso.

Primeiro, queria referir, e é a minha opinião pessoal e vou transmitir também do ponto de vista do Grupo Parlamentar e foi transmitido ao Deputado José Ávila, que é difícil reformular uma obra quando, de facto, na sua fase inicial, não teve em consideração prevê-la a médio prazo e com o aumento do fluxo, quer da parte da pesca, quer da parte dos Transportes Marítimos.

E eu penso que, de certa forma, esse não planeamento, condicionou uma série de intervenções a realizar no Porto da Madalena.

Mas a verdade é esta: em 2016/2017 foram publicados dois editais da Autoridade Marítima relativos ao fecho da barra.

E voltando a esta parte (chamando a atenção a um pormenor, porque acho que é uma pessoa que nos merece muito respeito, é uma pessoa empenhada nas causas do mar, e quando pronunciamos o nome dele devemos pronunciar com

alguma legitimidade o que ele diz) o comandante Lizuarte Machado, quando se referiu às condições de operacionalidade do Porto da Madalena, estava a referir-se ao interior da bacia e nomeadamente à utilização da rampa “Ro-Ro” pelos novos ferries.

Nunca se referiu às questões de operacionalidade da entrada e saída do Porto da Madalena.

Aliás, nessa matéria, fico chocado com algumas afirmações de irresponsabilidade, de falta de planeamento.

Portanto, com as condições que a própria localização impõe, a obra foi construída com um estudo, com um projeto.

Será que em mais alguns dos sítios era viável? Desconheço!

Eu creio que este Governo, e qualquer Governo, não planeia obras sem estudos, nem as executa sem projetos.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Depois queria referir o seguinte, que é isso também que nos move, que é o estudo visando as questões de segurança.

De facto, lá para fora, e vamos ser muito pragmáticos, porque para o povo o que interessa é isso, são as questões de segurança. E relativa às diversas audições que tivemos sobre este diploma das condições de operacionalidade foi, por unanimidade (e eu não ponho em causa a autoridade, nem a competência dos capitães dos Portos, quer de Angra, Ponta Delgada e Horta) referido aqui um aspeto fundamental neste processo:

Os meios tecnológicos existem, os ferries estão certificados para navegar em qualquer parte do mundo, estamos a falar de equipamentos de alta tecnologia, de uma série de equipamentos e informação que são disponibilizadas pela autoridade marítima através do radar e da câmara de vigilância, mas, acima de tudo aqui o mais importante é o conhecimento da navegação.



O conhecimento prático da navegação! E aqui deixo uma mensagem aos mestres da Atlanticoline...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e a todos os tripulantes pelo excelente trabalho que eles prestam aos açorianos, a todos nós e a quem nos visita.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Depois a este nível, compreendendo algum conteúdo do Projeto de Resolução, o que foi transmitido também pela Sra. Secretária é que (a Portos dos Açores) estão em curso três projetos que visam aumentar os níveis de segurança e operacionalidade nos diferentes portos da Região, mais concretamente nos portos que têm tido problemas no triângulo.

Relativamente aos acidentes e, se me permitem, eu tenho que citar uma frase do comandante Lizuarte Machado, porque eu penso que é importante e que define bem o conhecimento profundo de quem anda lá fora, no mar, e tenho que transmitir:

“Em relação ao acidente do Mestre Simão, infelizmente os acidentes com homens e máquinas são e serão sempre inevitáveis e imprevisíveis”.

E eu penso que disse tudo.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, há bocadinho referia que todos aqueles relatórios e as recomendações que foram emitidas aquando dos acidentes e dos incidentes, em 2014, estava tudo cumprido.

Essa é uma avaliação que precisa ser feita.

**Deputado André Bradford (PS):** Já está feita. Acabou de ser feita!

**O Orador:** Sabe o que é que me preocupa? É que perante os problemas emitem-se relatórios, emitem-se recomendações, fazem-se Comissões de Inquérito e depois, passado este tempo, nós temos dúvidas e não sabemos o que está implementado.

E veja-se dois exemplos que eu que lhe queria dar. O Gabinete de Prevenção (na altura era assim designado) de Acidentes Marítimos, recomendava à Transmaçor, agora Atlanticoline, que “no mais curto prazo possível proceda nos vários portos de escala à avaliação dos principais problemas que podem ocorrer durante as manobras de atracação e permanência dos navios nos cais, incluindo a definição de condições meteorológicas limite, de modo a aferir quais as formas mais indicadas de realização das manobras.”

Este gabinete, a Autoridade Nacional, quando interrogado sobre a implementação destas recomendações que ele próprio emitia, disse que não fazia a fiscalização da implementação das suas recomendações, porque não tinha meios (ponto n.º 1).

Segundo exemplo: a Autoridade Marítima na altura disse que “era preciso assegurar aos utentes uma navegação segura e tranquila e na sequência dos diversos relatórios apontou como linha de ação a necessidade de definição dos limites operacionais dos navios, isto é, as condições de mar e de vento mais gravosas que podem ocorrer em cada cais, e a necessidade de ser efetuado um planeamento operacional, considerando as condições de agitação no interior dos portos e os limites operacionais dos navios, de forma sistemática e científica”. Emitiu estas recomendações.

Agora, interrogada a Autoridade Marítima sobre a implementação, (o senhor estava na Comissão como eu estava), disse que era responsável por essa Autoridade Marítima desde 2006 e que não tinha averiguado a implementação destas recomendações.

Portanto, isto é absolutamente preocupante, é absolutamente nós colocarmos em causa todo este trabalho de emissão de relatórios e recomendações e depois, passado este tempo, não sabemos se as próprias entidades que têm competências nesta matéria e que deviam fiscalizar a implementação das suas recomendações não sabem se elas foram ou não implementadas. E isso não é contribuir para reforçar a segurança desta operação...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e restabelecer a confiança.

Por isso, este estudo poderia ajudar nessa matéria. Já vimos que os senhores não estão disponíveis para isso, e não me venham dizer que houve um relatório da Atlanticoline, da Portos dos Açores, que diz que está tudo implementado. Não! Nós para averiguarmos se isso está implementado (é este o desafio que lanço)...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É um estudo que o senhor quer? O estudo é para quê?

**O Orador:** ... é se o Governo está disponível para fazer uma auditoria à implementação destas recomendações, porque é preciso que nós, os açorianos e que quem circula todos os dias neste canal e neste triângulo,...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso é uma proposta nova!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é isso que está no Projeto de Resolução, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... saibamos se estas recomendações, se estas obrigações foram ou não implementadas e se isto efetivamente nós estamos aqui a dar este contributo para reforçar a segurança.

Isso é que nós precisamos de saber e nós neste debate ainda não conseguimos saber se tudo aquilo que foi emitido, essas recomendações, se estão ou não implementadas.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, eu já falei aqui no Projeto de Resolução trazido a esta Casa pelo Bloco de Esquerda em 2015 e a resposta está aqui, três meses depois como exigia a resolução. E na resposta (não sei se o senhor tem, se não tiver eu posso fazer chegar),...

**Deputado André Bradford (PS):** Mas ele não acredita em nada disso!

**O Orador:** Neste ofício do Sr. Secretário Adjunto da Presidência e dos Assuntos Parlamentares 779/2015, traz exatamente o relatório e neste relatório tem as orientações e tem as recomendações de cada uma das entidades. Está aqui, Sr. Deputado.

É claro que aqui no seu interior tem a explicação de cada uma delas. Eu não as vou ler aqui, tenha paciência, mas não me obrigue a fazer isso. Mas aqui delas todas que aqui estão, tem duas no primeiro quadro, duas que estão em implementação (isto em 2015, a situação agora é outra) e das outras 10 que estão aqui abaixo tem duas em implementação, o que quer dizer que as outras foram todas implementadas, Sr. Deputado.

Portanto, pelo menos a grande maioria das orientações e das recomendações estão aqui num relatório de setembro de 2015 (setembro de 2015!),...

**Deputado Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado, faço uma pergunta:...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Ele não responde!

**O Orador:** ... de quem é a última palavra relativamente à prática de um porto por um navio da Atlanticoline?

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Número 1 - A opinião do senhor comandante, ex-deputado desta Casa, Lizuarte Machado deve ser tida em conta? Com certeza! Mas também não foi sempre tida em conta. Por exemplo, o Sr. Deputado lembro-me bem, pediu a demissão de um Membro do Governo Regional durante os tempos em que desempenhava estas funções,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É a democracia, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... atribuindo graves responsabilidades, a esse Membro do Governo Regional.

Dessa vez, as palavras foram escutadas com atenção (utilizando a sua própria...

**Deputado André Bradford (PS):** Retórica política!

**O Orador:** ... retórica política) por muita gente da oposição e do seu próprio partido, mas não foram ouvidas pelo Presidente do Governo Regional e muito menos pelo Membro do Governo Regional que foi visado pelas frases então proferidas pelo senhor comandante Lizuarte Machado.

Portanto, sobre o senhor comandante Lizuarte Machado foi só esta primeira demão. Em segundo lugar, também é impressionante como aqui se diz que os

melhores argumentos que têm sido apresentados contra o estudo que propõe o Grupo Parlamentar do PSD, é que os senhores estão a fazer estudos também.

Portanto, é algo que é uma ironia. Eu estou aqui deliciado com este poder de argumentação de V. Exas.: não, não! O vosso estudo não é necessário, porque nós temos este, este, aquele e o outro, está tudo excelente, mas estamos a fazer este, este e o outro.

Portanto, eu não percebo por que é que os senhores reconhecendo que a situação é excelente dizem, apesar de ser muito boa não estamos a fazer estes, estes e aqueles estudos.

**Deputado André Bradford (PS):** Já fizemos!

**O Orador:** O PSD o que diz é que nós queremos fazer também este estudo, mas o deles não pode ser.

Os vossos podem ser, são razoáveis. Os do Grupo Parlamentar do PSD já não são razoáveis.

Eu aqui também acho que isto é um autêntico paradoxo. Eu tenho dificuldade, enquanto parlamentar, em perceber esta lógica, mas pronto, os senhores com certeza que terão as suas fundamentadas razões.

Eu penso que tem muito a ver com aquele discurso que fiz há dois anos que é quatro patas sim, duas patas não.

Depois quero dizer-vos também e, em terceiro lugar, e para terminar esta intervenção, que ainda não ouvi nenhum argumento que eu considere plausível em relação a esta matéria, que é a informação em relação ao que propõe o PSD.

E o que propõe o PSD é...

**Deputado André Bradford (PS):** Agora é uma auditoria!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Agora já não isso, é uma auditoria!

**O Orador:** ... o ponto número um e o ponto número dois, que esta informação, que este estudo, já esteja realizado.

Não está e, portanto, esse é que era o argumento fundamental é dizerem: não, não! Isto já foi feito! E esse argumento, que é um argumento definitivo, não foi apresentado por vossas excelências.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Ávila já várias vezes fez referência a um relatório sobre a implementação de muitas das recomendações.

Sr. Deputado, sabe por que é que esse relatório diz pouco e a mim diz-me quase nada?

Uma orientação do Governo, por exemplo (dou-lhe só um exemplo): “preparação de mecanismos que permitam a definição de limites de operacionalidade do cais.”

Depois, a gente vai à execução – orientação 10. A medida respeitante a esta orientação foi implementada. E a gente pergunta: como? Onde? Quando?

Portanto, este relatório Sr. Deputado, o papel aceita tudo.

Eu não quero que o senhor vá deste debate sem a minha resposta. Quer saber o senhor quem tem a última decisão?! Pois com certeza que é o mestre.

**Deputado André Bradford (PS):** Ah, até que enfim!

**O Orador:** E nós queremos ajudá-los. Sabe, porquê, Sr. Deputado?

Propomos ainda neste estudo que “sejam avaliados os meios existentes eventualmente a implementar em cada cais/porto que permitam o fornecimento de informação técnica fiável aos mestres dos navios de passageiros e viaturas no sentido de apoiar as suas decisões”.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós queremos ajudá-los a decidir melhor e os senhores não querem.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, que ao contrário do que foi dito a semana passada aqui, aliás na semana que tivemos a discutir o Plano e o Orçamento, o senhor é um homem de pouca fé. Portanto, não acredita nos documentos que lhe são apresentados.

Eu acredito. Pronto, pode ser um defeito meu.

Também queria agradecer o facto de o senhor me ter respondido à pergunta que eu ando a fazer aqui desde o início. Aliás, até fiz algum esforço para que o senhor me respondesse.

Eu sei que para si talvez seja um incómodo, mas eu queria só dizer e dar uma nota:

Em 11 de setembro de 2014, nesta Casa, o PSD trouxe um Voto de Protesto, porque o comandante tomou a decisão de cancelar uma viagem para uma ilha.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor queria ir para a Graciosa!

**O Orador:** Isto, de facto, denota bem o que é que os seus pensam sobre segurança nos portos dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Aí é que está Sr. Deputado!

Isto não vale a pena vir pregar uma coisa para aqui e na prática fazer outra Sr. Deputado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!



**O Orador:** Porque se o comandante é soberano numa embarcação e o mestre também é soberano na sua embarcação, respeitemos ao menos isso. Respeitamos ao menos isso, em nome da segurança dos nossos passageiros. Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agora percebi para onde o senhor queria ir, mas eu não vou por aí.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

Nessa estrada, nesse mar o senhor vai sozinho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** O senhor está “encalhado”!

**O Orador:** Em nome da segurança....

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Em nome da segurança dos passageiros e em respeito pelos mestres, sabe como é que se respeita os mestres?

É aprovar este estudo que diz, e repito-lhe: “propomos ainda neste estudo que sejam avaliados os meios existentes eventualmente a implementar em cada

cais/porto que permitam o fornecimento de informação técnica fiável aos mestres dos navios de passageiros no sentido de apoiar as suas decisões”.

Isto é que é decidir em favor da segurança e isso é que é ajudar e respeitar o papel dos mestres, dar-lhes os instrumentos para eles poderem decidir bem.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já estamos a ir um pouco longe demais,...

**O Orador:** ... mas é sempre muito agradável debater estes e outros assuntos com o Sr. Deputado Luís Garcia. É sempre um gosto e um prazer!

Mas queria dizer que há aqui uma linha que nos separa.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Várias, várias!

**O Orador:** Os senhores querem estudos e nós implementamos soluções.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

**Deputado Francisco César (PS):** Ficou sem água no leme!

**Presidente:** Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos agora fazer um intervalo. Regressamos dentro de 30 minutos.

*Eram 17 horas e 40 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 20 minutos.*

Entramos agora no ponto 3 da Agenda: **Petição n.º 23/XI – “Projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”**, apresentada por Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento e para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**PETIÇÃO N.º 23/XI – PROJETO DE APROVEITAMENTO  
HIDROELÉTRICO DA RIBEIRA GRANDE DA ILHA DAS FLORES**

**TRABALHOS DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de parecer sobre a Petição n.º 23/XI - “Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”.

**1st. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO**

A 29 de dezembro de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”, sendo o Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, o primeiro subscritor.

A presente petição visa, concretamente, “[...] determinar os benefícios deste projeto para a ilha, bem como ponderar as vantagens da produção desta energia verde, em contraponto como produto “**Natureza**”, ameaçado pelas obras, ruído e descaracterização paisagística. Preocupa-nos especialmente que o benefício duma empresa semi-privada (**EDA**) possa lesar o **ambiente** e pôr em risco uma atividade económica em franco crescimento na ilha e, em particular, naquela zona, como é o **Turismo**.”

## 2nd. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, atenta a matéria em apreço, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## 3rd. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise começa por referir que «A população da Ilha das Flores tem manifestado as suas preocupações em relação ao **“Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”**, nomeadamente no que se refere aos seus impactes negativos.»

Acrescentando-se, em seguida, que “Detalhes pertinentes têm vindo a ser omitidos pelas entidades públicas responsáveis e pela **EDA**, protegendo o lucro do futuro negócio – omissão dos custos da obra, dos potenciais lucros da **EDA** e dos futuros encargos e responsabilidades públicas e locais – e camuflando a degradação e destruição de uma das mais bonitas paisagens do arquipélago, que constitui um dos locais mais visitados da ilha e um dos seus maiores valores turísticos.”

Por conseguinte, considera-se que “[...] este projeto poderá afetar a ilha em vários sectores, principalmente na economia ligada ao turismo e ao ambiente, seja durante as obras (pela sua extensão espacial e temporal, movimentação de

máquinas e de terras, poeiras e ruído), seja após entrada em funcionamento da central hidroelétrica (ruído, exposição aérea dos tubos das condutas, garantia de caudais mínimos e de preservação de ecossistemas).”

Assim, em conclusão, alegam os peticionários que “Pela preocupação crescente dos florentinos com este projeto, as nossas dúvidas e perguntas devem ter a devida atenção.”

**A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, às seguintes entidades:**

- Empreendimento Turístico "Aldeia da Cuada";
- Associação "amigos dos Açores";
- Conselho de Ilha das Flores;
- Ambiflores (ONG);
- Queijaria Pico Redondo;
- Restaurante Pôr do Sol;
- Aldeia da Cuada.

**A Comissão procedeu, ainda, à audição, presencial, das seguintes pessoas:**

- do primeiro subscritor, Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos e do Sr. César Rosa, na qualidade de Presidente da Associação Ambiflores.
- do Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Luis Maciel
- do Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande, Victor Fagundes.
- da Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha, Verónica Eduardo.
- da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro

### AUDICÕES REALIZADAS

- i. A Comissão Permanente de Economia, no dia 23 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição dos primeiros subscritores da petição, o Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos e o Sr. César Rosa, este último na qualidade de Presidente da Associação Ambiflores.**

Os peticionários fizeram uma breve apresentação da petição, referindo que a EDA já introduziu alterações ao projeto inicial e que o período de consulta pública foi muito reduzido e coincidiu com a época festival do Natal e com alguns feriados. Além disso, defendem o estudo de alternativas para a localização do projeto da hidroelétrica, devido à captação de água numa área protegida e um dos maiores ex-libris da Ilha das Flores e pelo impacte ambiental, económico e turístico que terá na ilha.

Os peticionários consideram, ainda, que a população das Flores ronda as três mil pessoas, sendo o seu consumo energético regular, pelo que esta nova central hidroelétrica não irá resolver o problema com os reduzidos caudais de água no Verão, até porque está previsto, no projeto, o encerramento da central, durante 30 dias no Verão. No entanto, informaram que são a favor das energias renováveis, desde que sejam viáveis e respeitem as mais valias e potencialidades da ilha das Flores.

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se o período de discussão pública do projeto foi o adequado, uma vez que coincidiu com a época festiva do Natal, e se, por isso, dificultou o esclarecimento da população. Questionou, também, se foram avaliados todos os locais alternativos, de forma a minimizar o impacte ambiental e quais as condições necessárias para avançar com este projeto.

Em resposta, os peticionários disseram que a consulta pública ocorreu no período de Natal e isso impediu a participação da população, pelo que deveria ter existido maior transparência, optando, em primeiro lugar, pela discussão pública e só depois, pela apresentação do projeto.

No que diz respeito ao estudo de alternativas, os peticionários consideram que a natureza é a grande imagem do Turismo nas Flores e a construção da hidroelétrica implica maior intervenção humana na natureza, defendendo, em alternativa, a construção de mais eólicas. Referiram ainda que os dados apresentados pela EDA são insuficientes e as estimativas estão desatualizadas.

Acrescentaram que deve existir o mínimo de intervenção humana, para manter a beleza natural, e que o objetivo de aumentar a produção de energia renovável é positivo, mas mesmo com a construção da hídrica não será alcançado, devido ao reduzido caudal da ribeira no Verão.

Posteriormente, a Deputada Graça Silveira afirmou que não percebe o motivo de grande descontentamento da população, uma vez que o projeto visualizado, em power point, não parece ter grande impacto na paisagem. Perguntou se existem outros locais alternativos, com melhores caudais, para a construção da hídrica; qual é o tipo de projeto, hídricas ou eólicas, com maior sustentabilidade para a ilha das Flores e se devemos evitar avançar demasiado rápido com a construção, de forma a evitar precipitações.

Os peticionários responderam que grande parte do descontentamento da população resulta da intervenção humana em alguns locais emblemáticos, defendendo a ribeira dos moinhos como um local alternativo, ainda que a população também não aceite. Indicaram que a população não quer intervenção humana em locais verdes e os turistas também não concordam com este projeto. Consideram, também, que o projeto com maior sustentabilidade seria o aproveitamento do que já existe, com um parque eólico e solar, incentivando a população a produzir a própria energia, evitando pressa e precipitações em



avançar com o projeto, sem que antes sejam avaliadas todas as alternativas e salvaguardando as preocupações da população.

Já o Deputado Manuel Pereira referiu que o projeto apresentado, numa segunda fase, já resolve algumas das preocupações apresentadas, minimizando o impacto visual e ambiental. Neste sentido, perguntou aos peticionários se sabem qual é a maior bacia hidrográfica da ilha das Flores, e se conhecem as estimativas relativas à redução do consumo dos combustíveis fósseis, com o funcionamento da hidroelétrica.

Em resposta, os peticionários declararam que têm bom senso e consideram que a maior bacia é a da Ribeira Grande e o poço da Alagoa. Afirmaram que não são contra as hídricas e as suas mais valias, mas defendem, primeiro, o estudo de todas as alternativas, com diálogo e esclarecimento.

Os peticionários alegaram que a localização e a duração das obras são os maiores entraves à construção da hidroelétrica, pois irá gerar um grande impacto com as obras e com o ruído, além do que a ribeira tem um caudal muito irregular, comportando riscos.

De seguida, o Deputado António Lima pediu explicações sobre o impacto ambiental, na flora e na fauna, e paisagístico da construção da hidroelétrica, perguntando ainda sobre o que deve ser feito, ou seja, se o projeto deve ser revisto ou abandonado e se deve existir maior transparência e informação à população.

Às perguntas colocadas, os peticionários referiram que no projeto aparecem tubos visíveis e existe uma grande preocupação com as enguias, motivo pelo qual exigem um caudal ecológico mínimo de 20%. Consideram que as preocupações da população resultam, sobretudo, da estética do projeto, que, entretanto, já foi revista pelo EDA, defendendo, ainda, as energias renováveis e o estudo de alternativas e maior transparência no processo.

Por sua vez, o Deputado Manuel Pereira afirmou que parece difícil que o empreiteiro a quem seja adjudicada a obra irá demorar os três anos previstos, mas sim executá-la no menor período de tempo possível considerando os custos da mobilização de equipamentos para a sua realização e que por isso irá executá-la num menor período de tempo possível, perguntando, ainda, se a construção da hidroelétrica terá maior ou menor impacto ambiental do que uma antiga britadeira e central de betuminosos, que já existiram em local próximo e se na sessão pública, o Presidente da EDA disse que estavam a estudar a construção de um parque fotovoltaico, para produção de energia no período de Verão.

Já o Deputado Bruno Belo referiu que, do investimento total de 8,2 milhões de euros, cerca de 4,1 milhões de euros são imputados à Região Autónoma dos Açores, como acionista, pelo que pergunta porque é que a Região não redireciona este montante para outros incentivos, na área das energias, para a população. Perguntou se os peticionários concordam com esta abordagem.

A seguir, o Deputado André Rodrigues questionou se a população prefere ter menos tempo de obra ou um desfasamento da execução da obra, por um período mais alargado de tempo; se existem outras ribeiras alternativas, com um caudal suficiente para que o projeto da hidroelétrica seja viável, dado que a ribeira, prevista no projeto, é a que tem maior caudal; e se, para os peticionários, é aceitável continuar a importar combustíveis fósseis para consumo energético, em detrimento do investimento na hidroelétrica.

Em resposta, os peticionários disseram que não consideram a hidroelétrica como a melhor solução como energia renovável, por isso não sugerem locais alternativos. Acrescentaram que a sua maior preocupação resulta do impacto visual, defendendo um maior estudo sobre o impacto do projeto, sendo que o dinheiro poderia ser aplicado em pequenos investimentos ao nível da energia.

A terminar, os peticionários alegaram que a única vantagem da hidroelétrica seria permitir queimar menos combustível fóssil e reduzir a dependência energética do exterior. No entanto, consideram que a grande mais valia da ilha das Flores e a sua imagem de marca é a natureza, sendo a favor de energias renováveis, mas entendem que se deve ter em conta a dimensão do projeto e o seu impacto na natureza.

**ii. A Comissão Permanente de Economia, no dia 23 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Luis Maciel.**

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se o Presidente da Autarquia esteve presente na reunião para a apresentação do projeto da central hidroelétrica e quais foram as conclusões apresentadas. Questionou, também, se já tem conhecimento da nova versão do projeto em discussão; quais são os benefícios deste investimento, ou seja, se trará um benefício direto e efetivo para as famílias das Flores, e se tem alguma sugestão.

O Presidente da Autarquia respondeu que esteve presente na reunião, bem como outras entidades, tendo já visualizado a segunda versão do projeto, com uma apresentação melhorada, que já contempla algumas das sugestões apresentadas pela Assembleia Municipal das Lajes das Flores.

O Autarca afirmou que, tendo em conta a natureza e o montante do investimento em causa, presume que a EDA tenha realizado os estudos necessários, sendo que o objetivo principal da autarquia é salvaguardar o interesse público, das populações em redor, minimizando os impactos negativos do projeto.

Considera, ainda, que os benefícios para a ilha e para o concelho resultam do maior uso de energias renováveis, o que se traduz num ganho ao nível do património ambiental e respeito pela natureza, tornando o concelho com uma

imagem mais moderna e vanguardista no uso das energias renováveis. Relativamente às sugestões, não tem uma em concreto, mas tudo o que for para beneficiar as famílias do concelho é bem-vindo.

O Deputado Bruno Belo voltou a intervir, no sentido de perceber se ocorreram alterações entre o projeto inicial e o atual e se deve haver um benefício direto para as famílias das Flores.

O Autarca afirmou que não tem informações adicionais sobre a alteração do projeto e que todos os benefícios para as famílias das Lajes das Flores são bem-vindos, ainda que entende ser demagógico defender isso.

Já o Deputado Manuel Pereira questionou se, considera que, será salvaguardado e atenuado o impacto ao nível do ruído, do ambiente e imagem da ilha, no projeto apresentado.

Em resposta, o Autarca das Lajes das Flores afirmou que a autarquia teve algumas reservas sobre os impactos negativos que podem advir do projeto, tendo a Assembleia Municipal enviado um parecer para a EDA, a apresentar sugestões de alteração, estando a aguardar uma resposta. Consideram que o período alargado das obras é uma das preocupações da população.

De seguida, a Deputada Graça Silveira indicou que um dos argumentos apresentados pelos peticionários, contra a construção da hidroelétrica, resulta da diminuição dos caudais das ribeiras no Verão, pelo que pediu ao autarca a opinião sobre outras fontes de energia, bem como sobre a possibilidade de outros investimentos em painéis solares e microgeração. Questionou, também, se faria sentido esperar algum tempo, cerca de dois a três anos, para consolidar o turismo nas Flores, de forma a não “perturbar o destino” e a tranquilidade no local.

O Presidente da C.M. das Lajes das Flores referiu que não tem conhecimentos técnicos suficientes sobre as fontes de energia alternativas, considerando que tudo o que for energias renováveis seja uma mais valia, mas presume que a

EDA tenha estudado a viabilidade e impacto do projeto. Acrescentou que, como autarca, está preocupado com o impacto negativo que o projeto possa ter, pelo que tem procurado minimizá-lo.

Relativamente à oportunidade em realizar este investimento agora, não o considera urgente, pois este assunto já é abordado há cerca de 10 anos, mas entende que adiar o problema não é solução, mas sim tentar minimizar o impacto das obras, com uma correta calendarização.

A Deputada Graça Silveira voltou a intervir e perguntou se deveria ter existido maior debate e esclarecimento público do projeto e se o destino Flores for prejudicado na sua imagem, se isso trará consequências na consolidação do turismo nas Flores.

Em resposta, o autarca defendeu que é sempre positivo quando a população está bem informada, reconhecendo que houve algum desconhecimento por parte da população e isso criou algum alarido. Contudo, considera que o Turismo está a evoluir e o destino Flores já está a ficar consolidado, pelo que o desafio agora consiste em esbater e diminuir a sazonalidade.

A seguir, o Deputado António Lima perguntou sobre as propostas de alteração apresentadas à EDA e pediu se era possível enviar à Comissão de Economia, o documento aprovado em Assembleia Municipal.

O Presidente da Autarquia respondeu que as preocupações apresentadas foram aprovadas no Conselho de Ilha das Flores e que o documento será enviado.

Por sua vez, interveio a Deputada Catarina Furtado e perguntou se, em alternativa à construção da hídrica, preferia que se aumentasse o incentivo para a aquisição de painéis fotovoltaicos, microgeração individual, em específico para a população das Flores.

O Deputado Bruno Belo perguntou se o autarca tinha conhecimento da procura de terrenos para a instalação de um parque fotovoltaico.

Já o Deputado José Ávila perguntou se o autarca concordava que este tipo de investimento faz parte da estratégia energética desenvolvida para a ilha das Flores e para a Região e se isso não irá contribuir, também, para promover o destino. Questionou, ainda, se conhece projetos que não tenham intervenção humana.

Entretanto, o Deputado Manuel Pereira perguntou se a obra prevista para a hidroelétrica terá mais ou menos impacto que uma antiga britadeira e central de betuminoso que funcionaram na mesma zona.

A terminar, o Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores disse que as opções apresentadas são complementares e que a EDA deve continuar a apostar nas energias renováveis e o Governo através dos incentivos diretos às famílias. Sobre os terrenos, afirmou que não tem conhecimento.

Além disso, afirmou que concorda com as declarações do Deputado José Ávila e que se deve continuar com a estratégia seguida, pois os benéficos serão maiores que os impactos negativos, que ainda podem ser minimizados. Entende que o vale é um património ambiental muito valioso, importante e que deve ser preservado, sendo possível compatibilizar intervenção humana, com preservação ambiental. Indicou, ainda, que existia uma grande mancha no local da britadeira e central de betuminosa, que pretendem resolver, tendo pedido à EDA para reabilitar aquele espaço.

**iii. A Comissão Permanente de Economia, no dia 24 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande, Victor Fagundes.**

O Deputado Bruno Belo interveio e perguntou se as pessoas da Fajã Grande têm manifestado preocupação com este investimento e se, tendo em conta o elevado valor do investimento público previsto, seria mais vantajoso aplicar este montante em incentivos para a aquisição de painéis solares.

O Presidente da J. F. da Fajã Grande respondeu que, cerca de, 80% da população está contra o investimento, considerando que o investimento é elevado e vai estragar uma das zonas mais bonitas e de excelência da ilha das Flores, com os constrangimentos relacionados com as obras. Acresce que só está previsto criar um posto de trabalho com o investimento, pelo que considera melhor investir em painéis fotovoltaicos/solares.

A seguir, o Deputado Manuel Pereira questionou o autarca se este tinha conhecimento da segunda apresentação do projeto e se, mesmo com as alterações introduzidas, se mantinha contra o investimento, pelo, eventual, impacto visual negativo. Perguntou, ainda, se a redução do consumo de combustível não seria uma mais valia para a ilha.

Em resposta, o Presidente da J.F. da Fajã Grande afirmou que não vê grandes benefícios neste investimento, para a ilha das Flores, e continua contra a sua concretização. Relativamente à possível redução do combustível, entende que no Verão o caudal da água é reduzido, o que não irá permitir resolver todos os problemas.

Já a Deputada Graça Silveira questionou se, no momento em que surgiu o projeto, teve conhecimento da apresentação pública, se participou nas reuniões e qual o sentimento da população em relação ao projeto.

A terminar, o Presidente da Fajã Grande reconheceu que se esqueceu de ir à apresentação pública, mas, entretanto, já assistiu ao vídeo disponibilizado. Considera que a vasta maioria da população não vê grandes benefícios neste investimento.

**iv. A Comissão Permanente de Economia, no dia 24 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha, Verónica Eduardo.**

A Presidente da J.F. da Fajãzinha, Sra. Verónica Eduardo, fez-se acompanhar do Secretário António Eduardo.

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se a autarca considera este investimento como uma mais-valia e qual o sentimento da população. Questionou, ainda, se preferia usar os 4,1 milhões de euros, da parte pública do investimento, para atribuir às famílias, através de incentivos para a microprodução.

A Presidente da J.F. da Fajãzinha afirmou que nunca, ninguém da população, se manifestou frontalmente contra o investimento e que a maior preocupação das pessoas resultou do facto de não ter havido uma maior divulgação e informação sobre o projeto. Entende que seria preferível usar o valor previsto para o investimento, para atribuir incentivos à aquisição de painéis fotovoltaicos/solares, em detrimento da construção da hídrica.

Por sua vez, o Deputado Manuel Pereira perguntou se a autarca esteve presente na apresentação efetuada pela EDA, no dia 15 de março de 2018, e se teve conhecimento das propostas de alteração ao projeto, aprovadas, por unanimidade, na Assembleia Municipal. Questionou, também, se este investimento poderá ser uma mais valia para a ilha das Flores, em particular, no que diz respeito à previsível redução, substancial, do consumo de combustível.

Em resposta, a Presidente da Freguesia confirmou que esteve presente na reunião, embora não tenha sido formalmente convidada, e disse que a redução do gasóleo será uma mais valia, sendo a favor das energias renováveis. Acrescentou que a construção da central hídrica terá alguns constrangimentos, com as obras e ruídos, mas será necessário acautelar tudo isso e minimizar os impactos.

De seguida, a Deputada Graça Silveira perguntou qual a posição da população da freguesia, sobre este projeto, se tem reclamado de cortes de eletricidade e se a obra terá impacto no turismo. Além disso, questionou se preferiam outro tipo



de investimento em energias renováveis, como a microgeração e painéis solares.

Em resposta, os representantes da Freguesia da Fajãzinha disseram que um projeto de energias renováveis é uma mais valia e também poderá ser uma atração turística, dado que na ilha das Flores consome-se, pelo menos, um milhão de euros em combustível, por ano, pelo que tudo o que for feito para reduzir isso será bom. Informaram, também, que não têm tido grandes problemas com cortes de eletricidade e que o projeto poderá ter algum impacto negativo no turismo, sobretudo durante a fase das obras, sendo importante atenuar estes constrangimentos. Deu como exemplo as obras que foram realizadas na freguesia, em 2010, e que tiveram muito mais impacto do que as que se espera vir a ter a construção da hídrica.

Depois, o Deputado Bruno Belo alegou que o caudal da ribeira será reduzido no Verão, questionando se esta fraca regularidade do caudal será suficiente para alimentar e manter a hídrica.

Já o Deputado António Vasco Viveiros perguntou se preferiam optar por outras alternativas, fazendo mais estudos para minimizar os riscos.

Por sua vez, o Deputado André Rodrigues questionou a autarca se todas as ilhas deviam aumentar a produção de energia proveniente de renováveis, com as vantagens inerentes das energias consideradas limpas. Perguntou quantas pessoas, da freguesia, já recorreram aos apoios para a aquisição de painéis fotovoltaicos e bombas de calor e porque motivo não existem mais a aderir.

Já a Deputada Graça Silveira perguntou se há disponibilidade para que se faça uma avaliação do impacto no turismo, antes e depois do início das obras, para verificar se foi uma mais valia para a freguesia e para a ilha das Flores.

A responsável pela freguesia respondeu que, mesmo no Verão, o caudal da ribeira é suficiente e está sempre a correr água. Indicou que não tem

conhecimentos técnicos suficientes sobre a avaliação das alternativas, mas devemos sempre minimizar os riscos, estudando várias hipóteses.

Acrescentou que foram feitas sugestões e propostas de alteração ao projeto, de forma a minimizar os riscos para a população e para a freguesia. Relativamente à microprodução, informou que apenas dois proprietários têm painéis solares, na freguesia, e estão satisfeitos, sendo a população muito idosa. Considera que durante a obra, o turismo poderá reduzir, mas depois de concluída, até poderá ser um chamariz para a freguesia, a nível turístico.

Interveio novamente o Deputado António Vasco Viveiros, para perguntar se consideravam que a EDA tinha estudado todas as alternativas, para além dos locais alternativos.

A seguir, a Deputada Catarina Furtado perguntou se consideravam o valor dos apoios e a taxa de comparticipação como um obstáculo para uma maior adesão aos painéis fotovoltaicos, e se poderá haver risco do projeto vir a ser prejudicado pelo elevado peso da massa de água, quer pela localização, quer devido a futuras intempéries.

A terminar, a Presidente da J.F. da Fajãzinha disse que a EDA não lhe apresentou os projetos, com as vantagens e desvantagens. Considera que a majoração e taxa dos incentivos não são um obstáculo, mas apenas porque as pessoas não se querem dar ao trabalho de concorrer aos incentivos e colocar os painéis. Acrescentou que o peso da água é grande, mas não lhe parece que seja um problema, referindo ainda que quem afirma que a ribeira fica seca no Verão é porque não conhece o local devidamente, pois existem várias nascentes ao longo da ribeira.

- v. **A Comissão Permanente de Economia, no dia 04 de junho de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha de São Miguel, com recurso a videoconferência, procedeu à audição da Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro.**

A SREAT fez-se acompanhar do Prof. Duarte Ponte e do Eng. David Estrela, ambos do Grupo EDA, e realçou a total abertura do Governo Regional e da EDA para esclarecer as dúvidas existentes, com destaque para as questões, abordadas pelos peticionários.

Ao nível do impacto visual do projeto, foram apresentadas imagens que já demonstram trabalho adicional da EDA, para acautelar as preocupações da população das Flores;

Relativamente à valorização turística do local, esta matéria ficou salvaguardada na avaliação de impacte ambiental, assegurando-se a implementação das medidas e alterações constantes no parecer final da Comissão de Avaliação, com programas de monitorização ambiental e estudos a realizar por entidades competentes;

Em relação às soluções alternativas de energias renováveis, para além da geotermia, não viável nas Flores, a produção com base em recursos hídricos é a que apresenta maior estabilidade e permite reduzir o consumo de combustíveis fósseis, enquanto as eólicas e fotovoltaicos são muito intermitentes.

A SREAT realçou que este é um projeto muito importante para a ilha das Flores que, para além dos benefícios óbvios ligados à diminuição do consumo de combustíveis fósseis, poderá ter possibilidade de vir a ser uma referência a nível mundial, no que diz respeito ao nível de sustentabilidade e redução da dependência energética face ao exterior, com impacto positivo no posicionamento turístico pretendido.

De seguida, o Deputado Bruno Belo começou por questionar se foi realizado algum estudo, em relação ao nível dos caudais da ribeira, se foi considerada a biomassa, como fonte de energia alternativa e como é que a comissão, que avaliou o estudo de impacte ambiental, fez a estimativa dos consumos energéticos.

O Deputado perguntou, ainda, porque razão não foi dada pelo promotor resposta à Comissão de Avaliação do Projeto, que por duas vezes questionou sobre quais os fundamentos que justificam a intenção de avançar com o projeto, já que na memória descritiva se refere que a ilha das Flores é já sustentável do ponto de vista da produção energética, se o Governo está disponível para avaliar a possibilidade de alocar os 4,1 milhões de euros, em novos incentivos e benefícios à população das Flores, no âmbito, por exemplo, do Pró energia e qual o valor participado pela ERSE ao nível das tarifas das renováveis.

Em resposta, a SREAT disse que as decisões de gestão são tomadas pela Administração da empresa EDA, em função da sua estratégia e não como foi indicado pelo Sr. Deputado. Além disso, afirmou que este investimento é mais eficiente e produtivo e visa garantir a sustentabilidade ambiental, com mais energias renováveis e menos fósseis, enquanto que com os sistemas de microgeração/painéis fotovoltaicos não se conseguiria atingir a taxa de penetração de energias renováveis, para além de se causar grande distúrbio na gestão da rede.

De seguida, o Prof. Duarte Ponte da EDA indicou que nas Flores já existem cerca de 50% de renováveis, pelo que se pretende é conseguir maior penetração de renováveis para os 80%, com estabilidade. Este aumento só é possível nas Flores com recurso à hidroelétrica, uma vez que mais eólicas e fotovoltaicas só iriam aumentar a ineficiência do sistema, com vários geradores, o que não faz sentido tecnicamente.

O Presidente da EDA realçou, também, que nos últimos anos a empresa investiu nas Flores mais de 20 milhões de euros. Enquanto uma eólica é muito intermitente e tem uma vida útil mais curta, ronda dos 20 anos, já as hídricas são regulares e duram muito mais, havendo exemplos a funcionar com mais de 50 anos. Em relação à geotermia, a ilha das Flores não tem dimensão e, por fim,

os painéis fotovoltaicos têm algum potencial e já estão a ser aproveitados e potenciados.

Com o investimento, na hidroelétrica, pretende-se atingir 100% de penetração de renováveis na hídrica, no Inverno, e, em média, 80% durante o ano. Relativamente à ERSE, esta definiu para os Açores um preço para as renováveis de 100 euros/MW/hora.

O Deputado Bruno Belo voltou a questionar sobre a possibilidade de usar a biomassa, como fonte energética, já que se trata de uma fonte de energia estável, se os caudais foram estudados, se a EDA irá realizar obras na barragem de Além-Fazenda e perguntou, ainda, qual o potencial de redução do consumo de combustível, com a introdução da hídrica.

O Prof. Duarte Ponte respondeu que os caudais das ribeiras foram devidamente estudados por empresas competentes e com muita experiência na construção de hídricas, em vários locais. Acrescentou que a EDA Renováveis não tem investido nem estudado a biomassa.

Além disso, são gastos nas Flores, por ano, cerca de 1,7 milhões de euros em gasóleo, para uma população estimada de 3.850 pessoas, o que perfaz, em média, um consumo de 36 litros de gasóleo, por habitante e por mês. Com o investimento na nova central hídrica pretende-se reduzir o consumo de gasóleo de 36 litros/mês, por habitante, para cerca de 9,4 litros/mês, ou seja, uma redução superior a 70%.

Posteriormente, o Deputado André Rodrigues efetuou as seguintes perguntas: quais os impactos positivos resultantes da construção hídrica nas Flores; se este investimento está enquadrado na estratégia energética definida pelo Governo Regional; se fica salvaguardado o impacto ambiental e a paisagem das Flores; se a EDA está disponível para colocar no caderno de encargos, normas que limitem os constrangimentos resultantes das obras e do ruído; e por fim, se o

Governo está disponível para explicar o investimento e as suas características à população.

A SREAT respondeu que o grande desafio é utilizar os recursos naturais (água) para acrescentar valor à ilha das Flores, reduzindo o consumo de combustível de 36 litros/mês/habitante para cerca de 9,4 litros, o que é um ganho significativo e um benefício ambiental. Assim, é possível reduzir a pegada ambiental resultante do consumo de combustível e tornar as Flores como um ex-libris ao nível ambiental, com os consequentes benefícios económicos através da promoção deste facto enquanto destino turístico. Afirmou que o Governo Regional dos Açores está sempre disponível para esclarecer a população e acredita muito neste projeto.

O responsável da EDA concordou e complementou as declarações da SREAT, afirmando que poderão ser colocadas, no caderno de encargos, regras para diminuir o ruído e atenuar o impacto ao nível do turismo, caso seja tomada a decisão de avançar com o investimento. Além disso, considera que a estrutura existente com a distância mais reduzida da central ficará a pelo menos 140 metros (parque de merendas), com 290 metros para o restaurante e mais de 450 metros para a Aldeia da Cuada, o que é bastante, para evitar qualquer problema.

A Deputada Graça Silveira abordou a temática da sustentabilidade energética por via energia elétrica, afirmando que se podem usar outras formas de energia, como as bombas termodinâmicas. Perguntou quem foi convidado para a apresentação pública feita nas Flores, dado que algumas pessoas revelaram desconhecer a reunião; quais foram os estudos realizados, para garantir que o investimento não será destruído por intempéries; qual o estudo que garante a sustentabilidade por via energética; qual a urgência da EDA em fazer novo investimento nas Flores e se este é o momento certo para fazer obras, devido ao impacto no turismo.

Em resposta, a SREAT disse que a reunião foi pública, aberta à população e não por convites. Indicou que não existe uma necessidade urgente em fazer este investimento, mas sim a hipótese de aproveitar um recurso renovável e disponível, a água.

O Presidente da EDA referiu que a Comissão Europeia estabeleceu como metas para 2030 que 27% do consumo energético deverá ser proveniente de energias renováveis, dos quais 75% de energia elétrica. Acresce que as bombas de calor só funcionam com energia elétrica e colocar bombas de calor em todas as casas nas Flores custaria mais do que os 8 milhões de euros previstos para a central hidroelétrica.

Acrescentou que na R.A. dos Açores há menos exposição solar do que no continente português, o que torna mais difícil compensar e recuperar o investimento na aquisição de kits fotovoltaicos. O objetivo é tornar a ilha das Flores renovável ao nível de energia elétrica, sendo a parte elétrica fundamental para atingir as metas definidas pela Comissão Europeia. Em relação à barragem Além-Fazenda, será realizada a limpeza da barragem este ano e possivelmente, se este investimento avançar, poderá ser construído um novo reservatório.

A terminar, a SREAT realçou a total disponibilizada do Governo Regional em esclarecer as dúvidas existentes sobre este assunto e toda a população.

**A Comissão Permanente de Economia recebeu os seguintes pareceres por escrito, no âmbito da petição em análise, os quais se juntam em anexo ao presente relatório:**

- Conselho de Ilha das Flores;
- Ambiflores (ONG);
- Restaurante Pôr do Sol;
- Aldeia da Cuada.

#### 4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários referiram que o projeto da central hidroelétrica nas Flores poderá afetar a ilha em vários sectores, principalmente na economia ligada ao turismo e ao ambiente, não considerando aquela opção como a melhor solução ao nível de energia renovável. Acrescentaram que a imagem de marca da ilha das Flores é a natureza, tendo como preocupação a dimensão do projeto e o seu impacte na natureza, defendendo um maior estudo sobre o impacte ambiental e visual.
2. Ainda assim, os peticionários alegaram que a única vantagem da hidroelétrica seria permitir diminuir o consumo de combustível fóssil, atenuando a dependência energética do exterior.
3. Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores disse que o objetivo principal da autarquia é salvaguardar o interesse público e da população, preservando o património ambiental e minimizando os impactos negativos do projeto de central hidroelétrica, tendo a Assembleia Municipal enviado um parecer à EDA com propostas de alteração.
4. Entende, ainda, que os benefícios para a ilha e para o concelho resultam do maior uso de energias renováveis, o que se traduz num ganho ao nível do património ambiental e respeito pela natureza, tornando o concelho com uma imagem mais moderna e vanguardista no uso das energias renováveis.
5. Posteriormente, o Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande afirmou que a maioria da população da freguesia está contra o investimento, por ser elevado e poder estragar uma das zonas mais bonitas e de excelência da ilha das Flores, além dos constrangimentos relacionados com a duração das obras.



6. Por outro lado, a Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha afirmou que nunca, ninguém da população, se manifestou frontalmente contra o investimento e que a maior preocupação das pessoas resultou do facto de não ter havido uma maior divulgação e informação sobre o projeto. Realçou que um projeto de energias renováveis é uma mais valia e poderá ser uma atração turística.
7. A SREAT realçou a total abertura do Governo Regional e da EDA para esclarecer as dúvidas existentes, referindo que a EDA já apresentou alterações ao projeto para atenuar o impacto visual e para acautelar as preocupações da população das Flores.
8. A Secretária Regional afirmou, ainda, que a valorização turística do local ficou salvaguardada na avaliação de impacto ambiental, assegurando-se a implementação das medidas e alterações constantes no parecer final da Comissão de Avaliação, com programas de monitorização ambiental e estudos a realizar por entidades competentes.
9. A produção de energia com base em recursos hídricos, nas Flores, é a que apresenta maior estabilidade, podendo atingir 100% de penetração de renováveis, no Inverno, e, em média, 80% durante o ano, reduzindo assim o consumo de combustíveis fósseis, em cerca de 70%.
10. A SREAT realçou que este é um projeto muito importante para a ilha das Flores que, para além dos benefícios óbvios ligados à diminuição do consumo de combustíveis fósseis, poderá ter possibilidade de vir a ser uma referência a nível mundial, no que diz respeito ao nível de sustentabilidade e redução da dependência energética face ao exterior, com impacto positivo no posicionamento turístico pretendido.
11. De realçar que a Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

12. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2018.

**O Relator:** Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

**O Presidente:** Miguel Costa

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro de tudo quero aqui saudar, nas pessoas de Guilherme Santos e César Rosa, os subscritores da Petição “Projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”.

Vários pontos nos levam a ter concordância com as preocupações levantadas pelos subscritores desta Petição.

O primeiro mérito desta Petição foi fazer com que o senhor presidente do Conselho de Administração da EDA se dignasse ir à Ilha das Flores explicar este projeto à população em sessão de esclarecimento. Nessa sessão pública, realizada em março deste ano, foi notório o enfado do senhor Duarte Ponte em ter de justificar os porquês desta empreitada e também a sua irritação em ter de tentar rebater a argumentação de muitos florentinos que tinham e mantêm muitas dúvidas quanto aos benefícios gerais desta empreitada para a Ilha das Flores.

Outro mérito desta Petição foram as alterações entretanto realizadas ao projeto da empreitada, que mitigam alguns dos seus efeitos mais nefastos. Note-se, por exemplo, que inicialmente o projeto da Central Hidroelétrica da Fajãzinha previa instalar o seu estaleiro das obras junto da entrada do trilho para o Poço da Ribeira do Ferreiro. Uma autêntica barbaridade! Claro sinal de quem nunca esteve na Ilha das Flores ou de quem não tem a mínima preocupação e qualquer sensibilidade pelos impactos de poluição diversa que ocorreria nas proximidades de um dos ex-libris da divulgação turística dos Açores, tantas vezes capa de revista e de cartazes de promoção turística da nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de construção da Central hidroelétrica da Fajãzinha promete a produção de energia elétrica 100% renovável na Ilha das Flores. Não poderíamos estar mais de acordo com esse objetivo genérico, mas há sempre vários caminhos para se chegar a qualquer objetivo mirífico.

Lembremos que já existe aproveitamento hidroelétrico na Ilha das Flores, nomeadamente com a Central de Além Fazenda, que assegura uma elevada percentagem da produção elétrica nos meses de maior pluviosidade. Tornar as Flores numa ilha com energia elétrica integralmente de fonte renovável nunca será atingido em vários meses do ano se a escolha recair numa repetida aposta no aproveitamento hidroelétrico, fazendo somar uma futura Central hidroelétrica da Fajãzinha à já existente Central hidroelétrica de Além Fazenda. Nos meses de verão tal será sempre uma garantida impossibilidade.

Esse objetivo dos 100% de energia elétrica renovável, poderia ser atingido se a aposta da EDA fosse numa maior diversidade de fontes de energia renovável na Ilha das Flores. Neste caso, consideramos que deveria ser incrementada a produção elétrica de fonte renovável por via da instalação de mais eólicas e aerogeradores modernos e de maior potência, já que o Parque Eólico da Boca da Vereda tem quase duas décadas e os seus aerogeradores são pouco eficientes

para a evolução tecnológica que, entretanto, ocorreu. Por exemplo, note-se que nos parques eólicos da Serra do Cume (na Ilha Terceira) e do Planalto dos Graminhais (em São Miguel) cada aerogerador tem capacidade de produzir o triplo de cada aerogerador instalado na Boca da Vereda, na Ilha das Flores.

Outro caminho para se chegar ao objetivo da Ilha das Flores com 100% energia elétrica de fontes renováveis seria implementar campanhas para a diminuição do consumo de eletricidade através, por exemplo, da massificação do uso de lâmpadas LED e outras medidas de eficiência energética. Se diminuirmos a necessidade, procura e consumo de energia elétrica, mais fácil será atingir os 100% de energia elétrica com fontes renováveis na Ilha das Flores com a capacidade já instalada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto da EDA Renováveis para construção de uma Hidroelétrica na Fajãzinha levanta também muitas dúvidas pelos graves danos que esta empreitada deverá trazer ao nível turístico e ambiental numa zona oeste da Ilha das Flores em que se registam os maiores números de dormidas turísticas do concelho das Lajes das Flores.

Não podemos passar sem mencionar as muitas preocupações levantadas pelo empreendimento turístico Aldeia da Cuada, temendo que o projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores possa comprometer o funcionamento de uma marca turística de referência que já conquistou várias distinções nacionais e internacionais, em grande parte por causa do serviço prestado, da natureza e do conforto de quem busca sossego e tranquilidade.

Podemos ainda relembrar que, em junho do ano passado, na visita de Sua Excelência o Presidente da República, um dos mais relevantes pontos da sua agenda na Ilha das Flores foi a passagem pelo Miradouro do Portal; uma

paisagem das falésias da costa oeste que ficará manchada se for construída a Central Hidroelétrica na Fajãzinha.

Algo curioso ter sido ontem publicada em Jornal Oficial a Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, onde a paisagem é assumida “como uma componente importante para a Região, devendo salvaguardar-se as suas especificidades e definir medidas e ações orientadas por uma visão estratégica comum e que concretizem um modelo de gestão que acautele a qualidade da paisagem nas suas múltiplas dimensões, vocações e funcionalidades”, considerando-se ainda que “a paisagem é um recurso relevante, tanto na perspetiva ambiental como social, cultural e económica, constituindo-se como um fator identitário, quer para quem vive, quer para quem visita os Açores”.

Questiona então a Representação Parlamentar do PCP como será realizada a salvaguarda da especificidade da “unidade de paisagem das Fajãs” (FL4) e do ponto panorâmico Miradouro (PPFL 4.2) com a construção da Central Hidroelétrica na Fajãzinha?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Causa ainda enorme perplexidade que o projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande na Ilha das Flores tenha sido realizado com base em projeções e estimativas da média anual dos caudais da Ribeira Grande e da Ribeira do Ferreiro. É-nos absolutamente incompreensível que um investimento que deverá superar oito milhões de euros possa ser realizado sem haver dados reais e concretos dos caudais daquelas ribeiras. Note-se que só recentemente foram instaladas as estações hidrométricas da Ribeira do Ferreiro e a jusante da Ribeira Grande.

A Representação Parlamentar do PCP fica bastante surpreendida que os proprietários dos terrenos que serão prejudicados com esta empreitada nunca tenham ainda sido contactados pela EDA Renováveis para encetar negociações para a venda desses terrenos.

Merecedor também de alerta é o aparente desconhecimento da EDA Renováveis sobre a força daquelas ribeiras em invernos muito pluviosos na Ilha das Flores, bem como a instabilidade dos terrenos na foz da Ribeira Grande junto ao calhau da Fajãzinha, onde se prevê construir o edifício da Central.

Lembramos ainda que foi assumido publicamente pelo senhor presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis que a Central Hidroelétrica na Fajãzinha não irá criar nenhum posto de trabalho na Ilha das Flores.

Assim, o PCP defende o estudo de outras possibilidades alternativas de produção de energia elétrica de fontes renováveis na Ilha das Flores (ou o aumento da produção da capacidade instalada já existente com fontes renováveis) e também a realização de nova discussão pública e apresentação do projeto com as alterações que a EDA Renováveis se comprometeu realizar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP começo por saudar os peticionários e subscritores desta Petição e por felicitá-los pelo exercício deste direito que lhes assiste e que nós consideramos ser sempre uma forma exemplar desse exercício da cidadania e da participação cívica.

Em relação à pretensão propriamente dita dos peticionários sobre o projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande Ilha das Flores, a empreender pela EDA Renováveis, o CDS partilha, como é óbvio, de algumas das preocupações apresentadas pelos peticionários, nomeadamente no que diz respeito à preservação da qualidade ambiental, ecológica e paisagística da zona, ao impacto visual que a central possa causar, à poluição sonora resultante do funcionamento da central, bem como aos impactos negativos que esta obra possa ter no decorrer do seu longo período de duração.

Estas preocupações ganham especial relevância por estarmos a falar de um projeto conhecido parcialmente numa zona protegida. Está numa zona classificada como reserva da Biosfera e junto a um dos maiores ex-libris da ilha das Flores e a da Região, com grande procura turística.

No entanto, este é também um projeto que visa uma maior autossuficiência energética, nomeadamente pela redução da queima de combustíveis fósseis.

Portanto, este aspeto pressupõem uma menor dependência energética do exterior e logo uma maior sustentabilidade ambiental.

Por outro lado, o projeto foi também submetido a um estudo de impacto ambiental, pelo que à partida, deverão estar salvaguardados a qualidade e a sustentabilidade ambiental deste sítio.

Apesar disso, o que fica desde logo evidente, é que houve alguma insuficiência ao nível da comunicação e da informação para a população e isto resultou num processo pouco transparente, num processo que levantou alguma contestação e descontentamento. Como tal solicitava à Sra. Secretária Regional da Energia...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não pode responder, Sr. Deputado. Isto é uma Petição!

**O Orador:** Ah! Não solicito nada. Mas gostaríamos de ter percebido e registamos que existiram queixas em relação a um período de discussão pública, demasiado curto, num timing que não é muito adequado à participação da população, numa altura festiva, de Natal, quando as pessoas estão pouco despertas e atentas para esta matéria.

Por outro lado, a população reclamou relativamente à falta de informação sobre as alternativas para este projeto.

Por fim também, à que realçar o facto de o projeto depender de utilização de terrenos privados, sendo que, no entanto, os proprietários desses terrenos nunca foram alegadamente contactados ou informados formalmente destas intenções, por parte das entidades envolvidas, não havendo, portanto, uma autorização ou

concordância para o efeito, o que nos leva a ficar com a dúvida, num projeto desta magnitude, como é que é possível uma obra orçada em mais de 8 milhões de euros não ter sido cumprida esta premissa básica e levantando a dúvida se se terá “começado a obra pelo telhado” e o que é que acontecerá se por caso, parte ou a totalidade destes proprietários, não concordar com a realização do projeto, como é que se resolve este problema?

Muito obrigado.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saudámos os 601 signatários da Petição – “Projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande, na Ilha das Flores”, que nos fizeram chegar a sua preocupação relativamente à construção de uma central mini-hídrica na Ribeira Grande, concelho das Lajes das Flores.

Não somos contra o aproveitamento de energias de fontes renováveis em detrimento do uso de combustíveis fósseis.

Aliás, são estes avanços que determinarão a redução da nossa pegada ambiental e a sustentabilidade do setor elétrico.

Reconhecemos os investimentos feitos no sentido de garantir a autossuficiência da ilha do ponto de vista energético, tendo em conta o nível de consumo atual traduzidos no aproveitamento hidroelétrico da Além Fazenda e do parque eólico, investimentos, estes capazes de assegurar a produção de 50% de energia da ilha.

O projeto em causa abrange três afluentes desta ribeira e como em qualquer obra, terá um impacto ambiental que se fará sentir, nas fases de construção e de exploração.



Perante o reconhecido conjunto de impactos poder-se-á optar por implementar medidas que evitem ou atenuem esses mesmos impactos, deslocalizar o projeto, ou desistir do projeto e investir noutra forma de produção de energia renovável e melhorar o aproveitamento das soluções em funcionamento.

Não se pode, nem se deve partir para uma obra deste género implantado numa ilha que integra desde 2009, a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO e com o Parque Natural com respaldo e proteção jurídica sem um aturado processo de questionamento e balanço de vantagens e desvantagens.

Lesse, aliás, no portal do Governo Regional, relativamente à Ilha das Flores, e passo a citar: “o conjunto da Fajãzinha e Fajã Grande, com a imponente escarpa que delimita do lado Oriental, marcado por grandes quedas de água, nomeadamente a da Ribeira Grande que se despenha num salto de cerca de 300 metros, constitui um dos trechos mais impressionantes e emblemáticos do contraste florentino”.

A este propósito recentemente a ilha das Flores, no que toca a este conjunto paisagístico natural, foi reconhecida como a capital das cascatas.

Os peticionários pretendem determinados benefícios deste projeto para a ilha, bem como ponderar as vantagens da produção desta energia verde, em contraponto com as características de uma natureza em estado puro, até porque a instalação de energias renováveis não está isenta de impactes ambientais.

No caso deste projeto está em causa o ruído produzido e o impacto visual com as obras, tanto na captação de água, como na central, um impacto que também afeta as formações geomorfológicas, a paisagem e a qualidade do ambiente, sobretudo durante a fase de construção.

Há igualmente que considerar os impactos de maior relevância na fase de exploração e que incidem no regime hídrico.

Foi toda esta cadência de impactes ambientais que levaram um grupo de estudos de Ordenamento do Território e Ambiente a atribuir a este projeto uma

menção desonrosa devida a escassas e duvidosas vantagens que este projeto traz para a ilha.

Outras questões poder-se-ão colocar como, por exemplo, quanto à segurança dos caudais que alimentarão a central hídrica no caso de enchentes, mas também por outro lado, poder-se-á questionar o porquê da não construção de uma central hídrica reversível para reaproveitamento da água.

São questões que colocam em causa o projeto e outras que contribuem para o seu desenvolvimento.

É esse desenrolar de questões que demonstram a polémica à volta deste investimento e principalmente as duvidosas vantagens associadas a este projeto.

Uma delas, e a principal, diz respeito à autossuficiência energética da ilha.

Ora, o anúncio do investimento de uma Central Hidroelétrica na Ribeira Grande entende-se como investimento complementar para assegurar os períodos de menor produção. Todavia, encontram-se estimado caudais que obrigarão à paragem do funcionamento desta central durante largos períodos no verão, justamente o período em que a outra central hídrica também cessa ou reduz a sua produção e em que a produção de energia elétrica da ilha mais depende de fontes fósseis.

Além do mais, se o atual parque eólico não se encontra a funcionar em pleno, interessa viabilizar o seu funcionamento.

Em suma, consideramos que este investimento deve ser feito com os florentinos e não contra os florentinos, preservando a imagem e a qualidade ambiental e de vida de quem reside e visita a Ilha das Flores.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD saúda naturalmente os subscritores desta Petição e saúdo-os por duas ordens de razões:

Em primeiro lugar, pelo exercício de uma cidadania ativa que deve constituir um objetivo permanente do Parlamento: incentivar e estimular;

Em segundo lugar, pela importância e pertinência da temática.

O objeto que esta Petição traz a esta Assembleia é verdadeiramente importante e decisivo para o futuro de uma ilha que se quer mais sustentável pela sua natureza, qualidade ambiental, pela sua economia e também pelo contributo que a Ilha das Flores pode dar os Açores nos domínios do turismo e ambiente.

Os peticionários apelam a esta Assembleia que promova a discussão sobre o projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande, da Ilha das Flores, nomeadamente no que se refere aos seus impactos negativos, preocupação também partilhada pelo PSD.

A petição em apreciação deu entrada em 29 de dezembro de 2017, tendo o seu primeiro signatário sido ouvido em 23 de maio de 2018, ou seja, cinco meses depois.

Contudo, o Partido Socialista apresentou um requerimento no dia 21 de março de 2018, para que, antes de qualquer diligência, fossem ouvidos o membro do Governo com competência na matéria e o Presidente do Conselho de Administração da EDA sobre a mesma matéria, tentando esvaziar o objeto da Petição, desrespeitando os florentinos e os peticionários.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Como fundamentação e justificação para o empreendimento por parte do promotor surgia a forte dependência da Região relativamente aos combustíveis fósseis importados, designadamente fuel e gasóleo, situação que a par (e cito) “das disfunções ambientais associadas traduz-se em complexos problemas de logística, seja devido ao contexto geográfico do arquipélago, seja na sua dispersão pelas nove ilhas, o que traduz numa complexa gestão de

transportes e armazenamento, para além, naturalmente, do forte impacto negativo nas famílias, na economia e no orçamento regional”.

Considerava ainda a entidade promotora ser de “extrema relevância o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, simultaneamente endógenas, como são os casos das fontes de energia hídrica, geotérmica ou eólica, as quais têm registado na Região evoluções positivas, o que se entente muito favorável em cada uma das ilhas, como é necessariamente o caso do aproveitamento em estudo na ilha das Flores”.

Aqui, importa lembrar que o impacto da construção da central hídrica no contexto regional, revela-se insignificante. A estrutura de produção da Ilha das Flores demonstra que os valores acumulados de 2017 apenas representam 1,5% do cômputo regional.

O estudo de impacte ambiental refere que os trabalhos inerentes a fase de construção (e volto a citar) “são responsáveis pelo aumento local da atividade económica e da disponibilização de recursos financeiros, quer ao nível das famílias, quer dos agentes económicos. Contudo, tal deverá ter uma incidência temporária de magnitude e significado potencialmente relevante face à reduzida dinâmica local, com repercussões positivas essencialmente ao nível das famílias e empresas que de forma direta ou indireta sejam envolvidas nas atividades construtivas e que delas auferam acréscimo no rendimento disponível”.

Acrescenta ainda o mesmo estudo que “na fase de exploração não se prevê a criação de postos de trabalho diretos, ficando o controlo e a manutenção da central a cargo dos técnicos da EDA. Contudo, haverá sempre necessidade de realizar trabalhos de manutenção com recurso à mão de obra existente na própria ilha e/ou com mais deslocações de pessoal especializado à ilha, o que poderá continuar a contribuir com um impacto positivo em termos socioeconómicos, ainda que os mesmos se perspetivem de reduzida magnitude e significado.

Importa realçar que não existe qualquer estudo económico que permita aferir do real potencial benefício económico associado ao projeto para a ilha, em concreto para as famílias e empresas que possam vir a ter acréscimo de rendimento disponível.

A acrescer a tudo isso os dados sobre os caudais de água têm quase 20 anos, facto este gerador de receios pelos peticionários sobre a possível escassez de água.

Registou-se no período entre abril de 2015 e março de 2016, uma percentagem de produção de energia de base renovável produzida na Ilha das Flores, na ordem dos 47%, de acordo com um estudo de impacto ambiental.

Neste contexto, importa sabermos em quanto será expectável que cresça este valor com o contributo da produção de Central Hídrica da Ribeira Grande, já que, e de acordo com o mesmo estudo, pretende-se que as energias renováveis assumam a totalidade das necessidades energéticas da Ilha das Flores, tornando-a praticamente autónoma neste domínio”.

Esta afirmação é contrariada pelo Presidente do Conselho de Administração EDA, referindo este que ao nível da energia elétrica a Ilha das Flores, com o presente investimento, passaria a estar autossuficiente em cerca de 80%.

Se por um lado, se admitem e se fundamenta o projeto com os impactos permanentes e positivos associados à produção de energia hidroelétrica, que contribuirá para a redução da dependência externa e em simultâneo dos combustíveis fósseis com benefícios indiretos associados ao nível das condições de uso de energia pela comunidade locais, por outro lado, conclui-se que é reduzida a sua magnitude e o significado no contexto insular.

Não existe qualquer informação detalhada ou sequer análise perspetiva sobre os impactos reais associados ao incremento da autonomia energética da ilha das Flores.

Para o PSD um investimento desta natureza só terá a sua plena utilidade, quando daí revertam benefícios sociais e económicos diretos para todos.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem agora a palavra.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Agora é que vamos perceber um bocadinho disto!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Petição que apreciamos intitulada “PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DA RIBEIRA GRANDE DA ILHA DAS FLORES” é subscrita por 503 cidadãos e tem como primeiro subscritor o Sr. Guilherme Pinheiro Santos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente saúda todos os peticionários, que recorrendo a um direito constitucionalmente consagrado e nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região e do Regimento desta Assembleia, vem, através desta Petição, exprimir um conjunto de preocupações e alegar razões para a não concretização pela EDA daquele projeto.

Refira-se que esta Petição, deu entrada nesta Assembleia, ainda antes de terminar a fase de discussão pública do projeto, sendo este um sinal demonstrativo do interesse de uma parte significativa da população, pela temática, conciliação do progresso com a preservação do meio ambiente.

Relevante é também reconhecer que o processo não terá começado da forma mais feliz, facto que terá estado na origem de dúvidas com o conseqüente aproveitamento por parte de alguns para a passagem de mensagens erradas sobre o projeto, como aqui de algumas intervenções pudemos inferir. No entanto, será de toda a justiça salientar que a EDA, enquanto entidade

promotora do projeto e os Departamentos Governamentais com competência na matéria, tem prestado todos os esclarecimentos às questões entretanto colocadas.

As principais alegações expressas na Petição, para além das considerações sobre a viabilidade e necessidade do investimento, centram as críticas em aspetos ambientais e de impacto paisagístico do mesmo, por se inserir numa das mais bonitas zonas da Ilha das Flores e aproveitada até para divulgação dos Açores.

Relativamente aos aspetos ambientais, durante o período de obra, ao nível do ruído e poeiras, serão os normais existirem neste género de intervenção, sendo que relativamente ao ruído, está já garantido que os períodos de trabalhos se cingirão aos normais previstos na Lei. Portanto não se preveem incómodos relevantes quer para residentes como para os turistas que nos visitam. Quanto ao nível de ruído resultante do funcionamento da futura Central, está assegurada que será inferior ao legalmente possível e admissível, não existindo, portanto, motivos para as preocupações demonstradas.

Já no que refere ao impacto paisagístico, do empreendimento, conforme apresentação feita pela EDA durante a audição em sede de Comissão, a recuperação paisagística das diversas intervenções estará assegurada, mesmo aquelas que porventura venham a surgir e a revelar-se necessárias.

Importará fazer uma breve descrição das intervenções previstas a realizar neste projeto. Trata-se da construção de quatro açudes para captação de água dos quais três ficam completamente enterrados, dois desarenadores, uma câmara de perda de carga, uma conduta forçada com cerca de 1 Km em que apenas dois pequenos troços não são subterrâneos e o edifício da Central. Resumindo estamos a falar, conforme foi demonstrado em sede de Comissão, de uma obra cujo impacto visual existirá praticamente apenas durante a sua execução, não colocando em risco a beleza de todo aquele espaço.

Será também importante referir as razões que levam a EDA a propor-se realizar um investimento que, se prevê ultrapasse os 8 milhões de euros na ilha das Flores. Trata-se de um investimento no aproveitamento de um recurso endógeno, para a produção de energia limpa, com a conseqüente e pouco referida redução da emissão de gases com efeito de estufa, assim como a redução da dependência de combustíveis fósseis.

Em termos práticos haverá uma redução na Ilha das Flores de  $\frac{3}{4}$  de consumo anual de gasóleo que em termos concretos representa que cada Florentino deixe de queimar os 36 litros/mês, para apenas 9,4 litros, na produção de energia térmica.

Ao contrário do que é afirmado na Petição, a Ilha das Flores, não é autossuficiente do ponto de vista energético. Isso só acontece em alguns períodos do ano e a finalidade deste investimento é passar da média anual que se situa em 50% para cerca de 80% de energias renováveis, cumprindo assim com compromissos internacionais assinados por Portugal e aos quais os Açores estão naturalmente vinculados.

É também questionado e afirmado que deveria existir uma maior aposta na produção de energia eólica. Também em audição com os representantes da EDA, em sede de Comissão, ficou claro não ser tecnicamente viável esta sugestão, uma vez que a taxa máxima de energia eólica incorporada na rede, não pode exceder os 15% do total.

Mais: na mesma audição foram ainda anunciadas e explicadas, pelos responsáveis da EDA, as intenções de investimento que aquela empresa pretende realizar nas Flores, designadamente a construção de um parque fotovoltaico, exatamente para suprir a falta de água nos períodos de verão, que é quando é mais utilizada, e a melhoria e aumento do armazenamento de água na barragem de Além Fazenda, proporcionando um maior consumo da água (mais



armazenamento de água) e a substituição do atual Parque Eólico, que está ultrapassado e será substituído por um com maior capacidade,

Portanto, há um conjunto de intenções por parte da EDA para a Ilha das Flores, que vão certamente transformar a atual situação e aumentar, conforme foi dito, a percentagem de energias renováveis na Ilha das Flores.

Assim e ao contrário do que alguns afirmam, este investimento terá um forte impacto positivo a vários níveis, designadamente ao nível do Turismo, pois muito poucas serão as Ilhas e Regiões que poderão afirmar-se como a Ilha das Flores em que a energia elétrica é produzida através de recursos endógenos naturais.

Refira-se também que o projeto deste investimento, mereceu a concordância unânime da Assembleia Municipal das Lajes das Flores e a aprovação da maioria dos membros do Conselho de Ilha das Flores.

Termino, dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, respeitando a opinião dos peticionários, não partilha da sua interpretação das consequências que este investimento vai representar para a Ilha das Flores, nem partilha da opinião de outros que, demagoricamente, defenderam a alternativa da produção de energia por microprodução, hoje não referida aqui, ou ainda o abaixamento do preço da energia, quando se sabe que o mesmo é fixado pela ERSE.

Disse.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu depois das intervenções que me antecederam, dada a sua enorme qualidade, até académica, não só parlamentar, mas como académica, não tenho muito mais a acrescentar do que aquilo que foi dito.

Apenas refiro aqui três ou quatro aspetos. Começo na qualidade, evidentemente de representante do meu partido no Grupo Ocidental,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** De simples Deputado!

**O Orador:** ... aliás, em todos os grupos.

*(Risos de alguns Deputados das bancadas dos PSD e CDS-PP)*

Também como integrante do primeiro partido ecológico, do primeiro Partido Ecologista da Península Ibérica (o primeiro Partido Ecologista da Península Ibérica, foi o PPM como bem sabem) tenho aqui que referenciar três ou quatro fatores:

O primeiro, constatar que, de facto, obras desta dimensão provocam problemas ambientais e provocam problemas de todo o tipo, como ficou provado agora, por exemplo, nesta recente obra de ampliação do Porto da Casa, em que a população foi largamente afetada, nomeadamente até em relação ao abastecimento de água.

Portanto, que existe a preocupação por parte das pessoas em relação à concretização de uma obra desta dimensão é perfeitamente plausível e é perfeitamente aceitável.

Esta preocupação, até tendo em conta aquilo que aconteceu nas outras ilhas, até o recente exemplo da Ilha do Corvo, mostrou que esta preocupação é uma preocupação que tem sentido, tem razão de ser e que evidentemente é projetável, é expectável que possam vir a surgir problemas para a população e para alguns investimentos turísticos que se desenvolvam naquela região, naquela zona da ilha

Depois, um segundo ponto, também aponta no sentido da preocupação das pessoas. Eu li o relatório e, por exemplo, aqui, quando é ouvido do Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, o que ele diz é: “o autarca afirmou

que, tendo em conta a natureza e o montante do investimento em causa, presume que a EDA tenha realizado os estudos necessários”. Presume!

Ou seja, como o investimento é muito grande, presume!

Eu acho que a Câmara Municipal não pode presumir, tem que ter a certeza absoluta que todos os estudos foram realizados.

Portanto, tendo em conta algumas das respostas (estou apenas a referenciar um exemplo) dos autarcas, eu digo-vos que fiquei preocupado em relação ao conjunto de informação que foi disponibilizada, porque se o próprio Presidente da Câmara Municipal não apresenta certezas e apresenta apenas presunções, é algo preocupante.

Depois, devo dizer também, isto no sentido da preocupação, que, por outro lado, há coisas que não me preocupam, por exemplo, o que é que aconteceu na vizinha ilha do Corvo ao grande projeto...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!

**O Orador:** ... que levaria à autossuficiência da Ilha do Corvo?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Muito bem lembrado!

**O Orador:** Está aqui! Custava 7,8 milhões de euros, mas só está aqui não está em mais sítio nenhum, porque o projeto não foi concretizado.

Portanto, nesse sentido, também compreendendo a preocupação das pessoas, também vos digo que é preciso esperar para ver se o projeto se irá, de facto, concretizar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não tem água!

**O Orador:** ... porque o da ilha vizinha, o da ilha do Corvo, que era o investimento que estava previsto, depois foi substituído por este investimento nas Flores, este investimento na ilha vizinha no Corvo, não se concretizou.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não havia água!

**O Orador:** Concluindo a minha intervenção, eu quero dizer aos petionários que da parte do PPM, nós acompanhamos as suas preocupações.

É evidente que a Ilha das Flores é uma das ilhas mais bonitas do mundo. É necessário preservar esta qualidade ambiental, é necessário ter cuidado, muito cuidado, com as obras que se realizam na ilha do Corvo, para que não provoquem danos ambientais e é necessário, sobretudo uma coisa que não está a acontecer nas últimas obras que foram desenvolvidas pelo Governo Regional, que são da responsabilidade do Governo Regional ou do Setor Público Empresarial Regional, que é a informação às pessoas.

Estas obras devem ser feitas em colaboração estreita com as pessoas, transmitindo-lhes todas as informações, dialogando todos os assuntos e era fundamental que isto também acontecesse nesta obra.

O que se percebe é que as pessoas não têm a informação necessária e as entidades não têm uma postura de diálogo em relação à concretização de uma obra que tem este impacto.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não é o caso!

**O Orador:** E, portanto, para mim e para o PPM, o que é importante é que esta obra possa ser concretizada, existindo abertura por parte do Governo Regional e das empresas regionais em relação à participação das pessoas, porque a população quando é informada, quando recebe todos os dados em relação à obra e quando vê que todas as suas questões são respondidas, evidentemente é solidária com obras que significam o progresso da sua terra.

Portanto, o que existe aqui, o que esta Petição inicia é que este diálogo, esta transmissão de informação não existe.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não existiu!

**O Orador:** Esta informação não existe! O Governo Regional, as empresas responsáveis não estão a fazer chegar a informação às populações e nesse sentido, obviamente, que as pessoas desenvolvem este tipo de iniciativas.

Têm toda a razão, devem receber toda esta informação e daqui da parte do Parlamento a palavra que se lhes deve dirigir nestas circunstâncias, é que sim, o

Governo deve remeter toda a informação disponível, as empresas devem remeter toda a informação disponível e a população deve ser permanentemente informada em relação ao empreendimento em causa.

Mais do que isso, a população também tem uma palavra a dizer em relação ao projeto deve ter também uma plataforma de participação neste projeto, algo que não acontece e que não aconteceu ao longo destas fases do processo.

Portanto, é esta a mensagem: participação da população, informação transparente à população.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E disse muito bem, sim senhor!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

**Deputado André Bradford (PS):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** É para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, se faz favor.

**Presidente:** Eu pedia aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, depois desta mini reunião de Conferência de Líderes, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 10h00.

Uma boa noite a todos.

*Eram 19 horas e 06 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**António** Gonçalves Toste **Parreira**

**Francisco** Manuel **Coelho** Lopes Cabral

**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

**Partido Popular (CDS-PP)**

**Artur** Manuel Leal **Lima**

*Deputada que faltou à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Mónica** Reis Simões **Seidi**

(\*) Texto não revisto pelo orador

### **Documentos entrados**

**Listagem da correspondência:**

**1 – Projeto de Lei:**

**Assunto:** Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2015 de 10 de agosto para atribuição de um subsídio para o arrendamento para famílias numerosas e monoparentais - n.º 1044/XIII (PSD) – n.º 216/XI-AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 05

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 12 – 10;

**Assunto:** **Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, para redefinição dos termos de funcionamento da Comissão Nacional da Habitação - n.º 1042/XIII (PSD) – n.º 217/XI-AR**

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 05

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 12 – 10.

## **2 – Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** **Cria o complemento extraordinário para pensões de mínimos – MTSSS – (Reg. DL 488/2018) – n.º 104/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 12 – 19.

## **3 – Projeto de Decreto Regulamentar:**

**Assunto:** **Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019 – MTSSS – (Reg. DR 487/2018) – n.º 103/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 12 – 19.

#### **4 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Programa Casa Renovada, Casa Habitada](#) – n.º 33/XI

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 - 04

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2019 – 01 – 21.

#### **5 – Petições:**

**Assunto:** Permanência da escola das Cinco Ribeiras - n.º 35/XI

**Proveniência:** Luís Manuel Mendes Leal

**Data de Entrada:** 2018 –11– 29

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Aguarda admissibilidade.**

#### **6 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Plano Regional para 2019 - Informação Recusada em Plenário](#)

**Autores:** Luís Maurício, António Almeida, Bruno Belo, Marco Costa, António Pedroso, Luís Rendeiro e João Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 11 – 30

**Referência:** 54.03.00 – N.º 547/XI;

**Assunto:** [Infiltrações nas EBS de Velas e Calheta](#)



**Autor:** Jorge Paiva (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 06

**Referência:** 54.01.05 – N.º 548/XI;

**Assunto:** [Cortes de energia elétrica em São Jorge](#)

**Autor:** Jorge Paiva (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 06

**Referência:** 54.01.05 – N.º 549/XI;

**Assunto:** [Pesca do chicharro](#)

**Autores:** Jaime Vieira e António Vasco Viveiros (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 06

**Referência:** 54.03.00 – N.º 550/XI.

## **7 – Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Ponto de situação do concurso público internacional para prestação de serviço de emergência e socorro nos aeródromos dos Açores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 359/XI;

**Assunto:** [Falta de enfermeiros no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 03

**Referência:** 54.01.03 – N.º 492/XI;

**Assunto:** [Passaporte Cultural](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 03

**Referência:** 54.01.00 – N.º 527/XI;

**Assunto:** [Heliporto da Ribeira Quente](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 03

**Referência:** 54.06.02 – N.º 537/XI;

**Assunto:** [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Referência:** 54.06.00 – N.º 516/XI;

**Assunto:** [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Referência:** 54.01.05 – N.º 532/XI;

**Assunto:** [SATA prejudica economia e mobilidade da ilha Terceira](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Referência:** 54.01.03 – N.º 534/XI;

**Assunto:** [Refeições escolares](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 04

**Referência:** 54.04.07 – N.º 538/XI.

### **8 – Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício a comunicar a substituição do Deputado Paulo Parece pelo Deputado Luís Garcia na Comissão Permanente

**Proveniência:** Luís Maurício, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 11 – 29;

**Assunto:** Ofício a remeter relatórios aprovados n.ºs 07/2018-FS/SRATC e 08/2018-FS/SRATC

**Proveniência:** Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 05;

**Assunto:** Ofício a remeter relatórios aprovados n.ºs 07/2018-FS/SRATC e 08/2018-FS/SRATC

**Proveniência:** Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 06.

### **9 – Relatórios:**

**Assunto:** [Proposta de DLR n.º 32/XI - Alteração ao Orçamento da RAA para o ano 2018](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 12 – 06.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco